

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	135
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	137
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	138

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	186.494
Preferenciais	0
Total	186.494
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.916.829	2.213.107
1.01	Ativo Circulante	1.876.996	1.445.628
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.980	181.263
1.01.02	Aplicações Financeiras	26.876	0
1.01.03	Contas a Receber	436.326	422.702
1.01.04	Estoques	1.092.081	728.147
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.749	43.986
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	151.984	69.530
1.01.08.03	Outros	151.984	69.530
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	130.165	41.688
1.01.08.03.02	Outros Ativos	21.819	27.842
1.02	Ativo Não Circulante	1.039.833	767.479
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	212.689	145.964
1.02.01.03	Contas a Receber	5.858	1.661
1.02.01.06	Tributos Diferidos	122.333	114.458
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.333	114.458
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	84.498	29.845
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	15.182	0
1.02.01.09.04	Outros ativos	15.782	5.670
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	53.534	24.175
1.02.02	Investimentos	234.133	195.060
1.02.02.01	Participações Societárias	234.133	195.060
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	72.877	106.142
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	161.256	88.918
1.02.03	Imobilizado	417.295	331.306
1.02.04	Intangível	175.716	95.149

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.916.829	2.213.107
2.01	Passivo Circulante	1.477.192	1.345.305
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	109.726	109.218
2.01.02	Fornecedores	1.091.013	977.173
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.289	35.823
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	94.979	88.876
2.01.05	Outras Obrigações	148.185	134.215
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.737	33.775
2.01.05.02	Outros	102.448	100.440
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.662	0
2.01.05.02.04	Receita Diferida	19.217	20.686
2.01.05.02.05	Impostos Parcelados	2.854	8.239
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	78.715	71.515
2.02	Passivo Não Circulante	818.692	820.366
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	496.278	544.868
2.02.02	Outras Obrigações	238.238	217.213
2.02.02.02	Outros	238.238	217.213
2.02.02.02.03	Receita Diferida	230.490	207.468
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados	4.398	6.300
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.350	3.445
2.02.04	Provisões	84.176	58.285
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.176	58.285
2.03	Patrimônio Líquido	620.945	47.436
2.03.01	Capital Social Realizado	606.505	43.000
2.03.04	Reservas de Lucros	14.440	4.436
2.03.04.01	Reserva Legal	4.025	3.442
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.415	994

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.135.586	4.193.623
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.589.901	-2.916.704
3.03	Resultado Bruto	1.545.685	1.276.919
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.356.197	-1.039.240
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.038.760	-855.866
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-335.810	-263.853
3.04.02.01	Gerais e Adminsitrativas	-264.749	-198.151
3.04.02.02	Depreciação	-71.061	-65.702
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-13.279	-14.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.533	54.820
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	18.533	54.820
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.119	40.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	189.488	237.679
3.06	Resultado Financeiro	-174.822	-155.077
3.06.01	Receitas Financeiras	38.573	27.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-213.395	-182.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.666	82.602
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.000	-13.768
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.666	68.834
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.666	68.834
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06687	0,45889

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	11.666	68.834
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.666	68.834

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-234.660	327.522
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	155.865	157.902
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.666	68.834
6.01.01.02	Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.000	13.768
6.01.01.03	Depreciação e amortização	71.061	65.702
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	89.489	80.725
6.01.01.06	Equivalência patrimonial	-13.119	-40.130
6.01.01.07	Provisão para perdas em ativos	19.359	-1.586
6.01.01.08	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28.735	32.759
6.01.01.09	Baixa do ativo imobilizado, líquido de ganho na alienação	-10.342	2.388
6.01.01.10	Apropriação da receita diferida	-26.447	-54.947
6.01.01.11	Ressarcimentos de tributos	0	-9.611
6.01.01.12	Rendimento de fundo de investimento exclusivo	-17.537	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-399.957	181.031
6.01.02.01	Contas a receber	-27.742	79.383
6.01.02.03	Estoques de mercadorias para revenda	-326.766	-196.674
6.01.02.04	Partes relacionadas	-92.829	-1.002
6.01.02.05	Impostos a recuperar	15.591	-14.321
6.01.02.06	Outros ativos	-32.926	-17.934
6.01.02.07	Fornecedores	78.086	280.798
6.01.02.10	Salários, férias e encargos sociais	-2.277	40.820
6.01.02.11	Impostos a recolher	463	19.890
6.01.02.12	Partes relacionadas	-32.408	2.809
6.01.02.13	Impostos parcelados	-7.648	-3.360
6.01.02.14	Outras contas a pagar	28.499	-9.378
6.01.03	Outros	9.432	-11.411
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.596	-20.124
6.01.03.02	Recebimento de dividendos de controladas	13.028	8.713
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-211.785	-183.746
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-129.727	-88.373
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-24.477	-30.425
6.02.03	Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	48.000	0
6.02.05	Aquisições de controladas	-106.955	-64.948
6.02.07	Recebimento de venda de imobilizado	15.568	0
6.02.08	Aplicações em fundo de investimento exclusivo	-1.379.687	0
6.02.09	Resgate em fundo de investimento exclusivo	1.370.348	0
6.02.11	Investimento em controlada	-12.000	0
6.02.12	Caixa recebido por incorporação de controlada	7.145	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	416.162	-145.637
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	182.691	178.952
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-247.714	-247.335
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-71.808	-63.554
6.03.04	Pagamento de dividendos	0	-13.700
6.03.05	Aumento de capital, por oferta pública de ações	552.993	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.283	-1.861

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	181.263	183.124
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.980	181.263

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	43.000	3.442	994	0	0	47.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	43.000	3.442	994	0	0	47.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	563.505	0	0	-1.662	0	561.843
5.04.01	Aumentos de Capital	563.505	0	0	0	0	563.505
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.662	0	-1.662
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.666	0	11.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.666	0	11.666
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	583	9.421	-10.004	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	583	9.421	-10.004	0	0
5.07	Saldos Finais	606.505	4.025	10.415	0	0	620.945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.335	0	-15.335
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.335	0	-15.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.834	0	68.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.834	0	68.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-177.000	3.408	343	173.249	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.442	994	-4.436	0	0
5.06.04	Redução de Capital	-177.000	0	0	177.000	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-34	-651	685	0	0
5.07	Saldos Finais	43.000	3.442	994	0	0	47.436

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	5.808.067	4.867.972
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.787.070	4.777.414
7.01.02	Outras Receitas	20.997	90.558
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-13.279	-14.471
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	34.276	105.029
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.425.341	-3.461.818
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.951.735	-3.060.552
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-464.413	-390.424
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.193	-10.842
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.382.726	1.406.154
7.04	Retenções	-71.061	-65.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.061	-65.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.311.665	1.340.452
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.839	77.718
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.119	40.130
7.06.02	Receitas Financeiras	37.720	37.588
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.362.504	1.418.170
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.362.504	1.418.170
7.08.01	Pessoal	606.026	475.398
7.08.01.01	Remuneração Direta	478.747	363.691
7.08.01.02	Benefícios	86.869	78.352
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.410	33.355
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	411.768	582.725
7.08.02.01	Federais	234.882	197.312
7.08.02.02	Estaduais	156.654	370.683
7.08.02.03	Municipais	20.232	14.730
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	333.044	291.213
7.08.03.01	Juros	187.229	183.292
7.08.03.02	Aluguéis	121.210	97.871
7.08.03.03	Outras	24.605	10.050
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.666	68.834
7.08.04.02	Dividendos	1.662	15.335
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.004	53.499

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	4.877.354	3.927.780
1.01	Ativo Circulante	3.567.127	2.895.585
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	173.117	328.865
1.01.02	Aplicações Financeiras	74.957	46.732
1.01.03	Contas a Receber	1.927.828	1.524.671
1.01.04	Estoques	1.264.657	849.799
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.608	46.524
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	101.960	98.994
1.01.08.03	Outros	101.960	98.994
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	42.601	36.018
1.01.08.03.02	Outros Ativos	59.359	62.976
1.02	Ativo Não Circulante	1.310.227	1.032.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	371.381	298.735
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	43.267	31.951
1.02.01.03	Contas a Receber	9.407	18.714
1.02.01.06	Tributos Diferidos	178.907	168.225
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.907	168.225
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	139.800	79.845
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	31.042	10.245
1.02.01.09.04	Outros ativos	19.789	22.386
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	88.969	47.214
1.02.03	Imobilizado	489.938	358.841
1.02.04	Intangível	448.908	374.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	4.877.354	3.927.780
2.01	Passivo Circulante	3.167.135	2.685.908
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121.596	116.525
2.01.02	Fornecedores	1.267.774	1.132.289
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.324	39.438
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	129.671	108.758
2.01.05	Outras Obrigações	1.598.770	1.288.898
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.492	21.666
2.01.05.02	Outros	1.573.278	1.267.232
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.662	0
2.01.05.02.04	Depósitos Interfinanceiros	981.478	852.680
2.01.05.02.05	Operações com Cartões de Crédito	436.130	220.230
2.01.05.02.06	Receita Diferida	24.092	25.956
2.01.05.02.07	Impostos Parcelados	2.854	43.019
2.01.05.02.08	Provisões técnicas de seguros	32.464	22.937
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	94.598	102.410
2.02	Passivo Não Circulante	1.089.274	1.194.436
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	581.664	666.115
2.02.02	Outras Obrigações	323.441	332.555
2.02.02.02	Outros	323.441	332.555
2.02.02.02.03	Depósitos Interfinanceiros	0	4.045
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados	4.398	6.300
2.02.02.02.05	Provisões Técnicas de Seguros	17.853	20.758
2.02.02.02.06	Receitas Diferidas	294.261	296.062
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	6.929	5.390
2.02.03	Tributos Diferidos	10.765	13.746
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.765	13.746
2.02.04	Provisões	173.404	182.020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	173.404	182.020
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	620.945	47.436
2.03.01	Capital Social Realizado	606.505	43.000
2.03.04	Reservas de Lucros	14.440	4.436
2.03.04.01	Reserva Legal	4.025	3.442
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.415	994

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.419.371	4.808.024
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.275.084	-3.166.261
3.03	Resultado Bruto	2.144.287	1.641.763
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.930.627	-1.390.330
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.270.971	-960.179
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-441.566	-317.340
3.04.02.01	Gerais e Adminsitrativas	-354.629	-248.853
3.04.02.02	Depreciação	-86.937	-68.487
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-244.931	-175.333
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.841	62.522
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	26.841	62.522
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	213.660	251.433
3.06	Resultado Financeiro	-165.723	-141.465
3.06.01	Receitas Financeiras	51.686	36.562
3.06.02	Despesas Financeiras	-217.409	-178.027
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.937	109.968
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.271	-41.134
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.666	68.834
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.666	68.834
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.666	68.834
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06687	0,45889

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.666	68.834
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.666	68.834
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.666	68.834

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-263.582	405.408
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	451.270	401.531
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.666	68.834
6.01.01.02	Despesa de imposto de renda e contribuição social	36.271	41.134
6.01.01.03	Depreciação e amortização	86.937	68.487
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos e financiamentos	106.380	85.700
6.01.01.07	Provisão para perdas em ativos	248.511	141.690
6.01.01.08	Provisão para contingências	16.840	36.864
6.01.01.09	Baixa do ativo imobilizado, líquido de ganho na alienação	-10.133	18.972
6.01.01.10	Apropriação da receita diferida	-27.665	-50.539
6.01.01.11	Ressarcimentos de tributos	0	-9.611
6.01.01.12	Rendimento de fundo de investimento exclusivo	-17.537	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-678.512	24.001
6.01.02.01	Contas a receber	-638.781	-458.344
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-12.665	-15.503
6.01.02.03	Estoques	-418.438	-257.737
6.01.02.04	Partes relacionadas	-23.003	-17.375
6.01.02.05	Impostos a recuperar	1.120	6.093
6.01.02.06	Outros ativos	-35.541	-61.790
6.01.02.07	Fornecedores	132.951	395.313
6.01.02.08	Depósitos interfinanceiros	124.753	283.437
6.01.02.09	Operações com cartões de crédito	215.900	99.695
6.01.02.10	Salários, férias e encargos sociais	5.071	40.897
6.01.02.11	Impostos a recolher	7.164	-1.101
6.01.02.12	Partes relacionadas	3.826	-656
6.01.02.13	Impostos parcelados	-42.428	-3.360
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-5.063	5.994
6.01.02.15	Provisões técnicas de seguros	6.622	8.438
6.01.03	Outros	-36.340	-20.124
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	-36.340	-20.124
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-270.386	-105.480
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-179.980	-92.814
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-30.237	-30.836
6.02.03	Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	24.000	80.000
6.02.05	Investimento em controlada	-106.955	-61.830
6.02.07	Recebimento de venda de imobilizado	32.125	0
6.02.08	Aplicações em fundo de investimento exclusivo	-1.379.687	0
6.02.09	Resgate em fundo de investimento exclusivo	1.370.348	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	378.220	-163.472
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	182.758	319.873
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-273.076	-405.911
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-84.455	-63.734
6.03.04	Pagamento de dividendos	0	-13.700
6.03.05	Aumento de capital, por oferta pública de ações	552.993	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-155.748	136.456
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	328.865	192.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	173.117	328.865

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	43.000	3.442	994	0	0	47.436	0	47.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	43.000	3.442	994	0	0	47.436	0	47.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	563.505	0	0	-1.662	0	561.843	0	561.843
5.04.01	Aumentos de Capital	563.505	0	0	0	0	563.505	0	563.505
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.662	0	-1.662	0	-1.662
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.666	0	11.666	0	11.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.666	0	11.666	0	11.666
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	583	9.421	-10.004	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	583	9.421	-10.004	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	606.505	4.025	10.415	0	0	620.945	0	620.945

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063	0	-6.063
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	220.000	34	651	-226.748	0	-6.063	0	-6.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.335	0	-15.335	0	-15.335
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.335	0	-15.335	0	-15.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.834	0	68.834	0	68.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.834	0	68.834	0	68.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-177.000	3.408	343	173.249	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.442	994	-4.436	0	0	0	0
5.06.04	Redução de Capital	-177.000	0	0	177.000	0	0	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos Acumulados	0	-34	-651	685	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	43.000	3.442	994	0	0	47.436	0	47.436

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	7.141.094	5.450.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.266.423	5.412.530
7.01.02	Outras Receitas	-125.329	37.707
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-244.931	-175.333
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	119.602	213.040
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.315.319	-3.850.890
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.636.916	-3.369.693
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-669.210	-470.355
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.193	-10.842
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.825.775	1.599.347
7.04	Retenções	-86.937	-68.487
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86.937	-68.487
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.738.838	1.530.860
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.848	46.712
7.06.02	Receitas Financeiras	50.848	46.712
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.789.686	1.577.572
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.789.686	1.577.572
7.08.01	Pessoal	710.092	502.561
7.08.01.01	Remuneração Direta	557.942	385.933
7.08.01.02	Benefícios	104.903	81.196
7.08.01.03	F.G.T.S.	47.247	35.432
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	695.657	712.875
7.08.02.01	Federais	401.635	280.391
7.08.02.02	Estaduais	267.468	413.968
7.08.02.03	Municipais	26.554	18.516
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	372.271	293.302
7.08.03.01	Juros	189.682	173.662
7.08.03.02	Aluguéis	154.964	107.956
7.08.03.03	Outras	27.625	11.684
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.666	68.834
7.08.04.02	Dividendos	1.662	15.335
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.004	53.499

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Magazine Luiza S.A. Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2011



São Paulo, 22 de março de 2012 - Magazine Luiza S.A. (BM&FBOVESPA: MGLU3), uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil, divulga seus resultados do 4º trimestre de 2011 (4T11) e dos doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 (12M11). As informações contábeis da Companhia têm como base números consolidados em milhões de reais (exceto quando indicado), conforme Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

MENSAGEM DA PRESIDENTE

O ano de 2011 foi de conquistas e aprendizado para o Magazine Luiza. Vivemos experiências novas e também contribuimos para a inovação dos negócios do varejo brasileiro.

O primeiro marco do ano foi a consolidação do escritório de negócios em São Paulo. Através de um processo estruturado e bastante planejado, conseguimos mobilizar grande parte dos colaboradores e familiares a se mudarem para São Paulo e a ajudarem a construir o futuro da Companhia. Com a colaboração de todos, o Magazine Luiza manteve sua cultura e valores, fortalecendo a sua missão e visão corporativa. Continuando a nossa jornada, após uma década de preparação, abrimos o capital da Companhia, captando R\$564 milhões na oferta inicial. Com orgulho, abrimos o precedente de uma oferta expressiva de ações para pessoas físicas, contribuindo para a formação de uma cultura de investimento em mercado de capitais para o pequeno investidor. Acreditando na Companhia, nossos funcionários adquiriram e mantêm 1% das ações oferecidas ao mercado.

A abertura de capital nos possibilitou investimentos em expansão e infra-estrutura, logística e tecnologia, garantindo o crescimento sustentável da Companhia. Esses investimentos viabilizaram a compra das lojas do Baú, em agosto de 2011, e a sua completa integração em menos de sete meses de operação. Todo o processo foi conduzido de acordo com os nossos valores, com respeito às pessoas e culturas, em uma operação que envolveu contratações, treinamentos, reformas, alinhamento e integração de sistemas, processos e estrutura. Entramos em fevereiro de 2012 com mais de 100 lojas totalmente integradas em sistema, logística, processos e quadro de funcionários. Em linha com o sucesso da integração do Baú e vislumbrando oportunidades de crescimento, a Companhia decidiu iniciar a virada da marca no Nordeste, nas regiões metropolitanas do Recife, Maceió e Fortaleza, onde 39 lojas foram completamente reformadas e remodeladas e todas as equipes treinadas seguindo os processos e valores do Magazine Luiza. E os resultados já apareceram: no Nordeste, fechamos 2011 com R\$1 bilhão em vendas, o dobro de vendas realizadas pela Lojas Maia antes da aquisição.

Em uma demonstração de vitalidade e criatividade, em novembro, lançamos o Magazine Você, considerado uma revolução na forma de vender utilizando as redes sociais. Esta nova modalidade trouxe para a Companhia, em menos um mês, quase 20 mil novos divulgadores com suas "lojas virtuais". Nosso e-commerce, caracterizado pelo atendimento interativo com nossos clientes, também apresentou crescimento de 44%.

Avaliamos que fizemos a utilização correta dos recursos e que os investimentos foram necessários para o nosso fortalecimento rumo à perenidade e sustentabilidade. Infelizmente, nossas decisões trouxeram um impacto de curto prazo nos resultados da Companhia. No entanto, a linha constante de crescimento do Magazine Luiza, desde a sua fundação há 55 anos, é a melhor comprovação de que é acertada a nossa estratégia de crescer e consolidar, para depois crescer novamente. E este ano de 2012 será de consolidação do crescimento sólido que estamos construindo há muito tempo. Saímos do ano de 2000 com 100 lojas para 728 em 2011 e vamos continuar nossa expansão de forma estruturada e saudável.

O nosso foco em 2012 é consolidar e integrar completamente as redes recém adquiridas, racionalizar custos e despesas, e aumentar a produtividade da Companhia. A maturação da expansão que vivemos em 2011 é o nosso compromisso com os investidores. E já começamos o ano com um cenário macro econômico favorável, com o aumento real do salário mínimo, a queda de juros e o crescimento expressivo e saudável da economia. O Magazine Luiza é hoje uma Companhia madura e sólida, preparada para colher frutos no futuro.

Luiza Helena Trajano
Presidente do Magazine Luiza

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESTAQUES 2011

O ano de 2011 foi considerado um período de grandes iniciativas e conquistas para a Companhia, notadamente pelo expressivo crescimento em vendas, pela abertura do capital da Companhia, pela consolidação do escritório de negócios em São Paulo e pelos significativos investimentos em expansão e reforma de lojas, em logística e tecnologia:

Crescimento Expressivo em Vendas

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza em 2011 foi de R\$7,6 bilhões, crescendo 33,5% em relação ao ano de 2010. O crescimento no conceito mesmas lojas foi de 16,5%, o que representa ganhos relevantes de *market-share*. As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R\$821,1 milhões em 2011. Adicionalmente, o faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R\$1,0 bilhão.

Crescimento Sustentável

A Companhia apresentou um crescimento sustentável em todos os trimestres, apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, e de uma política mais conservadora na aprovação de crédito pela Luizacred. A margem bruta consolidada se manteve nos patamares projetados para 2011, destacando o esforço em crescer o *market-share* sem afetar a rentabilidade comercial. Além disso, a Companhia manteve sua disciplina financeira, limitando as vendas sem juros.

Consolidação do Escritório de São Paulo

A Companhia realizou a transferência, em outubro de 2010 e janeiro de 2011, de 350 colaboradores e suas famílias de Franca para São Paulo. O ano de 2011 representou a consolidação e o pleno funcionamento do novo escritório de negócios, impactando as despesas administrativas no curto prazo. No entanto, essa mudança foi extremamente importante para a sustentabilidade e o futuro da Companhia, sendo que tais custos serão diluídos no médio prazo com o aumento das vendas e a incorporação das redes adquiridas.

Abertura do Capital da Companhia

Em junho de 2011, a Companhia finalizou o processo de IPO, um passo muito importante para a sua trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para seus acionistas. Com o IPO, mais de mil funcionários puderam se tornar acionistas da Companhia, reforçando a sua forte cultura corporativa.

Investimentos e Expansão

O Magazine Luiza inaugurou 124 lojas em 2011, passando de 604 em 2010 para 728 lojas em dezembro de 2011, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú. Dessa forma, a Companhia antecipou seu plano de investimentos em cerca de dois anos. Além disso, foram reformadas e remodeladas 124 lojas, incluindo 39 lojas no Nordeste, onde foi iniciado o processo de virada da marca de Lojas Maia para Magazine Luiza.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Em função de todos os investimentos realizados, a Companhia elevou o nível de despesas operacionais em 2011, afetando a sua rentabilidade final, impactada pelos seguintes principais fatos:

Aquisição das Lojas do Baú

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade. Os resultados de 2011 foram impactados em decorrência de:

- Desembolso inicial no valor de R\$80,3 milhões pela aquisição;
- Despesas extraordinárias de R\$30,8 milhões, relacionadas a pessoal, aluguel das lojas e centros de distribuição, marketing e treinamento, principalmente no período em que as lojas permaneceram fechadas;
- Investimentos de R\$10,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Processo de Integração da Lojas Maia

A Companhia, dando continuidade ao processo de integração da Lojas Maia, realizou a virada da marca nas regiões metropolitanas do Recife, em outubro, Maceió e Fortaleza, em dezembro. A antecipação da virada da marca teve como objetivo o fortalecimento do Magazine Luiza nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, que apresenta um crescimento acima da média do país. Os principais impactos nos resultados de 2011 foram:

- Redução das vendas das lojas que permaneceram parcialmente fechadas durante o período de reforma;
- Despesas extraordinárias no valor de R\$18,0 milhões, relacionadas às liquidações de estoques, marketing, viagens, treinamentos da equipe, dentre outras;
- Investimentos de R\$49,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Investimentos em Infraestrutura

O Magazine Luiza realizou importantes investimentos em infraestrutura, notadamente em logística e tecnologia, de R\$71,0 milhões, incluindo o início das obras de expansão do centro de distribuição de Louveira, de 60 mil m² para 95 mil m², com conclusão prevista para 2T12. Além dos investimentos fixos, a Companhia teve despesas extraordinárias de R\$29,6 milhões, relacionadas a consultorias e despesas de integração das redes adquiridas. Tais gastos contribuíram para garantir o sucesso das integrações da Lojas Maia e do Baú, o expressivo crescimento das vendas no final do ano e na Liquidação Fantástica, realizada na primeira semana de 2012, simultaneamente em 728 lojas.

Resultados da Luizacred

Com a migração da plataforma de cartão de crédito para o Itaú Unibanco, novas práticas foram adotadas na Luizacred, de forma que o reconhecimento de receitas passou a ser mais conservador, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa substancialmente maiores do que o previsto e a taxa de aprovação de crédito reduzida em mais de 10 pontos percentuais, apesar da melhora dos indicadores de atraso.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



EXPECTATIVAS 2012

Para os próximos dois exercícios, principalmente 2012, a Companhia tem como foco principal a integração das redes, a redução de despesas e o aumento da rentabilidade. Dentro desse direcionamento estratégico, as principais expectativas para 2012 são:

Maturação das lojas do Baú

A incorporação societária do Baú foi realizada em novembro de 2011 e a integração sistêmica concluída entre janeiro e fevereiro de 2012, de forma que todas as lojas já estão integradas aos sistemas do Magazine Luiza a partir de março. Consequentemente, as sinergias começam a ser capturadas através da redução de despesas de pessoal administrativo e de logística, com o encerramento dos contratos de locação dos centros de distribuição do Grupo Sílvio Santos. Em relação às vendas, a expectativa é a de que continuem crescendo consistentemente, em função de um melhor abastecimento das lojas, dos benefícios da política comercial da Companhia e do treinamento das equipes de vendas. Apesar dos custos de integração no 1T12, as lojas do Baú não deverão afetar negativamente a rentabilidade do ano como um todo, caminhando para a maturação completa em cerca de 3 anos.

Continuidade do processo de integração da Lojas Maia

A expectativa de crescimento de vendas da Lojas Maia é superior às regiões Sul e Sudeste, em função do desenvolvimento econômico da região nordeste e da maturação das lojas, especialmente as reformadas. O processo de integração, já iniciado em 2011, tem a previsão de incorporação societária no 2T12 e integração sistêmica até o final do 3T12. A partir do 4T12, a Companhia deve se beneficiar de uma gestão totalmente integrada, com diluição de despesas administrativas, propaganda e marketing. A Companhia espera fazer a virada da marca nas regiões metropolitanas de Salvador e João Pessoa, durante o 2T12 e 3T12, concentrando as reformas e investimentos nas lojas de maior potencial. A reforma das demais lojas deverá acontecer a partir de 2013.

Foco prioritário na racionalização de custos e despesas, visando maior rentabilidade

A Companhia incorporou ao seu planejamento estratégico de 2012 o Projeto “Mais com Menos”, que envolve todas as áreas na busca de redução de despesas. Diversas iniciativas já foram implementadas, como a redução dos quadros administrativos e de lojas, as quais deverão trazer importantes ganhos de produtividade. Além disso, a Companhia deverá reduzir significativamente as despesas com consultorias e integrações, e diluir as despesas de marketing, já que não deverá entrar em novos mercados.

Continuidade dos Investimentos em Infraestrutura

A Companhia deverá continuar investindo em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia, e não prevê aquisições de outras redes de lojas. A Companhia está concluindo a expansão do centro de distribuição em Louveira, tem reforçado seus sistemas de tecnologia para absorver as redes adquiridas, e recentemente duplicou a hospedagem do seu banco de dados em Franca e São Paulo com o objetivo de aumentar a segurança das informações. Os investimentos totais planejados para 2012 estão orçados em R\$140 milhões, considerando a abertura de novas lojas (entre 20-30 lojas) e as reformas (entre 50-60 lojas), incluindo o Nordeste.

Luizacred

A prática de políticas de crédito conservadoras deverá permanecer durante o ano de 2012 através de provisões robustas para perdas em crédito de liquidação duvidosa e da manutenção das taxas de aprovação de crédito. Entretanto, a Companhia espera uma melhora na rentabilidade da Luizacred, a partir do segundo semestre do ano, devido à maturação da carteira de cartão de crédito e das lojas inauguradas em 2011, diluição das despesas operacionais e redução proporcional das provisões como consequência da melhoria na qualidade da carteira em atraso.

Resultados 2012

Além da racionalização de custos e despesas, vale destacar a confiança da Companhia em continuar crescendo substancialmente as vendas através da maturação das novas lojas, da internet, dos esforços permanentes na consolidação dos mercados de atuação, e pelas boas perspectivas do mercado brasileiro: crescimento maior da economia, inflação sob controle, ganhos de renda do trabalhador brasileiro e taxa de juros decrescente. As vendas do 1T12 em curso já refletem a melhoria do cenário econômico, quando comparadas com o 4T11, reforçando as expectativas de crescimento das mesmas lojas no patamar de dois dígitos em 2012.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



A Administração da Companhia está confiante na obtenção de melhores indicadores de produtividade e de resultados significativamente positivos para o exercício de 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES 2011

R\$ milhões (exceto quando indicado)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Receita Bruta Total	2.269,2	1.896,7	19,6%	7.601,3	5.692,0	33,5%
Receita Líquida Total	1.927,9	1.596,6	20,8%	6.419,4	4.808,0	33,5%
EBITDA	52,5	94,9	-44,7%	300,6	319,9	-6,0%
Margem EBITDA	2,7%	5,9%	-3,2 pp	4,7%	6,7%	-2,0 pp
EBITDA Ajustado	107,0	94,9	12,7%	346,3	319,9	8,3%
Margem EBITDA Ajustado	5,5%	5,9%	-0,4 pp	5,4%	6,7%	-1,3 pp
Lucro Líquido	(16,9)	20,5	-182,4%	11,7	68,8	-83,1%
Margem Líquida	-0,9%	1,3%	-2,2 pp	0,2%	1,4%	-1,2 pp
Lucro Líquido Ajustado	26,7	20,5	30,0%	55,5	68,8	-19,4%
Margem Líquida Ajustada	1,4%	1,3%	0,1 pp	0,9%	1,4%	-0,6 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	10,1%	24,3%	-	16,5%	29,0%	-
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	7,0%	20,4%	-	13,1%	24,7%	-
Crescimento nas Vendas Internet	36,8%	64,1%	-	44,4%	75,0%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	728	604	20,5%	728	604	20,5%
Área de Vendas - Final do Período (M²)	454.045	400.112	13,5%	454.045	400.112	13,5%
Área Média por Loja - Final de Período (M²)	624	662	-5,8%	624	662	-5,8%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	4.426	3.287	34,6%	4.426	3.287	34,6%

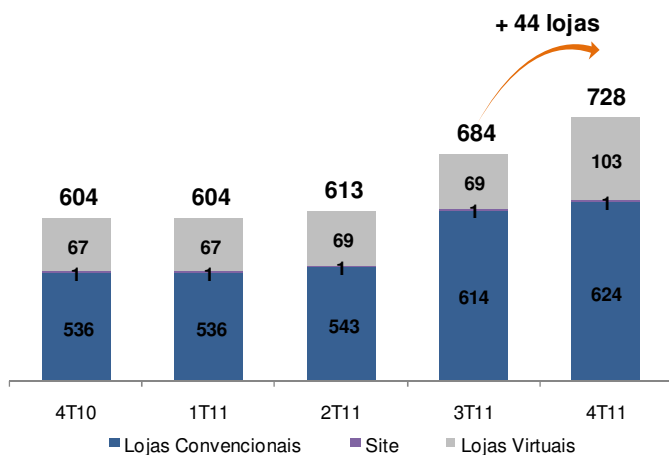
Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



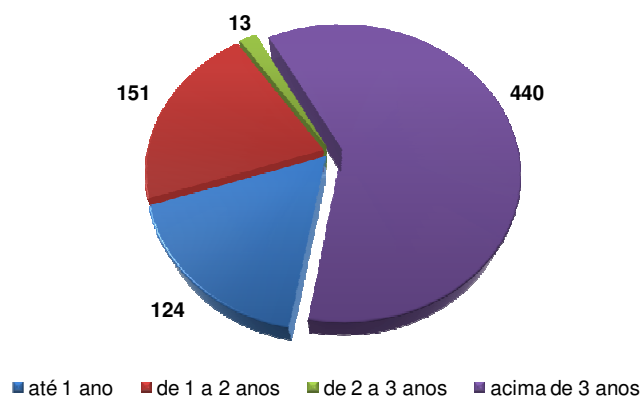
DESEMPENHO OPERACIONAL

O Magazine Luiza fechou o ano de 2011 com 728 lojas, sendo 624 lojas convencionais, 103 lojas virtuais e o site, totalizando um aumento de 124 lojas quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No 4T11, a Companhia inaugurou 44 lojas, sendo 31 virtuais do Baú, 4 no nordeste e 9 nas demais regiões do Magazine Luiza. Vale lembrar que das 728 lojas do Magazine Luiza, 288 (40% do total) têm menos de 3 anos e ainda não atingiram sua maturação completa.

Evolução do Número de Lojas (em quantidade)



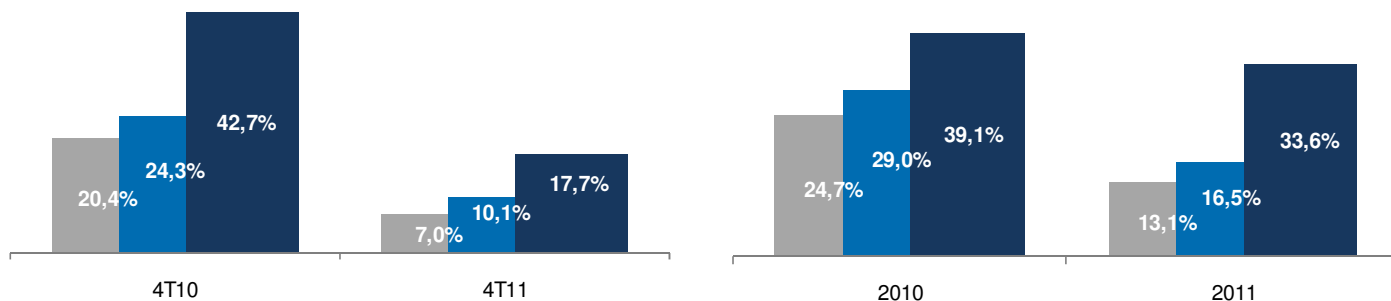
Idade Média das Lojas (em quantidade de lojas)



No conceito mesmas lojas, o Magazine Luiza cresceu 10,1% no 4T11 e 16,5% no acumulado 2011. Mesmo com uma queda, quando comparado aos mesmos períodos do ano anterior, a Companhia continua crescendo acima da média do mercado. Esta queda deveu-se basicamente à desaceleração da economia, conservadorismo na aprovação de crédito e ao processo de integração das lojas.

Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (em %)

■ Crescimento das Vendas Mesmas Lojas Físicas
 ■ Crescimento das Vendas Mesmas Lojas (inclui e-commerce)
 ■ Crescimento das Vendas Totais do Varejo



Nota 1: Crescimento mesmas lojas do Magazine Luiza, sem a Lojas Maia, foi de 9,7% no 4T11 e 16,1% no ano (considerando apenas as lojas físicas, o crescimento das mesmas lojas foi de 6,1% e 12,5%, respectivamente).

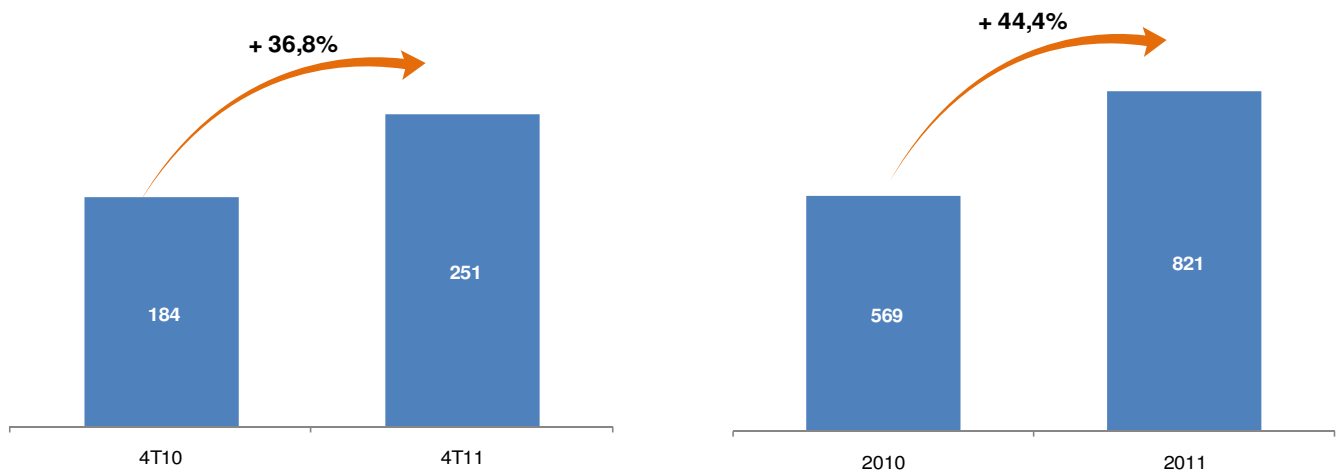
Nota 2: Na Lojas Maia, o crescimento no conceito mesmas lojas foi de 13,9% no 4T11 (excluindo os efeitos de reformas) e 24,3% no ano.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



A internet continua sua trajetória de crescimento, com destaque para o aumento do mix de produtos e do conteúdo do site (www.magazineluiza.com.br). No 4T11, as vendas pela internet cresceram 36,8%, alcançando R\$251 milhões e respondendo por 11,1% das vendas do varejo. No ano de 2011, as vendas atingiram R\$821 milhões, aumentando 44,4% em relação ao ano anterior.

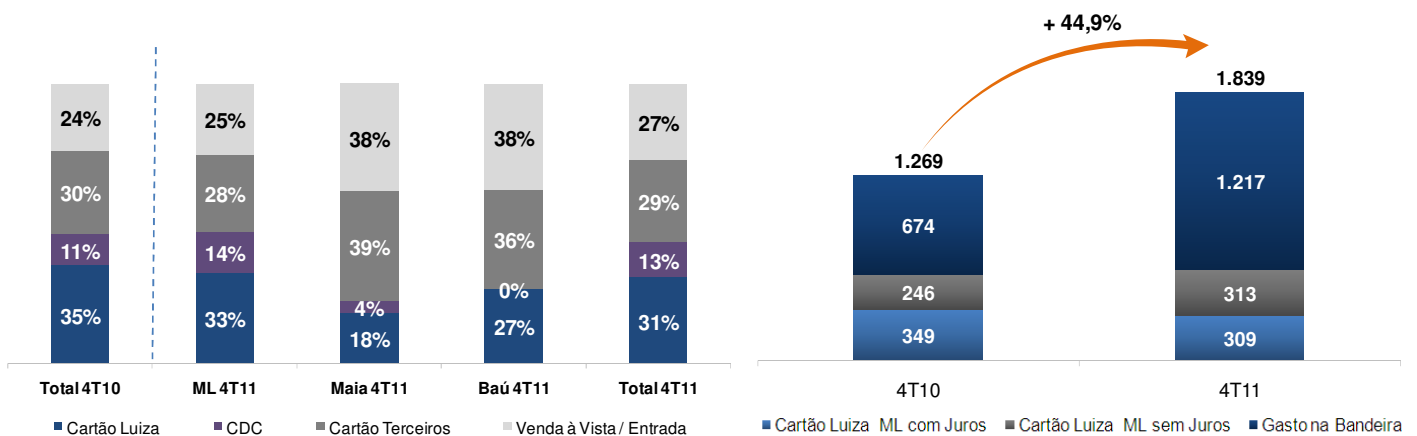
Faturamento Bruto na Internet (em R\$ milhões)



Nos últimos 12 meses, a base de cartões de crédito emitidos pela Luizacred cresceu significativamente, de 3,3 milhões no 4T10 para 4,4 milhões no 4T11, um aumento de 34,6%. No 4T11, as vendas pelo Cartão Luiza representaram 33% do total nas lojas do Magazine Luiza, 18% na Lojas Maia e 27% nas lojas do Baú.

Mix de Vendas Financiadas (% das Vendas Totais)

Faturamento Cartão Luiza (em R\$ milhões)



A Luizacred tem feito diversas parcerias para estimular o uso do Cartão Luiza fora das lojas da Companhia, aumentando sua ativação e potencial de geração de receitas. No 4T11, os gastos totais no Cartão Luiza cresceram 44,9%, alcançando R\$1,8 bilhão. No mesmo período, a utilização fora das lojas da Companhia cresceu 80,5%, representando 66,2% do gasto total (comparado com 53,1% no 4T10). É importante ressaltar que a Companhia mantém sua política de incentivar as vendas com juros e limitar as vendas sem juros ao patamar de 15% das vendas totais.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

(em R\$ milhões)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	2.038,9	1.740,8	17,1%	6.848,1	5.138,3	33,3%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	81,5	60,3	35,3%	264,7	186,1	42,2%
Total Varejo	2.120,5	1.801,1	17,7%	7.112,8	5.324,4	33,6%
Receita Bruta - Financiamento ao Consumo	160,7	107,6	49,3%	528,9	395,4	33,8%
Receita Bruta - Operações de Seguros	18,5	16,0	15,7%	68,8	58,3	17,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	7,8	6,4	23,3%	27,7	21,1	31,6%
Eliminações Inter-Companhias	(38,2)	(34,4)	11,1%	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Bruta - Total	2.269,2	1.896,7	19,6%	7.601,3	5.692,0	33,5%

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza avançou 19,6% no 4T11, passando de R\$1.896,7 milhões para R\$2.269,2 milhões. O expressivo aumento obtido no trimestre foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- Expansão de 17,7% no segmento varejo, totalizando R\$2.120,5 milhões no 4T11, influenciado pelo crescimento de 10,1% no conceito mesmas lojas, pela expansão orgânica (24 novas lojas nos últimos 12 meses) e pela aquisição da Lojas Maia e Baú.
- Crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 49,3%, passando de R\$107,6 milhões no 4T10 para R\$160,7 milhões no 4T11, com destaque para o crescimento das receitas provenientes do Cartão Luiza e para o empréstimo pessoal, que, a partir do 3T11, passou a ser contabilizado na Luizacred (excluindo esse efeito, o crescimento teria sido de 29,4%).

Nos 12M11, a receita bruta consolidada cresceu 33,5%, totalizando R\$7.601,3 milhões.

Receita Líquida Consolidada

(em R\$ milhões)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.708,6	1.449,4	17,9%	5.703,0	4.280,6	33,2%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	71,1	52,0	36,6%	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	1.779,7	1.501,4	18,5%	5.932,7	4.442,0	33,6%
Receita Líquida - Financiamento ao Consumo	160,7	107,6	49,3%	528,9	395,4	33,8%
Receita Líquida - Operações de Seguros	18,5	16,0	15,7%	68,8	58,3	17,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	7,2	5,9	22,7%	25,8	19,6	31,9%
Eliminações Inter-Companhias	(38,2)	(34,4)	11,1%	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Líquida - Total	1.927,9	1.596,6	20,8%	6.419,4	4.808,0	33,5%

A receita líquida consolidada no 4T11 aumentou 20,8%, passando de R\$1.596,6 milhões para R\$1.927,9 milhões. Nos 12M11, cresceu 33,5%, atingindo R\$6.419,4 milhões. Esse forte crescimento pode ser atribuído ao avanço da receita bruta, principalmente no segmento de varejo e financiamento ao consumo.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Lucro Bruto Consolidado

(em R\$ milhões)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	477,8	399,4	19,7%	1.539,6	1.187,8	29,6%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	71,1	52,0	36,6%	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	548,9	451,4	21,6%	1.769,3	1.349,1	31,1%
Lucro Bruto - Financiamento ao Consumo	135,2	88,5	52,8%	431,3	334,4	29,0%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	17,2	15,3	12,2%	63,8	55,4	15,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	3,8	3,0	27,4%	11,7	10,0	16,9%
Eliminações Inter-Companhias	(36,9)	(36,9)	0,0%	(131,8)	(107,2)	23,0%
Lucro Bruto - Total	668,2	521,2	28,2%	2.144,3	1.641,8	30,6%

(em % da Receita Líquida)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	28,0%	27,6%	0,4 pp	27,0%	27,7%	-0,8 pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	30,8%	30,1%	0,8 pp	29,8%	30,4%	-0,6 pp
Margem Bruta - Financiamento ao Consumo	84,1%	82,2%	1,9 pp	81,5%	84,6%	-3,0 pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,9%	95,8%	-2,9 pp	92,8%	95,0%	-2,1 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	52,1%	50,2%	1,9 pp	45,3%	51,2%	-5,8 pp
Eliminações Inter-Companhias	96,5%	107,2%	-10,8 pp	96,4%	100,0%	-3,6 pp
Margem Bruta - Total	34,7%	32,6%	2,0 pp	33,4%	34,1%	-0,7 pp

No 4T11, o lucro bruto consolidado totalizou R\$668,2 milhões, um aumento de 28,2% comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciado positivamente por custos menores nos segmentos de varejo e financiamento ao consumo. Seguem abaixo os principais fatores que influenciaram o aumento do lucro bruto:

- A margem bruta do segmento varejo foi de 30,8% no 4T11, acima da margem de 30,1% obtida no 4T10. A margem bruta foi impulsionada, principalmente, por uma melhoria no mix de produtos, compensando as vendas com margens mais baixas pela internet;
- A margem do segmento de financiamento ao consumo foi de 84,1% no 4T11, superior ao 4T10, em função principalmente do empréstimo pessoal (excluindo esse efeito, a margem bruta desse segmento teria sido de 82,1%, evoluindo em relação ao 3T11 devido à redução do CDI).

Vale ressaltar que, no acumulado do ano, a redução da margem bruta no segmento de financiamento ao consumo está associada ao aumento do CDI médio no período e à mudança no perfil da carteira da Luizacred, em função do crescimento mais acelerado do uso do Cartão Luiza fora das lojas. Esta transação tem menor margem financeira no início, mas gera mais resultados no médio prazo.

Nos 12M11, o lucro bruto consolidado atingiu R\$2.144,3 milhões, um aumento de 30,6% no período e uma margem de 33,4%.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho

**Despesas Operacionais**

(em R\$ milhões)	4T11	%RL	4T10	%RL	Var(%)	12M11	%RL	12M10	%RL	Var(%)
Despesas com vendas	(378,2)	-19,6%	(290,5)	-18,2%	30,2%	(1.271,0)	-19,8%	(960,2)	-20,0%	32,4%
Despesas gerais e administrativas	(119,8)	-6,2%	(100,0)	-6,3%	19,8%	(354,6)	-5,5%	(248,9)	-5,2%	42,5%
Perda em liquidação duvidosa	(73,2)	-3,8%	(58,2)	-3,6%	25,6%	(244,9)	-3,8%	(175,3)	-3,6%	39,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	(44,5)	-2,3%	22,4	1,4%	-298,9%	26,8	0,4%	62,5	1,3%	-57,1%
Total de Despesas Operacionais	(615,7)	-31,9%	(426,4)	-26,7%	44,4%	(1.843,7)	-28,7%	(1.321,8)	-27,5%	39,5%

Despesas com Vendas

No consolidado, as despesas com vendas totalizaram R\$378,2 milhões no 4T11, representando 19,6% da receita líquida, acima dos 18,2% observados no 4T10. Este aumento está associado às despesas do varejo, em função das lojas novas, da aquisição das lojas do Baú e gastos com a virada da marca na Lojas Maia.

No ano, as despesas com vendas foram diluídas de 20,0% para 19,8% da receita líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$100,0 milhões no 4T10 para R\$119,8 milhões no 4T11, representando 6,2% da receita líquida. Esse aumento é devido à mudança do escritório de negócios para São Paulo, bem como pela manutenção dos escritórios e centros de distribuição da Lojas Maia e das lojas do Baú, e todos os gastos extraordinários oriundos do processo de integração das redes adquiridas.

No acumulado, as gerais e administrativas totalizaram R\$354,6 milhões, passando de 5,2% para 5,5% da receita líquida.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa passaram de R\$58,2 milhões no 4T10 para R\$73,2 milhões no 4T11. É importante ressaltar que, por conservadorismo, a Luizacred tem reduzido a taxa de aprovação das propostas de financiamentos, apesar da melhora dos indicadores de atraso da carteira da Luizacred nos últimos meses. A carteira total em atraso diminuiu 0,9 ponto percentual de set/11 para dez/11.

Nos 12M11, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa passaram de R\$175,3 milhões para R\$244,9 milhões, representando 3,8% da receita líquida.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

As outras despesas (receitas) operacionais líquidas passaram de receitas de R\$22,4 milhões no 4T10 para despesas de R\$44,5 milhões no 4T11. Essa variação foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Despesas extraordinárias com o processo de integração das redes no valor de R\$28,4 milhões, incluindo despesas com lojas novas, virada da marca no nordeste e gastos de integração das redes adquiridas;
- Redução na apropriação de receitas diferidas no valor de R\$21,8 milhões (em função principalmente de uma alteração no critério de apropriação para o método linear, as receitas passaram de R\$12,5 milhões no 4T10 para reversão de R\$9,3 milhões no 4T11);
- Aumento nas despesas com cartão de crédito na Luizacred, em função das lojas novas e do aumento da base de novos cartões de crédito;

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



- Alteração na contabilização do empréstimo pessoal, que passou a ser contabilizado no resultado da intermediação financeira, reduzindo a receita de *profit sharing*.

EBITDA

No 4T11, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA Consolidado) alcançou R\$52,5 milhões, com margem de 2,7%. O resultado consolidado foi impactado pelo aumento nas despesas administrativas, bem como por diversas despesas extraordinárias incluindo despesas pré-operacionais de lojas novas e gastos com a virada da marca no nordeste e integração das redes. Excluindo esses efeitos, o EBITDA ajustado pelas despesas extraordinárias foi de R\$107,0 milhões, com margem de 5,5%.

Nos 12M11, o EBITDA consolidado foi de R\$300,6 milhões com margem de 4,7%, representando uma queda de 6,0% em relação ao ano de 2010, em função, principalmente, do impacto dos resultados extraordinários no 3T11 e 4T11. Excluindo esses efeitos, o EBITDA ajustado pelas despesas extraordinárias foi de R\$346,3 milhões, com margem de 5,4%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas diminuíram de 2,9% no 4T10 para 2,1% da receita líquida no 4T11, totalizando R\$40,2 milhões. Essa variação foi consequência principalmente da redução do endividamento líquido da Companhia após a abertura de capital. Apenas para efeito de comparação, as despesas financeiras líquidas foram de 3,2% no 1T11, 2,9% no 2T11 e 2,3% da receita líquida no 3T11.

Os encargos sobre antecipação de cartão de crédito incluem os juros de antecipação do Cartão Luiza que se mantiveram praticamente estáveis, R\$6,8 milhões no 4T10 e R\$6,7 milhões no 4T11, representando apenas 0,3% da receita líquida consolidada. A Companhia tem como política minimizar a venda sem juros no Cartão Luiza, bem como limitar a participação de cartão de crédito de terceiros na venda total, incentivando sempre as vendas pela Luizacred.

No acumulado, as despesas financeiras líquidas passaram de R\$141,5 milhões nos 12M10 para R\$165,7 milhões nos 12M11.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social saíram de R\$9,2 milhões no 4T10 para R\$7,9 milhões no 4T11. A Companhia não contabilizou impostos diferidos ativos em função do prejuízo das lojas do Baú e da Lojas Maia no montante de R\$7,6 milhões no 4T11, afetando a alíquota efetiva consolidada.

No acumulado do ano, os impostos diferidos ativos não contabilizados foram de R\$13,6 milhões. Vale explicar que este prejuízo deve ser compensado com o aproveitamento fiscal do ágio das aquisições, possível após as incorporações.

Lucro Líquido Consolidado

O resultado líquido do 4T11 foi um prejuízo de R\$16,9 milhões, influenciado pelas despesas extraordinárias e créditos fiscais não aproveitados. Excluindo esses dois efeitos, o lucro líquido ajustado foi de R\$26,7 milhões, com margem de 1,4%.

Nos 12M11, o lucro líquido consolidado foi de R\$11,7 milhões, com margem de 0,2% sobre a receita líquida. No acumulado do ano, o lucro líquido ajustado foi de R\$55,5 milhões, com margem de 0,9%.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Capital de Giro

CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	dez-11	set-11	jun-11	mar-11	dez-10
Contas a receber	1.927,8	1.758,3	1.630,6	1.522,2	1.524,7
Estoques	1.264,7	1.001,0	876,6	741,1	849,8
Partes relacionadas	42,6	42,0	24,2	49,2	36,0
Impostos a recuperar	24,6	26,1	16,8	31,2	46,5
Outros ativos	59,4	70,4	68,7	59,1	63,0
Ativos circulantes operacionais	3.319,1	2.897,9	2.616,9	2.402,9	2.520,0
Fornecedores	1.267,8	988,1	923,7	756,7	1.132,3
Depósitos interfinanceiros	981,5	928,1	911,4	842,4	852,7
Operações com cartões de crédito	436,1	349,1	298,8	235,8	220,2
Salários, férias e encargos sociais	121,6	133,1	113,9	96,4	116,5
Impostos a recolher	49,3	36,2	32,5	26,2	39,4
Partes relacionadas	25,5	21,0	12,3	15,3	21,7
Impostos parcelados	2,9	3,9	8,2	41,9	43,0
Provisões técnicas de seguros	32,5	29,9	17,7	16,5	22,9
Outras contas a pagar	94,6	62,5	57,3	73,4	68,8
Passivos circulantes operacionais	3.011,7	2.551,9	2.375,8	2.104,6	2.517,6
Capital de Giro	307,3	346,0	241,1	298,3	2,4

Nota: O saldo de contas a receber é divulgado líquido de recebíveis de cartões de crédito antecipados, no valor de R\$441,7 milhões em dez/11, R\$344,9 milhões em set/11, R\$318,6 milhões em jun/11, R\$298,7 milhões em mar/11 e R\$235,0 milhões em dez/10.

Em dez/11, o capital de giro líquido era de R\$307,3 milhões, representando apenas 4,0% da receita bruta dos últimos 12 meses. Na mesma data, o saldo de recebíveis de cartões de crédito de terceiros antecipados era de R\$441,7 milhões. Considerando este saldo de recebíveis descontado, a necessidade de capital de giro seria equivalente a 9,9% da receita bruta.

Investimentos

INVESTIMENTOS (em R\$ milhões)	4T11	4T10	12M11	12M10
Lojas Novas	25,1	19,4	46,1	28,7
Reformas	37,8	15,2	82,2	27,1
Tecnologia	5,8	5,1	35,3	33,4
Outros	28,9	13,3	46,5	34,4
Total	97,6	53,0	210,2	123,7

Os investimentos em ativo imobilizado e intangível saíram de R\$53,0 milhões no 4T10 para R\$97,6 milhões no 4T11. Esses investimentos incluem reformas de lojas existentes, bem como investimentos em tecnologia, logística e lojas novas. No 4T11, foram inauguradas organicamente 13 lojas novas e iniciados os investimentos para a abertura de mais 3 lojas virtuais do Baú e 4 lojas convencionais no nordeste no 1T12. Outros investimentos incluem o início da ampliação do centro de distribuição de Louveira e outros investimentos em logística, no total de R\$23,6 milhões no 4T11 e R\$28,2 milhões no acumulado do ano de 2011.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Endividamento Líquido

Em dez/11, o Magazine Luiza apresentava empréstimos e financiamentos no valor de R\$711,3 milhões, caixa e aplicações financeiras no valor de R\$291,3 milhões, perfazendo dívida líquida de R\$420,0 milhões, equivalente a 1,2 vezes o EBITDA ajustado de 2011.

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	dez-11	set-11	jun-11	mar-11	dez-10
(+) Empréstimos e financiamentos circulante	129,7	140,8	332,7	350,1	108,8
(+) Empréstimos e financiamentos não circulante	581,7	617,1	516,2	595,4	666,1
(+) Financiamento de Aquisições	-	-	8,4	25,4	33,6
(=) Endividamento Bruto	711,3	757,9	857,3	970,9	808,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	173,1	78,0	48,3	125,6	328,9
(-) Títulos e valores mobiliários circulante	75,0	259,5	655,5	145,3	46,7
(-) Títulos e valores mobiliários não circulante	43,3	35,4	24,4	21,7	32,0
(-) Caixa e Disponibilidades (Total)	291,3	372,8	728,2	292,6	407,5
(=) Endividamento Líquido	420,0	385,1	129,1	678,3	401,0
Endividamento de curto prazo / total	18%	19%	40%	39%	18%
Endividamento de longo prazo / total	82%	81%	60%	61%	82%
EBITDA ¹	346,3	343,0	344,9	343,4	319,9
Dívida Líquida / EBITDA	1,2 x	1,1 x	0,4 x	2,0 x	1,3 x

¹ EBITDA corrente dos últimos 12 meses e em dez/2011 EBITDA ajustado pelas despesas extraordinárias.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – RESULTADOS CONSOLIDADOS

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	4T11	AV	4T10	AV	Var(%)	12M11	AV	12M10	AV	Var(%)
Receita Bruta	2.269,2	117,7%	1.896,7	118,8%	19,6%	7.601,3	118,4%	5.692,0	118,4%	33,5%
Impostos e Cancelamentos	(341,4)	-17,7%	(300,1)	-18,8%	13,7%	(1.182,0)	-18,4%	(884,0)	-18,4%	33,7%
Receita Líquida	1.927,9	100,0%	1.596,6	100,0%	20,8%	6.419,4	100,0%	4.808,0	100,0%	33,5%
Custo Total	(1.259,7)	-65,3%	(1.075,3)	-67,4%	17,1%	(4.275,1)	-66,6%	(3.166,3)	-65,9%	35,0%
Lucro Bruto	668,2	34,7%	521,2	32,6%	28,2%	2.144,3	33,4%	1.641,8	34,1%	30,6%
Despesas com vendas	(378,2)	-19,6%	(290,5)	-18,2%	30,2%	(1.271,0)	-19,8%	(960,2)	-20,0%	32,4%
Despesas gerais e administrativas	(119,8)	-6,2%	(100,0)	-6,3%	19,8%	(354,6)	-5,5%	(248,9)	-5,2%	42,5%
Perda em liquidação duvidosa	(73,2)	-3,8%	(58,2)	-3,6%	25,6%	(244,9)	-3,8%	(175,3)	-3,6%	39,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	(44,5)	-2,3%	22,4	1,4%	-298,9%	26,8	0,4%	62,5	1,3%	-57,1%
Total de Despesas Operacionais	(615,7)	-31,9%	(426,4)	-26,7%	44,4%	(1.843,7)	-28,7%	(1.321,8)	-27,5%	39,5%
EBITDA	52,5	2,7%	94,9	5,9%	-44,7%	300,6	4,7%	319,9	6,7%	-6,0%
Depreciação e amortização	(21,3)	-1,1%	(18,2)	-1,1%	17,0%	(86,9)	-1,4%	(68,5)	-1,4%	26,9%
EBIT	31,2	1,6%	76,7	4,8%	-59,3%	213,7	3,3%	251,4	5,2%	-15,0%
Resultado Financeiro	(40,2)	-2,1%	(47,0)	-2,9%	-14,4%	(165,7)	-2,6%	(141,5)	-2,9%	17,1%
Lucro Operacional	(9,0)	-0,5%	29,7	1,9%	-130,3%	47,9	0,7%	110,0	2,3%	-56,4%
IR / CS	(7,9)	-0,4%	(9,2)	-0,6%	-14,1%	(36,3)	-0,6%	(41,1)	-0,9%	-11,8%
Lucro Líquido	(16,9)	-0,9%	20,5	1,3%	-182,4%	11,7	0,2%	68,8	1,4%	-83,1%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias

EBITDA	52,5	2,7%	94,9	5,9%	-	300,6	4,7%	319,9	6,7%	-
Receitas extraordinárias	-	0,0%	-	0,0%	-	(32,6)	-0,5%	-	0,0%	-
Despesas extraordinárias	(1) 38,3	2,0%	-	0,0%	-	78,3	1,2%	-	0,0%	-
Ajuste receitas diferidas	(2) 16,1	0,8%	-	0,0%	-	-	0,0%	-	0,0%	-
EBITDA ajustado	107,0	5,5%	94,9	5,9%	-	346,3	5,4%	319,9	6,7%	-
Lucro Líquido	(16,9)	-0,9%	20,5	1,3%	-	11,7	0,2%	68,8	1,4%	-
Resultado extraordinário	54,5	2,8%	-	0,0%	-	45,7	0,7%	-	0,0%	-
IR/CS s/ resultado extraordinário	(18,5)	-1,0%	-	0,0%	-	(15,6)	-0,2%	-	0,0%	-
Créditos de IR/CS não aproveitados	7,6	0,4%	-	0,0%	-	13,6	0,2%	-	0,0%	-
Lucro Líquido ajustado	26,7	1,4%	20,5	1,3%	-	55,5	0,9%	68,8	1,4%	-

Nota 1: as despesas extraordinárias do processo de integração das redes e lojas novas somaram R\$38,3 milhões no 4T11, sendo R\$9,9 no Magazine Luiza, R\$11,8 na Maia e R\$16,7 no Baú. No caso do Baú, foi considerado como extraordinário o efeito negativo do EBITDA, já que as lojas estavam sendo integradas durante o 4T11. Essas despesas foram apropriadas no resultado da seguinte forma: R\$28,4 milhões como outras despesas operacionais, R\$5,2 milhões como despesas de vendas e R\$4,8 milhões como despesas administrativas.

Nota 2: alteração no critério de apropriação da receita diferida para o método linear.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DE 2011 – RESULTADOS CONSOLIDADOS

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	1T11	AV	2T11	AV	3T11	AV	4T11	AV	12M11	AV
Receita Bruta	1.696,1	119,8%	1.744,3	118,4%	1.891,8	118,0%	2.269,2	117,7%	7.601,3	118,4%
Impostos e Cancelamentos	(280,0)	-19,8%	(271,5)	-18,4%	(289,1)	-18,0%	(341,4)	-17,7%	(1.182,0)	-18,4%
Receita Líquida	1.416,1	100,0%	1.472,8	100,0%	1.602,7	100,0%	1.927,9	100,0%	6.419,4	100,0%
Custo Total	(946,2)	-66,8%	(990,1)	-67,2%	(1.079,0)	-67,3%	(1.259,7)	-65,3%	(4.275,1)	-66,6%
Lucro Bruto	469,9	33,2%	482,7	32,8%	523,6	32,7%	668,2	34,7%	2.144,3	33,4%
Despesas com vendas	(282,3)	-19,9%	(289,2)	-19,6%	(321,3)	-20,0%	(378,2)	-19,6%	(1.271,0)	-19,8%
Despesas gerais e administrativas	(71,5)	-5,0%	(74,9)	-5,1%	(88,5)	-5,5%	(119,8)	-6,2%	(354,6)	-5,5%
Perda em liquidação duvidosa	(51,0)	-3,6%	(52,7)	-3,6%	(68,1)	-4,2%	(73,2)	-3,8%	(244,9)	-3,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	18,9	1,3%	6,0	0,4%	46,4	2,9%	(44,5)	-2,3%	26,8	0,4%
Total de Despesas Operacionais	(385,8)	-27,2%	(410,7)	-27,9%	(431,5)	-26,9%	(615,7)	-31,9%	(1.843,7)	-28,7%
EBITDA	84,0	5,9%	71,9	4,9%	92,2	5,8%	52,5	2,7%	300,6	4,7%
Depreciação e amortização	(21,1)	-1,5%	(21,8)	-1,5%	(22,8)	-1,4%	(21,3)	-1,1%	(86,9)	-1,4%
EBIT	62,9	4,4%	50,1	3,4%	69,4	4,3%	31,2	1,6%	213,7	3,3%
Resultado Financeiro	(45,7)	-3,2%	(42,4)	-2,9%	(37,4)	-2,3%	(40,2)	-2,1%	(165,7)	-2,6%
Lucro Operacional	17,2	1,2%	7,8	0,5%	32,0	2,0%	(9,0)	-0,5%	47,9	0,7%
IR / CS	(4,9)	-0,3%	(3,2)	-0,2%	(20,3)	-1,3%	(7,9)	-0,4%	(36,3)	-0,6%
Lucro Líquido	12,3	0,9%	4,6	0,3%	11,7	0,7%	(16,9)	-0,9%	11,7	0,2%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias

EBITDA	84,0	5,9%	71,9	4,9%	92,2	5,8%	52,5	2,7%	300,6	4,7%
Receitas extraordinárias	-	0,0%	-	0,0%	(32,6)	-2,0%	-	0,0%	(32,6)	-0,5%
Despesas extraordinárias	-	0,0%	-	0,0%	40,0	2,5%	52,5	2,7%	92,5	1,4%
Ajuste receitas diferidas	(5,4)	-0,4%	(5,4)	-0,4%	(5,4)	-0,3%	16,1	0,8%	-	0,0%
EBITDA ajustado	78,7	5,6%	66,5	4,5%	94,2	5,9%	121,1	6,3%	360,5	5,6%
Lucro Líquido	12,3	0,9%	4,6	0,3%	11,7	0,7%	(16,9)	-0,9%	11,7	0,2%
Resultado extraordinário	(5,4)	-0,4%	(5,4)	-0,4%	2,0	0,1%	68,6	3,6%	59,9	0,9%
IR/CS s/ resultado extraordinário	1,8	0,1%	1,8	0,1%	(0,7)	0,0%	(23,3)	-1,2%	(20,4)	-0,3%
Créditos de IR/CS não aproveitados	-	0,0%	-	0,0%	6,0	0,4%	7,6	0,4%	13,6	0,2%
Lucro Líquido ajustado	8,7	0,6%	1,0	0,1%	19,0	1,2%	36,0	1,9%	64,8	1,0%

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO III

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVOS	dez/11	set/11	jun/11	mar/11	dez/10
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	173,1	78,0	48,3	125,6	328,9
Títulos e valores mobiliários	75,0	259,5	655,5	145,3	46,7
Contas a receber	1.927,8	1.758,3	1.630,6	1.522,2	1.524,7
Estoques	1.264,7	1.001,0	876,6	741,1	849,8
Partes relacionadas	42,6	42,0	24,2	49,2	36,0
Impostos a recuperar	24,6	26,1	16,8	31,2	46,5
Outros ativos	59,4	70,4	68,7	59,1	63,0
Total dos ativos circulantes	3.567,1	3.235,4	3.320,7	2.673,8	2.895,6
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Títulos e valores mobiliários	43,3	35,4	24,4	21,7	32,0
Contas a receber	9,4	6,3	9,3	14,1	18,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	183,7	189,7	170,8	168,2
Impostos a recuperar	31,0	29,5	32,2	11,3	10,2
Depósito judiciais	89,0	75,3	61,3	50,4	47,2
Outros ativos	19,8	18,8	17,0	9,9	22,4
Imobilizado	489,9	406,6	372,6	359,9	358,8
Intangível	448,9	448,6	374,9	370,0	374,6
Total dos ativos não circulantes	1.310,2	1.204,1	1.081,3	1.008,1	1.032,2
TOTAL DO ATIVO	4.877,4	4.439,4	4.402,0	3.682,0	3.927,8
PASSIVOS					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	1.267,8	988,1	923,7	756,7	1.132,3
Empréstimos e financiamentos	129,7	140,8	332,7	350,1	108,8
Depósitos interfinanceiros	981,5	928,1	911,4	842,4	852,7
Operações com cartões de crédito	436,1	349,1	298,8	235,8	220,2
Salários, férias e encargos sociais	121,6	133,1	113,9	96,4	116,5
Impostos a recolher	49,3	36,2	32,5	26,2	39,4
Partes relacionadas	25,5	21,0	12,3	15,3	21,7
Impostos parcelados	2,9	3,9	8,2	41,9	43,0
Receita diferida	24,1	25,6	26,0	55,1	26,0
Dividendos a pagar	1,7	-	-	-	-
Provisões técnicas de seguros	32,5	29,9	17,7	16,5	22,9
Outras contas a pagar	94,6	62,5	65,7	98,9	102,4
Total dos passivos circulantes	3.167,1	2.718,3	2.742,9	2.535,2	2.685,9
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	581,7	617,1	516,2	595,4	666,1
Depósitos interfinanceiros	-	-	0,3	1,2	4,0
Impostos parcelados	4,4	4,0	6,1	6,2	6,3
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	165,8	189,6	182,5	182,0
Provisões técnicas de seguros	17,9	18,2	29,6	28,6	20,8
Receita diferida	294,3	259,4	271,4	254,6	296,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	11,5	12,3	13,0	13,7
Outras contas a pagar	6,9	5,5	5,8	5,5	5,4
Total dos passivos não circulantes	1.089,3	1.081,7	1.031,3	1.087,0	1.194,4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	606,5	606,5	43,0	43,0
Reserva legal	4,0	3,4	3,4	3,4	3,4
Reserva de retenção de lucros	10,4	1,0	1,0	1,0	1,0
Prejuízos acumulados	-	28,6	16,9	12,3	-
Total do patrimônio líquido	620,9	639,5	627,8	59,7	47,4
TOTAL	4.877,4	4.439,4	4.402,0	3.682,0	3.927,8

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – VAREJO

DRE VAREJO (em R\$ milhões)	4T11	AV	4T10	AV	Var(%)	12M11	AV	12M10	AV	Var(%)
Receita Bruta	2.120,5	119,1%	1.801,1	120,0%	17,7%	7.112,8	119,9%	5.324,4	119,9%	33,6%
Impostos e Cancelamentos	(340,8)	-19,1%	(299,7)	-20,0%	13,7%	(1.180,0)	-19,9%	(882,4)	-19,9%	33,7%
Receita Líquida	1.779,7	100,0%	1.501,4	100,0%	18,5%	5.932,7	100,0%	4.442,0	100,0%	33,6%
Custo Total	(1.230,8)	-69,2%	(1.050,0)	-69,9%	17,2%	(4.163,4)	-70,2%	(3.092,8)	-69,6%	34,6%
Lucro Bruto	548,9	30,8%	451,4	30,1%	21,6%	1.769,3	29,8%	1.349,1	30,4%	31,1%
Despesas com vendas	(357,7)	-20,1%	(280,5)	-18,7%	27,5%	(1.201,7)	-20,3%	(885,8)	-19,9%	35,7%
Despesas gerais e administrativas	(113,1)	-6,4%	(94,1)	-6,3%	20,2%	(327,2)	-5,5%	(226,8)	-5,1%	44,3%
Perda em liquidação duvidosa	(6,0)	-0,3%	(6,4)	-0,4%	-6,7%	(13,3)	-0,2%	(14,5)	-0,3%	-8,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	(15,5)	-0,9%	21,1	1,4%	-173,4%	54,5	0,9%	55,8	1,3%	-2,4%
Total de Despesas Operacionais	(492,3)	-27,7%	(359,9)	-24,0%	36,8%	(1.487,7)	-25,1%	(1.071,2)	-24,1%	38,9%
EBITDA	56,6	3,2%	91,5	6,1%	-38,1%	281,6	4,7%	277,9	6,3%	1,3%
Depreciação e amortização	(20,9)	-1,2%	(17,8)	-1,2%	17,3%	(85,5)	-1,4%	(67,1)	-1,5%	27,4%
EBIT	35,7	2,0%	73,7	4,9%	-51,5%	196,1	3,3%	210,8	4,7%	-7,0%
Equivalência patrimonial	1,0	0,1%	7,4	0,5%	-86,7%	29,9	0,5%	42,4	1,0%	-29,6%
Resultado Financeiro	(49,4)	-2,8%	(55,8)	-3,7%	-11,5%	(200,2)	-3,4%	(170,6)	-3,8%	17,4%
Lucro Operacional	(12,7)	-0,7%	25,3	1,7%	-150,2%	25,8	0,4%	82,6	1,9%	-68,8%
IR / CS	(4,2)	-0,2%	(4,7)	-0,3%	-11,1%	(14,1)	-0,2%	(13,8)	-0,3%	2,7%
Lucro Líquido	(16,9)	-0,9%	20,5	1,4%	-182,4%	11,7	0,2%	68,8	1,5%	-83,1%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias

EBITDA	56,6	3,2%	91,5	6,1%	-	281,6	4,7%	277,9	6,3%	-
Receitas extraordinárias	-	0,0%	-	0,0%	-	(32,6)	-0,5%	-	0,0%	-
Despesas extraordinárias	52,5	2,9%	-	0,0%	-	92,5	1,6%	-	0,0%	-
Ajuste receitas diferidas	16,1	0,9%	-	0,0%	-	-	0,0%	-	0,0%	-
EBITDA ajustado	350,2	19,7%	91,5	6,1%	-	341,5	5,8%	277,9	6,3%	-
Lucro Líquido	(16,9)	-0,9%	20,5	1,4%	-	11,7	0,2%	68,8	1,5%	-
Resultado extraordinário	68,6	3,9%	-	0,0%	-	59,9	1,0%	-	0,0%	-
IR/CS s/ resultado extraordinário	(23,3)	-1,3%	-	0,0%	-	(20,4)	-0,3%	-	0,0%	-
Créditos de IR/CS não aproveitados	7,6	0,4%	-	0,0%	-	13,6	0,2%	-	0,0%	-
Lucro Líquido ajustado	36,0	2,0%	20,5	1,4%	-	64,8	1,1%	68,8	1,5%	-

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO V

RESULTADOS POR SEGMENTO – 4T11

4T11 (em R\$ milhões)	Magazine Luiza	Lojas Maia 100%	Baú 100%	Varejo Pro-Forma	Financeira 50%	Seguradora 50%	Consórcio 100%	Eliminações	Consolidado
Receita Bruta	1.809,5	257,8	53,1	2.120,5	160,7	18,5	7,8	(38,2)	2.269,2
Impostos e Cancelamentos	(281,4)	(52,9)	(6,5)	(340,8)	-	-	(0,6)	-	(341,4)
Receita Líquida	1.528,1	205,0	46,6	1.779,7	160,7	18,5	7,2	(38,2)	1.927,9
Custo Total	(1.047,0)	(146,7)	(37,1)	(1.230,8)	(25,5)	(1,3)	(3,5)	1,3	(1.259,7)
Lucro Bruto	481,1	58,3	9,6	548,9	135,2	17,2	3,8	(36,9)	668,2
Despesas com vendas	(293,3)	(51,7)	(12,7)	(357,7)	(39,1)	(11,7)	-	30,2	(378,2)
Despesas gerais e administrativas	(84,7)	(21,6)	(6,8)	(113,1)	(0,5)	(3,1)	(3,2)	-	(119,8)
Perda em liquidação duvidosa	(6,0)	-	-	(6,0)	(67,2)	-	-	-	(73,2)
Outras receitas operacionais, líquid.	(18,2)	9,5	(6,7)	(15,5)	(26,6)	(0,1)	0,1	(2,4)	(44,5)
Total de Despesas Operacionais	(402,3)	(63,8)	(26,3)	(492,3)	(133,3)	(14,8)	(3,1)	27,8	(615,7)
EBITDA	78,8	(5,5)	(16,7)	56,6	1,8	2,4	0,7	(9,0)	52,5
Depreciação e amortização	(16,5)	(3,6)	(0,8)	(20,9)	(1,4)	(1,3)	(0,1)	2,4	(21,3)
EBIT	62,3	(9,1)	(17,5)	35,7	0,5	1,1	0,6	(6,7)	31,2
Equivalência patrimonial	(29,5)	(0,3)	-	1,0	-	-	-	29,8	-
Resultado Financeiro	(44,9)	(4,3)	(0,2)	(49,4)	-	2,2	0,2	6,7	(40,2)
Lucro Operacional	(12,1)	(13,7)	(17,7)	(12,7)	0,5	3,3	0,9	29,8	(9,0)
IR / CS	(4,8)	0,6	-	(4,2)	(2,1)	(1,3)	(0,3)	-	(7,9)
Lucro Líquido	(16,9)	(13,1)	(17,7)	(16,9)	(1,6)	2,0	0,6	29,8	(16,9)
Margem Bruta	31,5%	28,4%	20,5%	30,8%	84,1%	92,9%	52,1%	96,5%	34,7%
Margem EBITDA	5,2%	-2,7%	-35,8%	3,2%	1,1%	12,8%	9,8%	23,7%	2,7%
Margem Líquida	-1,1%	-6,4%	-38,0%	-0,9%	-1,0%	10,9%	7,9%	-78,0%	-0,9%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias

EBITDA	78,8	(5,5)	(16,7)	56,6	1,8	2,4	0,7	(9,0)	52,5
Receitas extraordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas extraordinárias	9,9	11,8	16,7	38,3	-	-	-	-	38,3
Ajuste receitas diferidas	16,1	-	-	16,1	-	-	-	-	16,1
EBITDA ajustado	104,8	6,3	-	111,1	1,8	2,4	0,7	(9,0)	107,0
Margem EBITDA ajustada	6,9%	3,1%	0,0%	6,2%	1,1%	12,8%	9,8%	23,7%	5,5%

Lucro Líquido	(16,9)	(13,1)	(17,7)	(16,9)	(1,6)	2,0	0,6	29,8	(16,9)
Resultado extraordinário	26,0	11,8	16,7	54,5	-	-	-	-	54,5
IR/CS s/ resultado extraordinário	(8,8)	(4,0)	(5,7)	(18,5)	-	-	-	-	(18,5)
Créditos de IR/CS não aproveitados	-	2,9	4,7	7,6	-	-	-	-	7,6
Equivalência patrimonial	26,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido ajustado	26,7	(2,4)	(2,0)	26,7	(1,6)	2,0	0,6	29,8	26,7
Margem Líquida ajustada	1,7%	-1,2%	-4,3%	1,5%	-1,0%	10,9%	7,9%	-78,0%	1,4%

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO VI

RESULTADOS POR SEGMENTO – 4T10

4T10 (em R\$ milhões)	Magazine Luiza	Lojas Maia 100%	Varejo Pro-Forma	Financeira 50%	Seguradora 50%	Consórcio 100%	Eliminações	Consolidado
Receita Bruta	1.574,9	226,2	1.801,1	107,6	16,0	6,4	(34,4)	1.896,7
Impostos e Cancelamentos	(245,3)	(54,4)	(299,7)	-	-	(0,5)	-	(300,1)
Receita Líquida	1.329,6	171,9	1.501,4	107,6	16,0	5,9	(34,4)	1.596,6
Custo Total	(927,2)	(122,9)	(1.050,0)	(19,2)	(0,7)	(2,9)	(2,5)	(1.075,3)
Lucro Bruto	402,4	49,0	451,4	88,5	15,3	3,0	(36,9)	521,2
Despesas com vendas	(258,9)	(21,6)	(280,5)	(29,6)	(10,6)	-	30,1	(290,5)
Despesas gerais e administrativas	(74,9)	(19,2)	(94,1)	(0,8)	(2,5)	(2,6)	-	(100,0)
Perda em liquidação duvidosa	(6,4)	(0,0)	(6,4)	(51,8)	-	-	-	(58,2)
líquidas	20,4	0,7	21,1	2,4	-	0,1	(1,3)	22,4
Total de Despesas Operacionais	(319,8)	(40,1)	(359,9)	(79,7)	(13,1)	(2,5)	28,8	(426,4)
EBITDA	82,6	8,9	91,5	8,7	2,2	0,5	(8,1)	94,9
Depreciação e amortização	(17,0)	(0,8)	(17,8)	(0,3)	(1,3)	(0,1)	1,3	(18,2)
EBIT	65,6	8,1	73,7	8,5	0,9	0,4	(6,8)	76,7
Equivalência patrimonial	6,4	-	7,4	-	-	-	(6,4)	-
Resultado Financeiro	(46,7)	(9,1)	(55,8)	-	1,8	0,2	6,8	(47)
Lucro Operacional	25,3	(1,0)	25,3	8,5	2,7	0,6	(6,4)	29,7
IR / CS	(4,7)	-	(4,7)	(3,3)	(1,0)	(0,2)	-	(9,2)
Lucro Líquido	20,5	(1,0)	20,5	5,2	1,7	0,4	(6,4)	20,5
Margem Bruta	30,3%	28,5%	30,1%	82,2%	95,8%	50,2%	107,2%	32,6%
Margem EBITDA	6,2%	5,2%	6,1%	8,1%	13,8%	8,3%	23,5%	5,9%
Margem Líquida	1,5%	-0,6%	1,4%	4,8%	10,7%	7,3%	18,6%	1,3%

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO VII

RESULTADOS POR SEGMENTO – 2011

12M11 (em R\$ milhões)	Magazine Luiza	Lojas Maia 100%	Bau 100%	Varejo Pro-Forma	Financeira 50%	Seguradora 50%	Consórcio 100%	Eliminações	Consolidado
Receita Bruta	6.058,5	992,1	62,2	7.112,8	528,9	68,8	27,7	(136,8)	7.601,3
Impostos e Cancelamentos	(958,4)	(214,1)	(7,5)	(1.180,0)	-	-	(1,9)	-	(1.182,0)
Receita Líquida	5.100,1	778,0	54,7	5.932,7	528,9	68,8	25,8	(136,8)	6.419,4
Custo Total	(3.562,5)	(557,7)	(43,2)	(4.163,4)	(97,6)	(4,9)	(14,1)	5,0	(4.275,1)
Lucro Bruto	1.537,6	220,3	11,4	1.769,3	431,3	63,8	11,7	(131,8)	2.144,3
Despesas com vendas	(1.029,9)	(156,5)	(15,2)	(1.201,7)	(132,7)	(43,8)	-	107,3	(1.271,0)
Despesas gerais e administrativas	(259,8)	(58,5)	(8,9)	(327,2)	(3,2)	(11,3)	(13,0)	-	(354,6)
Perda em liquidação duvidosa	(13,3)	-	-	(13,3)	(231,7)	-	-	-	(244,9)
Outras receitas operacionais, líquidas	21,7	50,9	(18,1)	54,5	(18,1)	(0,2)	0,0	(9,4)	26,8
Total de Despesas Operacionais	(1.281,3)	(164,1)	(42,2)	(1.487,7)	(385,6)	(55,3)	(13,0)	97,9	(1.843,7)
EBITDA	256,3	56,2	(30,8)	281,6	45,7	8,5	(1,3)	(34,0)	300,6
Depreciação e amortização	(70,5)	(13,7)	(1,3)	(85,5)	(5,4)	(5,1)	(0,3)	9,4	(86,9)
EBIT	185,8	42,5	(32,2)	196,1	40,3	3,4	(1,6)	(24,6)	213,7
Equivalência patrimonial	3,5	4,4	-	29,9	-	-	-	(7,9)	-
Resultado Financeiro	(174,6)	(25,5)	(0,1)	(200,2)	-	9,0	0,9	24,6	(165,7)
Lucro Operacional	14,7	21,4	(32,3)	25,8	40,3	12,4	(0,7)	(7,9)	47,9
IR / CS	(3,0)	(11,1)	-	(14,1)	(17,5)	(4,9)	0,3	-	(36,3)
Lucro Líquido	11,7	10,2	(32,3)	11,7	22,7	7,5	(0,4)	(7,9)	11,7
Margem Bruta	30,1%	28,3%	20,9%	29,8%	81,5%	92,8%	45,3%	96,4%	33,4%
Margem EBITDA	5,0%	7,2%	-56,4%	4,7%	8,6%	12,4%	-5,0%	24,8%	4,7%
Margem Líquida	0,2%	1,3%	-59,0%	0,2%	4,3%	10,9%	-1,4%	5,7%	0,2%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas extraordinárias

EBITDA	256,3	56,2	(30,8)	281,6	45,7	8,5	(1,3)	(34,0)	300,6
Receitas extraordinárias	-	(32,6)	-	(32,6)	-	-	-	-	(32,6)
Despesas extraordinárias	29,6	18,0	30,8	78,3	-	-	-	-	78,3
Ajuste receitas diferidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	285,8	41,6	(0,0)	327,4	45,7	8,5	(1,3)	(34,0)	346,3
Margem EBITDA ajustada	5,6%	5,3%	0,0%	5,5%	8,6%	12,4%	-5,0%	24,8%	5,4%

Lucro Líquido	11,7	10,2	(32,3)	11,7	22,7	7,5	(0,4)	(7,9)	11,7
Resultado extraordinário	29,6	(14,6)	30,8	45,7	-	-	-	-	45,7
IR/CS s/ resultado extraordinário	(10,1)	5,0	(10,5)	(15,6)	-	-	-	-	(15,6)
Créditos de IR/CS não aproveitados	-	4,0	9,6	13,6	-	-	-	-	13,6
Equivalência patrimonial	24,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido ajustado	55,5	4,6	(2,3)	55,5	22,7	7,5	(0,4)	(7,9)	55,5
Margem Líquida ajustada	1,1%	0,6%	-4,3%	0,9%	4,3%	10,9%	-1,4%	5,7%	0,9%

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO VIII

RESULTADOS POR SEGMENTO – 2010

12M10 (em R\$ milhões)	Magazine Luiza	Lojas Maia 100%	Varejo Pro-Forma	Financeira 50%	Seguradora 50%	Consórcio 100%	Eliminações	Consolidado
Receita Bruta	4.996,4	328,0	5.324,4	395,4	58,3	21,1	(107,2)	5.692,0
Impostos e Cancelamentos	(802,8)	(79,7)	(882,4)	-	-	(1,5)	-	(884,0)
Receita Líquida	4.193,6	248,3	4.442,0	395,4	58,3	19,6	(107,2)	4.808,0
Custo Total	(2.916,7)	(176,1)	(3.092,8)	(61,0)	(2,9)	(9,5)	-	(3.166,3)
Lucro Bruto	1.276,9	72,2	1.349,1	334,4	55,4	10,0	(107,2)	1.641,8
Despesas com vendas	(855,9)	(29,9)	(885,8)	(122,5)	(37,1)	-	85,1	(960,2)
Despesas gerais e administrativas	(198,2)	(28,6)	(226,8)	(2,9)	(9,4)	(9,8)	-	(248,9)
Perda em liquidação duvidosa	(14,5)	(0,0)	(14,5)	(160,8)	-	-	-	(175,3)
líquidas	54,8	1,0	55,8	11,0	-	0,8	(5,1)	62,5
Total de Despesas Operacionais	(1.013,7)	(57,6)	(1.071,2)	(275,1)	(46,5)	(9,0)	80,0	(1.321,8)
EBITDA	263,3	14,7	277,9	59,3	8,9	1,0	(27,2)	319,9
Depreciação e amortização	(65,7)	(1,4)	(67,1)	(1,1)	(5,1)	(0,3)	5,1	(68,5)
EBIT	197,5	13,2	210,8	58,2	3,8	0,8	(22,0)	251,4
Equivalência patrimonial	40,1	-	42,4	-	-	-	(40,1)	-
Resultado Financeiro	(155,1)	(15,5)	(170,6)	-	6,4	0,7	22,0	(141)
Lucro Operacional	82,6	(2,3)	82,6	58,2	10,2	1,4	(40,1)	110,0
IR / CS	(13,8)	-	(13,8)	(22,9)	(4,0)	(0,5)	-	(41,1)
Lucro Líquido	68,8	(2,3)	68,8	35,3	6,2	0,9	(40,1)	68,8
Margem Bruta	30,4%	29,1%	30,4%	84,6%	95,0%	51,2%	100,0%	34,1%
Margem EBITDA	6,3%	5,9%	6,3%	15,0%	15,3%	5,1%	25,4%	6,7%
Margem Líquida	1,6%	-0,9%	1,5%	8,9%	10,6%	4,8%	37,4%	1,4%

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO IX

ABERTURA DAS VENDAS E NÚMERO DE LOJAS POR CANAL

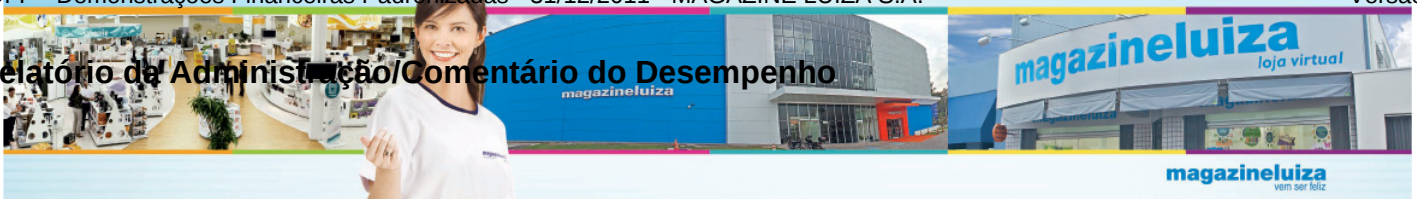
Receita Bruta por Canal	12M11	A.V.(%)	12M10	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas virtuais	295,1	4,1%	238,6	4,5%	23,6%
Site	821,1	11,5%	568,7	10,7%	44,4%
Subtotal - Canal Virtual	1.116,1	15,7%	807,3	15,2%	38,2%
Lojas convencionais	5.996,6	84,3%	4.517,1	84,8%	32,8%
Magazine Luiza	4.942,4	69,5%	4.189,1	78,7%	18,0%
Lojas Maia	992,1	13,9%	328,0	6,2%	202,4%
New Co.	62,2	0,9%	-	-	-
Total	7.112,8	100,0%	5.324,4	100,0%	33,6%

Receita Bruta por Canal	4T11	A.V.(%)	4T10	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas virtuais	96,7	4,6%	77,6	4,3%	24,6%
Site	250,9	11,8%	183,5	10,2%	36,8%
Subtotal - Canal Virtual	347,7	16,4%	261,1	14,5%	33,1%
Lojas convencionais	1.772,8	83,6%	1.540,0	85,5%	15,1%
Magazine Luiza	1.461,9	68,9%	1.313,7	72,9%	11,3%
Lojas Maia	257,8	12,2%	226,2	12,6%	14,0%
New Co.	53,1	2,5%	-	-	-
Total	2.120,5	100,0%	1.801,1	100,0%	17,7%

Número de Lojas por Canal - Final do Período	2011	Part(%)	2010	Part(%)	Crescimento
					Total
Lojas virtuais	103	14,1%	67	11,1%	36
Site	1	0,1%	1	0,2%	-
Subtotal - Canal Virtual	104	14,3%	68	11,3%	36
Lojas convencionais	624	85,7%	536	88,7%	88
Magazine Luiza	413	56,7%	400	66,2%	13
Lojas Maia	142	19,5%	136	22,5%	6
New Co.	69	9,5%	-	0,0%	69
Total	728	100,0%	604	100,0%	124

Área total de vendas (m²)	454.045	100,0%	400.112	100,0%	13,5%
----------------------------------	----------------	---------------	----------------	---------------	--------------

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO X

LUIZACRED

Indicadores Operacionais

A Luizacred é uma *joint-venture* entre Magazine Luiza e Itaú Unibanco, responsável pelo financiamento da maior parte das vendas. O papel principal do Magazine Luiza é a gestão dos colaboradores e o atendimento dos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo financiamento da Luizacred, pela elaboração das políticas de crédito e cobrança e pelas atividades de suporte como contabilidade e tesouraria.

Em dez/11, a Luizacred tinha uma base total de 4,4 milhões de cartões emitidos. Nos últimos 12 meses, a base total de cartões cresceu 34,6%, contribuindo para a evolução do faturamento do Cartão Luiza, dentro e fora das lojas (no 4T11, o faturamento fora representou 66,2% do faturamento total do Cartão, com crescimento de 80,5% em relação ao 4T10). A carteira de crédito da Luizacred, incluindo cartão de crédito, CDC e empréstimo pessoal, somava R\$3,3 bilhões ao final do 4T11.

LUIZACRED - Indicadores Chave (em R\$ milhões)	4T11	4T10	Var(%)	12M11	12M10	Var(%)
Base Total de Cartões (mil)	4.426	3.287	34,6%	4.426	3.287	34,6%
Faturamento Cartão Luiza Dentro	622	595	4,5%	2.258	1.857	21,6%
Faturamento Cartão Luiza Fora - Bandeira	1.217	674	80,5%	3.882	2.118	83,3%
Faturamento CDC	223	174	28,2%	670	563	19,1%
Faturamento Empréstimo Pessoal	51	48	6,0%	243	237	2,6%
Faturamento Total Luizacred	2.112	1.491	41,7%	7.175	4.877	47,1%
Carteira Cartão	2.737	1.969	39,0%	2.737	1.969	39,0%
Carteira CDC	459	391	17,5%	459	391	17,5%
Carteira Empréstimo Pessoal	139	-	-	139	-	-
Carteira Total	3.334	2.360	41,3%	3.334	2.360	41,3%

Política de Crédito e Cobrança

A concessão de crédito da Luizacred é feita seguindo políticas e critérios estabelecidos pela área de Modelagem e Políticas de Crédito do Itaú Unibanco. As políticas são definidas com base em modelos estatísticos, proprietários, usando como critério de decisão o modelo de *Risk Adjusted Return on Capital* (RAROC). Por conservadorismo, a Luizacred reduziu a taxa de aprovação das propostas de financiamentos em mais 5 pontos percentuais no 4T11 em relação ao 3T11.

Resultado da Intermediação Financeira

A receita da intermediação financeira cresceu 52,5% no 4T11 em relação ao 4T10, com destaque para o empréstimo pessoal que, no 3T11, passou a ser contabilizado como resultado da intermediação financeira (anteriormente, o resultado desse produto era reconhecido na linha de outras receitas operacionais, via *profit sharing*). Excluindo esse efeito, a receita de intermediação financeira cresceu 29,4%, em função do crescimento do cartão de crédito.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Provisão para Devedores Duvidosos

Os indicadores de atraso da carteira da Luizacred melhoraram no 4T11 em relação ao 3T11. A carteira em atraso representava 16,8% da carteira total em dez/11, comparado com 17,7% em set/11, uma redução de 0,9 ponto percentual. A provisão de perdas sobre a carteira da Luizacred foi de 4,0% no 4T11, em linha com as perdas observadas no 3T11 (4,3%) e 4T10 (4,1%).

Finalmente, o saldo de provisões no balanço da Luizacred aumentou de R\$455,7 milhões (15,1% da carteira total) em set/11 para R\$469,5 milhões (14,1% da carteira total) em dez/11, permanecendo R\$14,8 milhões acima da provisão requerida pelo Banco Central de acordo com a Lei no. 2682. O saldo de provisões representava 114% da carteira em atraso acima de 90 dias.

CARTEIRA - VISÃO ATRASO	dez/11		set/11		jun/11		mar/11		dez/10	
Carteira Total (R\$ milhões)	3.334,2	100,0%	3.011,7	100,0%	2.668,3	100,0%	2.424,2	100,0%	2.359,7	100,0%
000 à 014 dias	2.773,8	83,2%	2.478,2	82,3%	2.155,4	80,8%	1.890,1	78,0%	1.901,7	80,6%
015 à 030 dias	43,2	1,3%	34,2	1,1%	78,8	3,0%	96,6	4,0%	91,0	3,9%
031 à 060 dias	39,5	1,2%	36,2	1,2%	51,9	1,9%	59,7	2,5%	64,8	2,7%
061 à 090 dias	64,4	1,9%	52,7	1,8%	48,4	1,8%	63,7	2,6%	43,3	1,8%
091 à 120 dias	53,2	1,6%	54,0	1,8%	45,3	1,7%	66,2	2,7%	36,2	1,5%
121 à 150 dias	46,4	1,4%	48,8	1,6%	47,3	1,8%	51,6	2,1%	31,4	1,3%
151 à 180 dias	41,9	1,3%	51,8	1,7%	51,2	1,9%	33,5	1,4%	29,1	1,2%
180 à 360 dias	271,8	8,2%	255,7	8,5%	190,0	7,1%	162,8	6,7%	162,2	6,9%
Atraso de 15 a 90 dias	147,0	4,4%	123,2	4,1%	179,1	6,7%	219,9	9,1%	199,0	8,4%
Atraso maior 90 dias	413,3	12,4%	410,3	13,6%	333,8	12,5%	314,2	13,0%	259,0	11,0%
Atraso Total	560,4	16,8%	533,5	17,7%	512,9	19,2%	534,1	22,0%	458,0	19,4%
PDD em IFRS	469,5	14,1%	455,7	15,1%	372,9	14,0%	333,4	13,8%	309,4	13,1%
Índice de Cobertura	114%		111%		112%		106%		119%	

Nota: para melhor comparabilidade e análise de performance dos créditos (NPL), a Companhia passou a divulgar a abertura da carteira pelo critério de atraso, enquanto que no Banco Central a Companhia continua divulgando a abertura da carteira na visão por faixa de risco.

Outras receitas (despesas) operacionais

A receita de prestação de serviços cresceu 33,8% no 4T11 em relação ao 4T10, com destaque para o aumento das receitas de tarifas e comissões pelo uso do Cartão Luiza fora das lojas. Além disso, vale destacar que: (i) a redução nas outras receitas operacionais está associada à mudança da contabilização do empréstimo pessoal; (ii) o aumento nas outras despesas operacionais está relacionado ao crescimento acelerado da base de cartões de crédito e abertura de novas lojas, que devem ser diluídas ao longo do tempo com a maturação da base, crescimento da carteira e pelos esforços da Companhia na redução de despesas.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração de Resultados

LUIZACRED - Resultados (em R\$ milhões)	4T11	AV	4T10	AV	Var(%)	12M11	AV	12M10	AV	Var(%)
Receitas da Intermediação Financeira	271,5	100,0%	178,1	100,0%	52,5%	882,6	100,0%	666,1	100,0%	32,5%
Cartão	181,4	66,8%	124,1	69,7%	46,2%	610,6	69,2%	463,2	69,5%	31,8%
CDC	47,2	17,4%	54,0	30,3%	-12,5%	202,2	22,9%	202,9	30,5%	-0,3%
EP	42,9	15,8%	-	0,0%	0,0%	69,80	7,9%	-	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(185,3)	-68,3%	(142,0)	-79,7%	30,6%	(658,5)	-74,6%	(443,6)	-66,6%	48,4%
Operações de Captação no Mercado	(51,0)	-18,8%	(38,3)	-21,5%	33,0%	(195,2)	-22,1%	(121,9)	-18,3%	60,1%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(134,4)	-49,5%	(103,6)	-58,2%	29,7%	(463,3)	-52,5%	(321,7)	-48,3%	44,0%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	86,2	31,7%	36,1	20,3%	138,7%	224,1	25,4%	222,5	33,4%	0,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(85,3)	-31,4%	(19,2)	-10,8%	344,2%	(143,6)	-16,3%	(106,2)	-15,9%	35,2%
Receitas de Prestação de Serviços	49,8	18,3%	37,2	20,9%	33,8%	175,1	19,8%	124,7	18,7%	40,5%
Despesas de Pessoal	(1,0)	-0,4%	(1,5)	-0,8%	-35,3%	(6,3)	-0,7%	(5,7)	-0,9%	11,0%
Outras Despesas Administrativas	(60,6)	-22,3%	(47,5)	-26,7%	27,5%	(210,3)	-23,8%	(201,8)	-30,3%	4,2%
Depreciação e Amortização	(2,8)	-1,0%	(0,6)	-0,3%	398,5%	(10,8)	-1,2%	(2,2)	-0,3%	386,5%
Despesas Tributárias	(17,5)	-6,5%	(11,6)	-6,5%	50,9%	(55,1)	-6,2%	(43,2)	-6,5%	27,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(53,2)	-19,6%	4,8	2,7%	-1213,6%	(36,2)	-4,1%	22,0	3,3%	-264,0%
Outras Receitas Operacionais	8,3	3,1%	17,6	9,9%	-52,9%	150,3	17,0%	72,9	10,9%	106,1%
Outras Despesas Operacionais	(61,5)	-22,6%	(12,8)	-7,2%	380,7%	(186,4)	-21,1%	(50,9)	-7,6%	266,4%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	0,9	0,3%	16,9	9,5%	-94,5%	80,6	9,1%	116,3	17,5%	-30,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4,2)	-1,5%	(6,5)	-3,7%	-36,0%	(35,1)	-4,0%	(45,8)	-6,9%	-23,4%
Lucro Líquido	(3,2)	-1,2%	10,4	5,8%	-131,0%	45,5	5,2%	70,5	10,6%	-35,5%

Patrimônio Líquido

De acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, o patrimônio líquido da Luizacred, em dez/11, era de R\$311,8 milhões. Em função de provisões adicionais e outros ajustes requeridos pelo IFRS, o patrimônio líquido da Luizacred para efeito das demonstrações financeiras do Magazine Luiza era de R\$303,0 milhões.

Relatório de Administração/Comentário do Desempenho



TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Teleconferência em Português/Inglês (com tradução simultânea)

23 de março de 2012 (sexta-feira)

11h00 – Horário de Brasília

10h00 – Horário Estados Unidos (EST)

Para participantes no Brasil:

Telefone para conexão: +55-11-3127-4971

Código de conexão: Magazine Luiza

Link de webcast: <http://webcast.mz-ir.com/publico.aspx?codplataforma=3534>**Para participantes no Exterior:**

Telefone para conexão: + 1-516-3001066

Código de conexão: Magazine Luiza

Link de webcast: <http://webcast.mz-ir.com/publico.aspx?codplataforma=3535>**Replay (disponível por 7 dias):**

Telefone para conexão: +55-11-3127-4999

Identificador para versão em Português: 39672588 / Para versão em Inglês: 99691945

Relações com Investidores

Roberto Bellissimo Rodrigues

Diretor Financeiro e de RI

Tatiana Santos

Gerente de RI e Novos Negócios

Anderson Rezende

Coordenador de RI e Novos Negócios

Tel.: +55 11 3504-2727

ri@magazineluiza.com.br**Sobre o Magazine Luiza**

O Magazine Luiza, fundado em 1957, é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 2001, com o objetivo de aumentar o relacionamento com os clientes, o Magazine Luiza foi pioneiro ao formar uma parceria com o Itaú Unibanco, criando a Luizacred. Em 2005, o Magazine Luiza também inovou ao se tornar o primeiro varejista a controlar uma empresa de seguros, a Luizaseg, em conjunto com a Cardif, do grupo BNP Paribas. Finalmente, em 2010, o Magazine Luiza adquiriu a Lojas Maia, umas das maiores redes de varejo com presença em todos os estados do Nordeste, a região que mais cresce no Brasil. Em jun/11 a Companhia adquiriu as lojas do Baú da Felicidade.

EBITDA, EBITDA Ajustado e Lucro Líquido Ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Aviso Legal

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento do Magazine Luiza são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das aprovações e licenças necessárias para homologação dos projetos, condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e Relatório
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho
Nogueira, 150 - 5º andar
Campinas - SP - 13091-611
Brasil

Tel: + 55 (19) 3707-3000
Fax: + 55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membros, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Notas Explicativas

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC n° 1 SP 156465/O-9

Notas Explicativas

MAGAZINE LUIZA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo (principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis), através de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico, cuja sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam 728 lojas (604 lojas em 2010) e 8 centros de distribuição (8 centros de distribuição em 2010) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País.

A Companhia participa no capital social de outras sociedades, conforme detalhado a seguir:

- a) Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Luizacred”) - Sociedade controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto a oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza;
- b) Luizaseg Seguros S.A. (“Luizaseg”) - Sociedade controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., que tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil, aos clientes da rede de lojas do Magazine Luiza;
- c) Luiza Administradora de Consórcios Ltda. (“LAC”) - Controlada integral que tem por objeto social a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos e imóveis;
- d) F.S. Vasconcelos & Cia Ltda. (“Lojas Maia”) - Controlada integral, representada por rede de lojas, que atua no mesmo ramo de negócios do Magazine Luiza S.A na região Nordeste do Brasil, adquirida em julho de 2010.

No exercício de 2011, a Companhia efetuou a aquisição da “New-Utd Utilidades Domésticas S.A.” (“New-Utd”), empresa constituída pelo acervo líquido de 121 pontos comerciais da BF Utilidades Domésticas Ltda. e a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., dos respectivos contratos de locação, dos móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como das estruturas de tecnologia de informação (hardware e software). O processo de aquisição foi encerrado com a incorporação societária da New-Utd em 31 de outubro de 2011. Veja informações detalhadas na nota explicativa nº 8.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, doravante serão referidas como “Grupo” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras do Grupo compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora apresentados nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras de uma controlada em conjunto foram consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia nesta controlada em conjunto. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O resultado das operações da controlada adquirida durante o exercício está incluído nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas controladas em conjunto são eliminadas na proporção da participação da Companhia nestas sociedades.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de “due diligence”, advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 2.5 abaixo). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma controlada ou uma controlada em conjunto, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.5. Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 2.4 acima), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), conforme descritivo na nota explicativa nº 11.

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

2.6. Participações em controladas em conjunto (“Joint Ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual o Grupo e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Os acordos existentes de “joint venture”, no caso da Companhia, compreendem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detém uma participação, sendo as mesmas denominadas como “controladas em conjunto”.

O Grupo apresenta suas participações em controladas em conjunto nas suas demonstrações financeiras consolidadas usando o método de consolidação proporcional. As participações do Grupo nos ativos, nos passivos e nos resultados das controladas em conjunto são combinadas, na proporção da participação da Companhia, com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, linha a linha, após as devidas eliminações, na proporção da participação da Companhia, de transações, saldos, receitas e despesas existentes entre as mesmas.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as participações em controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros ou os prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida da parcela atribuível à participação dos demais empreendedores.

2.7. Apuração de resultado**2.7.1. Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

Notas Explicativas

a) Revendas de produtos

A receita de revendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal dos mesmos é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia ou ao Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

b) Operações de crédito

Reconhecidas ao longo da vigência dos contratos “pro rata die”, de acordo com as respectivas taxas de juros pactuadas.

c) Operações com seguros

Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou faturas, ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas.

d) Administração de consórcios

A receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

2.7.2. Custos das mercadorias revendidas e dos serviços prestados

Incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas. No consolidado inclui, também, as despesas de intermediação financeira com as operações de captação de “funding”.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.7.3. Ajustes a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazos, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e expectativas do ativo em suas datas originais.

Atividades de varejo

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e descontadas a valor presente na data das transações em virtude de seus prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada está atrelada à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), a qual é considerada como taxa livre de risco pela Administração do Grupo, tendo em vista os riscos do país. Referida taxa é ajustada pela Administração para refletir os riscos de seus negócios e tem como fundamento e premissa a taxa média de encargos financeiros que o Grupo incorre em suas captações financeiras. Adicionalmente, referida taxa ajustada incorpora outras probabilidades associadas à realização de contas a receber de clientes e liquidação de contas a pagar a fornecedores.

As taxas de desconto utilizadas foram como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Taxa de desconto - ao ano	11,74%	12,24%
Percentual relativo do CDI	108%	115%

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” (tendo como contrapartida a conta de “Estoques”). Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas, das prestações de serviços e de captações para operações financeiras”, pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias à prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de produtos”, pela fruição do prazo.

Parte do custo financeiro incorrido pela Companhia, proporcional ao montante de financiamento concedido a clientes, é registrado como custo das vendas para contrapor a receita financeira registrada como receita de vendas.

Operações de crédito

As operações de crédito, na controlada em conjunto Luizacred, são registradas ao valor presente, considerando as taxas de juros pactuadas em contratos e as variações dos indexadores da operação.

Notas Explicativas

Não foram identificados ajustes materiais no cálculo a valor presente de passivos a longo prazo, tais como impostos parcelados e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, considerando principalmente que o saldo de tais rubricas representa a melhor estimativa de desembolso pela Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e estão atualizados monetariamente, quando aplicável.

2.7.4. As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação, deduzidas da participação dos fornecedores, que é reembolsável ao Grupo;

2.7.5. As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

2.8. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Grupo é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e das controladas em conjunto, consolidadas pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, também são preparadas em reais.

(b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Método dos juros efetivos

O método dos juros efetivos é um método utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e alocar a receita dos juros durante o período em que esse ativo é mantido pelo Grupo. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que compõem a taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro, ou quando apropriado, por um período menor.

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos financeiros ao valor justo através do resultado têm seus ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer dividendos ou juros obtidos sobre o ativo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na nota nº 29.

Ativos financeiros são classificados ao valor justo através do resultado quando mantidos para negociação, em função do seguinte:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em um futuro próximo;
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; ou
- É um derivativo não designado e mantido como instrumento de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Esta designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência quando de sua mensuração ou reconhecimento;
- O ativo financeiro é parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, cujo desempenho é avaliado com base em seu valor justo de acordo com a política de gestão de riscos e estratégias de investimentos estabelecidas pela Administração do Grupo; ou
- Se o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido pelas IFRS que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos classificados como “mantidos até o vencimento” correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determinados e vencimentos fixos, para os quais o Grupo tenha intenção positiva e habilidade para mantê-los até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de provisão para trazê-los ao seu valor líquido de realização, quando aplicável, tendo suas receitas reconhecidas com base na taxa de retorno efetiva.

Notas ExplicativasInstrumentos financeiros disponíveis para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos pelo Grupo para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo. O valor justo é determinado da mesma forma como descrito na nota nº 29. Ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, com exceção das perdas decorrentes por “impairment”, juros calculados utilizando-se o método dos juros efetivos e ganhos e perdas com variação cambial de ativos monetários, os quais são reconhecidos diretamente no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas como “outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica de “reserva de reavaliação de investimentos”. Quando o investimento é alienado ou é determinado como estando deteriorado, o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido na reserva de reavaliação de investimentos, é então incluído no resultado do exercício ou período a que se refere.

O valor justo dos ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira, quando existentes, é traduzido para a moeda funcional pela taxa de câmbio no encerramento do exercício. A mudança no valor justo atribuída às diferenças de câmbio que resultem da mudança do custo amortizado do ativo é reconhecida diretamente no resultado. Outras mudanças são reconhecidas no patrimônio líquido na reserva de reavaliação de investimentos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos, contas a receber de clientes, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros (“Impairment”)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício ou período. As perdas são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor líquido recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, que na avaliação individual não apresentam redução ao seu valor recuperável, podem, subsequentemente, vir a apresentar perda em seu valor recuperável quando avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor líquido recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de títulos, o aumento no número de recebimentos em atraso e mudanças observáveis nas condições econômicas relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, sua redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor líquido recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor líquido recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao seu valor líquido recuperável, com exceção de contas a receber em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, o saldo acumulado reconhecido em “outros resultados abrangentes” (conta específica do patrimônio líquido) é reclassificado para o resultado.

Se em um período subsequente a redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros registrados ao custo amortizado diminuir e esta diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após seu reconhecimento, esta redução deve ser revertida e registrada no resultado do exercício em que ocorrer a reversão, limitada ao valor contábil líquido da amortização acumulada.

As reversões de perdas por redução ao valor líquido recuperável de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, originalmente reconhecidas no resultado, são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” e acumuladas na rubrica reserva de reavaliação de investimentos. Por outro lado, as reversões de perdas de títulos da dívida disponíveis para venda são revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A baixa um ativo financeiro somente ocorre quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para terceiros. Se o Grupo mantém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá que pagar quando de sua liquidação ou transferência definitiva. A baixa total de um ativo financeiro é reconhecida no resultado e correspondente à diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida, a receber e o saldo acumulado em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**2.10. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio líquido emitidos pelo Grupo**Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pelo Grupo são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Instrumentos compostos

Os componentes de um instrumento composto, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente.

Passivos de garantias financeiras contratuais

Passivos de garantias financeiras contratuais são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo maior valor entre o montante da obrigação contratual, de acordo com IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante inicialmente reconhecido, deduzido, quando aplicável, da apropriação acumulada reconhecida de acordo com a prática contábil para reconhecimento de receita apresentada acima.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando mantidos para negociação ou quando designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com propósito de recompra em futuro próximo;
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que o Grupo administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; ou
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de hedge efetivo.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que poderia surgir; ou
- Compor parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, administrado e avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de riscos e estratégias de investimento formalizadas pelo Grupo; ou
- São parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o “IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio do resultado.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incorpora quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme nota nº 29.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros.

O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa seus passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou no seu vencimento.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da diretoria financeira, de acordo com estratégias previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescida de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado na moeda funcional, acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Notas Explicativas

A nota explicativa nº 29 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando auferidos ou incorridos, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

2.13. Títulos e valores mobiliários

São classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

- Quando o propósito da aquisição dos investimentos é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter o investimento até seu vencimento.
- Quando a intenção, no momento de efetuar o investimento, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações financeiras são classificadas como títulos disponíveis para venda.
- Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros e correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

2.14. Contas a receber e provisão para devedores duvidosos

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado: a) a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de revendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7.3 e, b) pela provisão para devedores duvidosos, definida com base nas diretrizes mencionadas na nota 2.9 - Ativos Financeiros, no item “redução ao valor líquido recuperável de ativos financeiros (“Impairment”).

O valor de antecipações de recebíveis de cartões de crédito é baixado de contas a receber uma vez que o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade desses recebíveis para o banco e/ou administradora de cartões de crédito. Os encargos financeiros incorridos pelo Grupo nessa operação são apropriados no resultado como despesas financeiras.

Os valores a receber decorrentes de propaganda cooperada, bonificações e outras transações com fornecedores, oriundos de contratos comerciais e outros acordos, somente são registrados mediante a existência documentação que evidencie a existência desse acordo e são calculados, principalmente, sobre o volume das compras e de atividades específicas de propaganda.

As operações de crédito incluídas em contas a receber são registradas a valor presente, calculado "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após esse período, o reconhecimento dos encargos no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em operações com cartões de crédito no passivo circulante.

2.15. Estoques

São demonstrados pelo menor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Notas Explicativas**2.16. Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.17. Arrendamento

Os ativos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações financeiras como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

2.18. Intangível**2.18.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado e são submetidos a testes para análise de redução do seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica “projetos em andamento”.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

2.18.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Até 31 de dezembro de 2007, os ágios que tinham como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição, os saldos de ágios não são mais amortizados contabilmente e são submetidos a teste anual para análise de redução do seu valor líquido recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.18.3. Baixas de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.19. Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.20. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando o Grupo possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam o Grupo e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.21. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

2.22. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.22.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.22.2. Provisões técnicas de seguros (aplicáveis a Luizaseg)**a) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

Representa as parcelas dos prêmios de seguro que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência das apólices ou faturas, calculados “pro rata temporis”.

b) Provisão para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)

Representa o ajuste da PPNG em decorrência da existência de riscos vigentes cuja apólice ainda não foi emitida, e é calculada de acordo com premissas atuariais específicas de sociedades seguradoras.

c) Provisão para insuficiência de prêmios (PIP)

É constituída se constatada a necessidade de complemento da PPNG para a cobertura dos sinistros estimados e despesas administrativas, a ocorrer até o final da vigência do risco coberto. Não se verificou insuficiência de prêmios em quaisquer dos exercícios apresentados.

d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço.

e) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço.

2.22.3. Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30).

Notas Explicativas**2.23. Tributação****a) Impostos correntes**

As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social estão baseadas na base tributável dos exercícios. A base tributável de um exercício difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, por excluir receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

b) Impostos diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício ou período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou período ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Grupo espera, no final de cada exercício ou período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

c) Imposto sobre a renda corrente e diferido

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações.

2.24. Benefícios a empregados

O Grupo possui planos de benefícios a empregados incluindo plano de aposentadoria complementar, assistência médica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está descrita na nota nº 26.

O plano de aposentadoria complementar se caracteriza na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual o Grupo não tem qualquer obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos aos empregados como resultado de serviços passados.

2.25. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguiu as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, demais receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e a amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas similares). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros, que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil de ativos de longa duração

O Grupo reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, o Grupo revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

e) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

Para as atividades financeiras, aplicáveis a Luizacred, a constituição da provisão leva em consideração o atendimento ao marco regulatório estabelecido pelo Banco Central do Brasil, acrescida de eventuais necessidades identificadas pela Administração do Grupo, como inadimplência nos pagamentos do principal ou juros, dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em deterioração na posição financeira do devedor, por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, violação de cláusulas ou termos de empréstimos pessoais.

g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.27. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**(a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.**

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas até 31 de dezembro de 2011, entretanto não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRS - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações da IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações do IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações da IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações do IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- (b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados a partir de 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações da IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações da IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações do IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com o IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado em 2011) “Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRS 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado em 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e à SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controles compartilhados”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações do IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (‘CVM’) em manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS****3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

		Controladora		Consolidado	
		(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>Taxas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa		10.751	8.806	13.260	10.292
Bancos		32.820	147.629	41.428	255.702
Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação:					
Certificados de depósitos bancários	De 89,0% a 102,5% CDI	106.876	4.155	113.025	11.148
Fundos de investimentos não exclusivos	103,8% CDI	<u>533</u>	<u>20.673</u>	<u>5.404</u>	<u>51.723</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa		<u>150.980</u>	<u>181.263</u>	<u>173.117</u>	<u>328.865</u>

3.2. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado	<u>Taxas médias</u>	Controladora		Consolidado	
		(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Mantidos para negociação</u>					
Fundo de investimento não exclusivo	105% CDI	-	-	29.587	30.456
Fundo de investimento exclusivo:					
Títulos públicos federais	(a)	22.476	-	22.476	-
Operações compromissadas	(a)	2.803	-	2.803	-
Depósitos a prazo e outros títulos	(a)	1.597	-	1.597	-
<u>Disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos de renda fixa - LFT	100% Selic	-	-	61.761	48.227
Total de títulos e valores mobiliários		<u>26.876</u>	<u>-</u>	<u>118.224</u>	<u>78.683</u>
Ativo circulante		26.876	-	74.957	46.732
Ativo não circulante		-	-	43.267	31.951
Total		<u>26.876</u>	<u>-</u>	<u>118.224</u>	<u>78.683</u>

- (a) Refere-se a fundo de investimento exclusivo de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira estava substancialmente distribuída nas três categorias descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciados à variação da taxa mensal do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a receber de clientes:				
Cartões de débito e crédito (a)	262.117	273.503	293.739	306.200
Credenciário próprio (b)	59.824	60.076	73.492	121.406
Contratos de garantia complementar (c)	31.434	27.494	31.434	27.494
Operações de crédito (d)	-	-	1.667.164	1.179.822
Outros	-	-	-	844
Total de contas a receber de clientes	<u>353.375</u>	<u>361.073</u>	<u>2.065.829</u>	<u>1.635.766</u>
Provenientes de acordos comerciais (e)	128.265	103.651	146.738	105.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.456)	(28.172)	(259.221)	(182.924)
Ajuste a valor presente	<u>(15.000)</u>	<u>(12.189)</u>	<u>(16.111)</u>	<u>(15.222)</u>
Total de contas a receber	<u>442.184</u>	<u>424.363</u>	<u>1.937.235</u>	<u>1.543.385</u>
Circulante	436.326	422.702	1.927.828	1.524.671
Não circulante	5.858	1.661	9.407	18.714

Os montantes classificados como contas a receber acima apresentadas são classificados como recebíveis e, por conseguinte, mensurados pelo custo amortizado. O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 201 dias na controladora e de 132 dias no consolidado.

O ajuste a valor presente é calculado nas datas dos balanços para todas as contas a receber de clientes, exceto aquelas provenientes de acordos comerciais liquidadas em um curto espaço de tempo e cujo efeito não é material. Para seu cálculo é levado em consideração o prazo de realização do ativo utilizando-se uma taxa de desconto baseada na taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, conforme comentado na nota 2.7.3. Esta taxa é considerada, pela Administração do Grupo, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para estes ativos. As operações de crédito estão registradas a valor presente, calculadas “pro rata die” com base na taxa de juros pactuada.

Foram cedidas contas a receber em garantia de empréstimos no montante de R\$187.269 em 31 de dezembro de 2011 (R\$231.284 em 31 de dezembro de 2010), representadas por recebíveis de cartões de crédito.

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas através dos cartões de crédito, os quais a Companhia e sua controlada Lojas Maia recebem das operadoras em montantes prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía créditos cedidos a instituições financeiras, que montavam em R\$441.012 (R\$235.007 em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 104,8% a 107,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de despesa financeira. A Companhia, através das operações de antecipação de cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, o saldo de contas a receber está líquido destes créditos.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela própria Companhia.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Companhia, para a Luizaseg. A Companhia destina à Luizaseg o valor da garantia estendida, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.
- (d) Refere-se às operações de financiamento a clientes e de crédito pessoal executados pela controlada em conjunto Luizacred.
- (e) Refere-se a bonificações de produtos a serem recebidas de fornecedores, decorrentes do atendimento a volume de compras, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do período	(28.172)	(29.698)	(182.924)	(186.636)
(+) Adições	(18.710)	(26.368)	(250.362)	(222.637)
(-) Baixas	<u>22.426</u>	<u>27.894</u>	<u>174.065</u>	<u>226.349</u>
Saldo no final do período	<u>(24.456)</u>	<u>(28.172)</u>	<u>(259.221)</u>	<u>(182.924)</u>

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valores a vencer:				
Até 30 dias	29.895	44.927	509.045	288.252
Entre 31 e 60 dias	39.248	57.521	330.951	293.166
Entre 61 e 90 dias	48.713	50.286	249.269	185.258
Entre 91 e 180 dias	101.132	101.698	401.886	376.952
Entre 181 e 360 dias	109.075	91.398	281.020	275.649
Acima de 361 dias	<u>8.440</u>	<u>3.442</u>	<u>12.433</u>	<u>20.939</u>
	336.503	349.272	1.784.604	1.440.216
Valores vencidos:				
Até 30 dias	4.573	3.067	26.046	30.050
Entre 31 e 60 dias	2.882	2.086	18.622	29.068
Entre 61 e 90 dias	2.468	1.624	31.843	18.068
Entre 91 e 180 dias	6.949	4.752	71.431	44.186
Entre 181 e 360 dias	-	240	132.636	74.141
Acima de 361 dias	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>647</u>	<u>37</u>
	16.872	11.801	281.225	195.550
Total	<u>353.375</u>	<u>361.073</u>	<u>2.065.829</u>	<u>1.635.766</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A composição das contas a receber proveniente de acordos comerciais, por idade de vencimento, é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valores a vencer:				
Até 30 dias	32.270	56.092	35.281	57.704
Entre 31 e 60 dias	55.221	20.363	63.650	20.623
Entre 61 e 90 dias	16.195	3.296	17.609	3.403
Entre 91 e 180 dias	15.637	999	17.276	1.134
Entre 181 e 360 dias	<u>850</u>	<u>80</u>	<u>944</u>	<u>80</u>
	120.173	80.830	134.760	82.944
Valores vencidos:				
Até 30 dias	2.056	4.615	3.106	4.615
Entre 31 e 60 dias	1.145	2.951	1.926	2.951
Entre 61 e 90 dias	387	2.108	658	2.108
Entre 91 e 180 dias	1.429	4.787	2.577	4.787
Entre 181 e 360 dias	1.661	5.455	2.297	5.455
Acima de 361 dias	<u>1.414</u>	<u>2.905</u>	<u>1.414</u>	<u>2.905</u>
	8.092	22.821	11.978	22.821
Total	<u>128.265</u>	<u>103.651</u>	<u>146.738</u>	<u>105.765</u>

5. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BR GAAP)</u>		<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercadorias para revenda (a)	1.086.282	721.936	1.256.138	843.376
Material para consumo	5.171	3.310	7.891	3.522
Adiantamento a fornecedores	<u>628</u>	<u>2.901</u>	<u>628</u>	<u>2.901</u>
Total	<u>1.092.081</u>	<u>728.147</u>	<u>1.264.657</u>	<u>849.799</u>

- (a) Adicionadas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), pago antecipadamente no momento da compra dos estoques para revenda, como se devido fosse à operação de saída da mercadoria da Companhia e da controlada Lojas Maia, na condição de sujeito passivo por substituição tributária, o qual é calculado sobre a margem de valor agregado ("MVA"), tomando-se por base o preço de revenda determinado pelas diretrizes constantes na legislação fiscal. A tendência crescente do saldo apresentado ao final de cada exercício decorre do incremento dos itens de revenda incluídos pelos estados da federação, anualmente, no regime de substituição tributária. Esse imposto será realizado no momento da revenda dos estoques, sendo registrada a contrapartida no grupo de "custo das mercadorias vendidas".

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2011, estoques de mercadorias rotativos dados em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$3.500 (veja nota explicativa nº 18).

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas e de ajuste ao valor realizável líquido, a qual reduziu o saldo de estoques, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial do período	(18.597)	(31.519)	(32.629)	(31.519)
Estoques baixados ou vendidos	9.643	42.384	20.043	45.010
Constituição da provisão	<u>(6.080)</u>	<u>(29.462)</u>	<u>(6.229)</u>	<u>(46.120)</u>
Saldo no fim do período	<u>(15.034)</u>	<u>(18.597)</u>	<u>(18.815)</u>	<u>(32.629)</u>

A provisão para perda nos estoques é estimada com base no histórico de perdas apuradas nos inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, adicionado do percentual histórico de recuperação de margem junto a fornecedores, frente ao custo de aquisição das mercadorias. No exercício de 2011, a Administração reviu os critérios desta provisão e decidiu pela mudança na estimativa para realização dos estoques, adicionando na análise a relação de recomposição de margem oferecida por fornecedores, para estoques promocionais. Ainda adicionou à análise de produtos obsoletos, as mercadorias encaminhadas à assistência técnica. Os efeitos quantitativos desta alteração se comparados às premissas anteriores, não geraram variações materiais.

6. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos de partes relacionadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BRGAAP)</u>		<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
<u>Ativo circulante</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Comissões por serviços prestados</u>				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	30.415	17.048	15.555	13.069
Luizaseg (ii)	<u>10.788</u>	<u>11.867</u>	<u>5.394</u>	<u>5.934</u>
	41.203	28.915	20.949	19.003
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	498	405	-	-
<u>Reembolso de despesas e gastos com contemplações de consórcios</u>				
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	169	98	749	98
Lojas Maia (iv)	<u>24.498</u>	<u>3.664</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	24.667	3.762	749	98
Dividendos a receber:				
Luizacred (i)	2.451	7.057	-	-
Luizaseg (ii)	<u>1.774</u>	<u>1.549</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	4.225	8.606	-	-
Saldo a receber pela venda por cartões de crédito:				
Luizacred (i)	39.008	-	20.903	-
Mútuos com controlada:				
Lojas Maia (iv)	20.564	-	-	-
Venda à controladora em conjunto da Luizacred:				
Banco Itaúcard S.A. (v)	-	-	-	497
Venda à controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	-	-	-	16.420
Total ativo circulante	<u>130.165</u>	<u>41.688</u>	<u>42.601</u>	<u>36.018</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

	<u>Controladora</u> <u>(BRGAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Passivo circulante</u>				
<u>Repasse de recebimentos de serviços</u>				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	15.656	4.676	3.805	2.338
Luizaseg (ii)	<u>16.785</u>	<u>19.567</u>	<u>8.391</u>	<u>9.783</u>
	32.441	24.243	12.196	12.121
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	574	493	574	493
<u>Aluguéis a pagar e outros repasses</u>				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	1.103	607	1.103	607
PJD Agropastoril Ltda. (viii)	31	-	31	-
Outras partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
	1.134	607	1.134	620
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
Saldo de campanhas publicitárias a pagar:				
ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (vii)	11.588	8.432	11.588	8.432
Total passivo circulante	<u>45.737</u>	<u>33.775</u>	<u>25.492</u>	<u>21.666</u>
<u>Outros saldos com partes relacionadas</u>				
Depósitos Interfinanceiros:				
Itaú Unibanco S.A. (ix)	-	-	981.478	856.725
Operações com cartões de crédito:				
Redecard S.A (x).	-	-	174.099	220.230

b) Transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u> <u>(BRGAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Receita de comissões por intermediação de serviços</u>				
Controladas em conjunto:				
Luizacred (i)	127.599	85.762	63.800	42.881
Luizaseg (ii)	<u>86.912</u>	<u>77.238</u>	<u>43.456</u>	<u>38.619</u>
	214.511	163.000	107.256	81.500
Controladas:				
Grupo de Consórcios ("LAC") (iii)	4.954	3.633	-	-
<u>Reembolso de despesas compartilhadas</u>				
Controlada em conjunto:				
Luizacred (i)	47.323	43.325	23.662	21.663
Controladas:				
Lojas Maia (iv)	39.834	3.664	-	-
Receita financeira com mútuo:				
Lojas Maia (iv)	603	-	-	-
Venda de estrutura de divulgação:				
Banco Itaúcard S.A. (v)	-	-	21.454	-
Receita com operação de crédito pessoal - Profit Sharing:				
Banco Itaúcard S.A. (v)	-	-	34.981	30.332
Itaú Unibanco S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.198</u>	<u>-</u>
	-	-	50.179	30.332

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	(BRGAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Transações com outras empresas do Grupo Itaú:				
Cessão de crédito (x)	-	-	23.610	-
Intermediação de serviços financeiros (x)	-	-	<u>24.707</u>	<u>26.602</u>
	-	-	48.317	26.602
<u>Resultado na venda de ativo imobilizado</u>				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	10.661	-	10.661	-
Total de receitas	<u>317.886</u>	<u>213.622</u>	<u>261.529</u>	<u>160.097</u>
<u>Despesas com aluguéis de prédios comerciais</u>				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vi)	(4.892)	(5.337)	(4.892)	(5.337)
PJD Agropastoril Ltda. (viii)	<u>(572)</u>	<u>(1.025)</u>	<u>(572)</u>	<u>(1.025)</u>
	(5.464)	(6.362)	(5.464)	(6.362)
Despesas com encargos de antecipação de cartões de crédito:				
Luizacred (i)	(49.161)	(44.067)	(24.581)	(22.034)
Despesas com encargos de depósitos interfinanceiros:				
Itaú Unibanco (ix)	-	-	(102.261)	(59.124)
Compartilhamento de custos comuns:				
Itaú Unibanco (ix)	-	-	(903)	(5.322)
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (xi)	-	-	(1.326)	(1.349)
<u>Despesas com campanhas publicitárias</u>				
Controlada por acionistas controladores da Companhia:				
ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (vii)	(94.805)	(129.296)	(94.805)	(129.296)
Total de despesas	<u>(149.430)</u>	<u>(179.725)</u>	<u>(229.340)</u>	<u>(223.487)</u>

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Itaucard foi considerado como parte relacionada da Luizacred.

- i. As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaucard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- Comissões pela emissão e ativação de cartões de crédito de bandeira própria (“Cartão Luiza”) e despesas financeiras com antecipação de recebíveis de tais cartões;
 - Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Companhia no dia subsequente (“D+1”);
 - Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda.

Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred em D+1.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- ii. Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias complementares. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- iii. Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se às comissões e às operações de vendas efetuadas pela Companhia como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar a LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Companhia nos caixas dos seus pontos de venda.
- iv. O saldo a receber com as Lojas Maia, controlada integral, refere-se: i) ao acordo de reembolso de despesas com propagandas assumidas pela Companhia, baseado em contrato formal entre as partes; e ii) mútuo realizado entre as partes com vencimento em 31 de dezembro de 2012 e remuneração de 100% do CDI. Adicionalmente, a Companhia aparece como garantidora desta controlada em duas operações de empréstimos, cujos contratos somam R\$120.052, por coobrigação de cessão de recebíveis de cartões de crédito e aval.
- v. Os saldos e transações com o Banco Itaúcard S.A., controladora em conjunto da Luizacred, são decorrentes de:
 - a. Participação da Luizacred no resultado da venda de produtos financeiros do “portfólio” do Banco Itaúcard, oferecidos pela Luizacred aos clientes nos pontos de venda da Companhia.
 - b. Venda de estrutura de divulgação, a fim de fomentar a marca da Itaúcard.
- vi. As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (“MTG”), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- vii. As transações com a ETCO - Empresa Técnica de Comunicação Ltda., empresa controlada indiretamente pela vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- viii. As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas.
- ix. Os saldos e transações com o Itaú Unibanco S.A., controladora em conjunto final da Luizacred referem-se a:
 - a. Depósitos interfinanceiros e respectivos encargos apropriados ao resultado, conforme nota explicativa nº 14, são as captações financeiras realizadas pela Luizacred.

Notas Explicativas

- b. Participação da Luizacred no resultado da venda de produtos financeiros do “portfólio” do Itaú Unibanco, oferecidos pela Luizacred aos clientes nos pontos de venda da Companhia.
- c. Custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio de rateio de celebrado entre as partes.
- x. As transações com demais coligadas, as quais são controladas pelo Itaú Unibanco S.A., referem-se a:
 - a. Cessão de créditos, amparada no disposto na Resolução nº 2836 de 30 de maio de 2001, do CMN, de contratos da Luizacred adicionados à provisão para devedores duvidosos;
 - b. Intermediação de serviços financeiros, principalmente relacionados à venda de seguros e correspondentes bancários.
- xi. As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., controladora em conjunto da Luizaseg referem-se a custos administrativos e operacionais, de acordo com convênio celebrado entre as partes.

A Companhia possui ainda saldos relativos a receitas diferidas com partes relacionadas, os quais foram mantidos em rubrica específica para fins de apresentação, conforme nota explicativa nº 16.

c) Remuneração da Administração:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração do Conselho de Administração	219	180
Remuneração da diretoria executiva	9.965	9.104

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários, conforme descrito na nota explicativa nº 26. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração da diretoria executiva. Em 1º de abril de 2011 o Conselho de administração da Companhia aprovou plano de remunerações baseado em ações para a Administração e alguns membros do Conselho. A outorga das opções de ações relativas a este plano ocorreu em 4 de janeiro de 2012, que está demonstrado na nota explicativa nº 32. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

Os benefícios a empregados da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão divulgados na nota explicativa nº 26.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixarem e aprovar em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores de R\$12.595.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- (a) O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.666	82.602	47.937	109.968
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(4.986)</u>	<u>(28.085)</u>	<u>(16.299)</u>	<u>(37.389)</u>
Efeito dos saldos fiscais diferidos devido à diferença na alíquota da CSSL de instituições financeiras, de 9% para 15%, Luizacred e Luizaseg	-	-	(1.390)	(2.702)
Efeito dos prejuízos fiscais não registrados como impostos diferidos ativos das controladas Lojas Maia e New-Utd ⁽¹⁾	(2.009)	-	(13.574)	(770)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	4.460	13.644	-	-
Provisões técnicas indedutíveis - Lei 9.249/95	-	-	(3.089)	(710)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	<u>(465)</u>	<u>673</u>	<u>(1.919)</u>	<u>437</u>
Crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.000)</u>	<u>(13.768)</u>	<u>(36.271)</u>	<u>(41.134)</u>
Corrente	-	(8.736)	(39.059)	(28.326)
Diferido	<u>(3.000)</u>	<u>(5.032)</u>	<u>2.788</u>	<u>(12.808)</u>
Total	<u>(3.000)</u>	<u>(13.768)</u>	<u>(36.271)</u>	<u>(41.134)</u>

- (1) O saldo de reconciliação da controladora refere-se ao prejuízo fiscal da New Utd. do mês de novembro de 2011 que não pode ser aproveitado para fins fiscais.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

- b) Composição dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	68.747	64.053	72.470	65.010
Diferença temporária por adoção de RTT ⁽²⁾	3.219	14.213	3.219	14.213
Provisão para devedores duvidosos	9.512	9.578	51.618	39.622
Provisão para perda em estoques	5.112	6.323	5.112	6.323
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	28.620	19.817	30.256	19.817
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em combinação de negócios	-	-	4.345	18.543
Outras provisões	<u>7.123</u>	<u>474</u>	<u>11.887</u>	<u>4.697</u>
	<u>122.333</u>	<u>114.458</u>	<u>178.907</u>	<u>168.225</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:				
Amortização de intangível em combinação de negócios	-	-	10.693	13.746
Outros	-	-	<u>72</u>	-
	-	-	<u>10.765</u>	<u>13.746</u>

Notas Explicativas

- ² A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), permitido pela Lei 11.941/09 que, a partir da adoção de novas práticas contábeis, cria diferenças temporárias para as bases fiscais.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pelos órgãos da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda, alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária do Grupo, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

[página intencionalmente deixada em branco]

A movimentação dos impostos diferidos em cada um dos exercícios apresentados, é como segue:

	Saldo em 01/01/2010	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado	Apresentação líquida com passivos	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2011
<u>Controladora</u>							
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	67.769	(3.716)	64.053	(6.181)	363	-	58.235
Diferença temporária por adoção de RTT ⁽¹⁾	21.502	(7.289)	14.213	(10.994)	-	10.512	13.731
Provisão para devedores duvidosos	10.097	(519)	9.578	(66)	-	-	9.512
Provisão para perda em estoques	10.716	(4.393)	6.323	(1.211)	-	-	5.112
Provisão para riscos	8.679	11.138	19.817	8.803	-	-	28.620
Outras provisões	727	(253)	474	6.649	-	-	7.123
	<u>119.490</u>	<u>(5.032)</u>	<u>114.458</u>	<u>(3.000)</u>	<u>363</u>	<u>10.512</u>	<u>122.333</u>
 <u>Consolidado</u>							
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	82.724	(17.714)	65.010	(3.415)	363	-	61.958
Diferença temporária por adoção de RTT ⁽¹⁾	21.502	(7.289)	14.213	(10.994)	-	10.512	13.731
Provisão para devedores duvidosos	36.236	3.386	39.622	11.996	-	-	51.618
Provisão para perda em estoques	10.716	(4.393)	6.323	(1.211)	-	-	5.112
Provisão para riscos	8.679	11.138	19.817	10.439	-	-	30.256
Provisão para riscos em combinação de negócios	-	-	18.543	(14.198)	-	-	4.345
Outras provisões	2.633	2.064	4.697	7.190	-	-	11.887
	<u>162.490</u>	<u>(12.808)</u>	<u>168.225</u>	<u>(193)</u>	<u>363</u>	<u>10.512</u>	<u>178.907</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:							
Amortização de intangível em combinação de negócios	-	-	13.746	(3.053)	-	-	10.693
Outros	-	-	-	72	-	-	72
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.746</u>	<u>(2.981)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.765</u>

(1) Compensação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo com saldo de impostos parcelados, especificamente o valor de juros e multas a serem liquidados com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSSL, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6 de 2009.

(2) Os valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido referem-se a efeitos fiscais temporários sobre gastos relacionados à oferta pública de ações e que foram registrados diretamente no patrimônio líquido, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e</u> <u>BR GAAP)</u>
2012	32.413	75.961
2013	20.821	33.132
2014	22.151	22.635
2015	24.051	24.283
2016	1.431	1.431
2017 em diante	<u>21.465</u>	<u>21.465</u>
Total	<u>122.333</u>	<u>178.907</u>

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

<u>Nome da controlada</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação - %</u> <u>2011 e 2010</u>
Lojas Maia	Comércio varejista - bens de consumo	100%
LAC	Administradora de consórcios	100%

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Luiza Administradora</u> <u>de consórcio ("LAC")</u>		<u>Lojas Maia</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Quotas/ações possuídas	6.500	6.500	5.000	5.000
Ativos circulantes	11.815	10.746	270.313	379.077
Ativos não circulantes	2.170	1.235	190.955	120.970
Passivos circulantes	3.607	1.601	288.716	208.197
Passivos não circulantes	607	255	340.026	426.412
Receita líquida	25.795	19.560	777.998	248.337
Capital social	6.500	6.500	17.000	5.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9.771	10.125	(167.473)	(134.562)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/ período	(354)	935	10.246	(2.264)
<u>Movimentação dos investimentos (provisão para perda)</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos no início do período	10.125	9.190	96.017	-
Adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC"	-	-	12.000	-
Ágio gerado na aquisição	-	-	-	230.579
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) na data da aquisição de controlada	-	-	-	(132.298)
Perda na subscrição de ações	-	-	(55.157)	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(354)</u>	<u>935</u>	<u>10.246</u>	<u>(2.264)</u>
Saldos no fim do período	<u>9.771</u>	<u>10.125</u>	<u>63.106</u>	<u>96.017</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

<u>Total de investimentos em controladas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Grupo de consorcio ("LAC")	9.771	10.125
Lojas Maia	<u>63.106</u>	<u>96.017</u>
	<u>72.877</u>	<u>106.142</u>

O resultado de equivalência patrimonial é impactado por uma despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$22.631, referente à equivalência patrimonial da controlada New-Utd Utilidades Domésticas S.A. até o momento de sua incorporação societária, em 31 de outubro de 2011, conforme descrito a seguir:

Aquisição e incorporação societária da controlada New-Utd Utilidades Domésticas S.A.

A Companhia celebrou em 21 de julho de 2011 o contrato de compra e venda com a BF Utilidades Domésticas Ltda. e a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., que estabelece os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social votante da "New-Utd Utilidades Domésticas S.A." ("New-Utd"), companhia de varejo de eletroeletrônicos e móveis, explorado pela rede "Baú da Felicidade" por meio de 121 lojas localizadas nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

O negócio foi configurado como a criação da New-Utd, que teve como acervo líquido os 121 pontos comerciais do Baú da Felicidade, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática (hardware e software) e a propriedade da base de clientes. As demais informações acerca da aquisição da rede "Baú da Felicidade" estão descritos na nota explicativa 30.

Com base em laudo de avaliação a valores contábeis do acervo líquido da New-Utd com data base de 31 de outubro de 2011, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação societária, em 30 de novembro de 2011, da controlada New-Utd, tendo o seguinte acervo contábil incorporado na data base:

	<u>Acervo líquido incorporado</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	7.145
Contas a receber	3.358
Estoques	43.248
Outros ativos	6.057
Ativos não circulantes:	
Imobilizado	5.883
Intangível	<u>17.416</u>
Total dos ativos	<u>83.107</u>
Passivos circulantes:	
Fornecedores	33.220
Salários, férias e encargos sociais	2.785
Impostos a recolher	596
Partes relacionadas	44.370
Outros passivos	2.429
Patrimônio líquido:	
Capital social	18.542
Reserva de capital	3.796
Prejuízos acumulados	<u>(22.631)</u>
Total dos passivos e passivo a descoberto	<u>83.107</u>

Notas Explicativas**9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO (“JOINT VENTURES”)**

	Luizacred		Luizaseg	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ações totais - em milhares	847	688	13.883	13.883
Percentual de participação direta	40,55% (i)	50%	50%	50%
Ativos circulantes	2.944.752	2.087.261	104.350	106.486
Ativos não circulantes	326.468	310.074	91.910	74.179
Passivos circulantes	2.955.772	2.280.594	83.626	64.827
Passivos não circulantes	12.468	13.137	35.838	41.668
Receitas líquidas	1.057.740	790.746	137.508	116.593
Capital social	226.624	66.623	13.884	13.883
Patrimônio líquido	302.980	103.604	76.796	74.170
Lucro líquido do período	45.494	70.526	14.942	12.391
<u>Movimentação dos investimentos</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos no início do período	51.802	23.597	37.116	34.586
Ganho de participação relativa (vide demonstração apresentada adiante)	55.157	-	-	-
Dividendos propostos	(2.489)	(7.058)	(6.189)	(3.66)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>18.388</u>	<u>35.263</u>	<u>7.471</u>	<u>6.196</u>
Saldos no fim do período	<u>122.858</u>	<u>51.802</u>	<u>38.398</u>	<u>37.116</u>
<u>Total de investimentos em controladas em conjunto</u>			<u>2011</u>	<u>2010</u>
Luizacred			122.858	51.802
Luizaseg			<u>38.398</u>	<u>37.116</u>
			<u>161.256</u>	<u>88.918</u>

- (i) Participação direta de 40,55%. Indiretamente através da controlada Lojas Maia, a Companhia detem 9,45% de participação adicionais perfazendo o total de 50% de participação direta e indireta.

As participações da Companhia em “joint ventures” são como segue:

- Participação direta e indireta de 50% do capital social votante da Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. que tem por objeto oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Companhia.
- Participação de 50% do capital social votante da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., e tem por objeto desenvolvimento, venda e administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil através da rede de lojas da Companhia.

As participações em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas dos empreendimentos controlados em conjunto estão consolidados, proporcionalmente a participação da Companhia, com itens similares, linha a linha, nessas demonstrações financeiras consolidadas, conforme opção do pronunciamento técnico CPC 19 - Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto (Joint Venture).

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Em 11 de março de 2011, através da Assembleia Geral de acionistas da controlada em conjunto Luizacred, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 160.000, em espécie, com a emissão de 160.000 novas ações, sendo 80.000 preferenciais e 80.000 ordinárias. Os recursos foram aportados em partes iguais pelo Banco Itaúcard S.A. e pela controlada integral - Lojas Maia, de tal modo que esta passou a fazer parte da composição acionária da Luizacred, que tem o seguinte quadro societário:

<u>Acionista</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>% do Capital social</u>
Itaúcard	211.691	211.691	50,00%
Magazine Luiza	171.691	171.691	40,55%
Lojas Maia	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>	<u>9,45%</u>
Total	<u>423.382</u>	<u>423.382</u>	<u>100,00%</u>

Na mesma data, foi alterado o acordo de acionistas entre a Companhia e o Banco Itaúcard para incorporar a Lojas Maia no quadro societário da Luizacred, porém mantendo controle compartilhado, entre a Companhia e Banco Itaúcard, de forma que participação da Companhia sobre a Luizacred, direta e indireta, represente 50%.

O aumento de capital foi em razão da necessidade de caixa para fazer frente ao pagamento do direito de exclusividade junto às Lojas Maia, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Com o aporte, a Luizacred permanece no cumprimento dos limites mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

Abaixo são demonstrados os efeitos desta transação nos balanços individuais da Companhia e da controlada Lojas Maia. No consolidado não há efeito, uma vez que não houve alteração na participação na Luizacred pelo Magazine Luiza:

	<u>Anterior ao aumento de capital</u>	<u>Após o aumento de capital</u>	<u>Efeito do aumento do capital</u>
<u>Posição patrimonial Luizacred</u>			
Patrimônio líquido	102.940	262.940	160.000
Total de ações	686.764	846.764	160.000
<u>Ganho de participação relativa do Magazine Luiza</u>			
Ações possuídas pelo Magazine Luiza	343.382	343.382	-
Variação na participação	<u>50,00%</u>	<u>40,55%</u>	<u>(9,45%)</u>
Investimento direto Magazine Luiza	51.470	106.627	<u>55.157</u>
Ganho de participação (Variação no investimento - capital investido)			<u>55.157</u>
<u>Perda na subscrição de ações da Lojas Maia</u>			
Ações possuídas pela Lojas Maia	-	80.000	80.000
Variação na participação	-	<u>9,45%</u>	<u>9,45%</u>
Investimento direto da Lojas Maia	-	24.843	<u>(24.843)</u>
Perda no investimento (Variação no investimento - capital investido)			<u>(55.157)</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é como segue:

a) Controladora

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.213	60.929	25.332	11.719	73.356	291.124	-	18.121	490.794
Adições	-	11.195	4.134	15.866	13.008	8.578	27.801	8.599	89.181
Baixas	-	(1.398)	(5)	(5)	(6.029)	-	-	-	(7.437)
Transferências	-	<u>(3.907)</u>	<u>921</u>	<u>94</u>	<u>16.238</u>	<u>30.273</u>	<u>(27.801)</u>	<u>(15.818)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.213	66.819	30.382	27.674	96.573	329.975	-	10.902	572.538
Adições	-	20.867	12.003	6.496	15.698	27.243	48.883	5.926	137.116
Adição por incorporação de controlada	-	3.335	-	-	2.373	138	-	37	5.883
Baixas	(10.213)	(331)	(34)	(43)	(334)	-	-	(925)	(11.880)
Transferências	-	<u>3.082</u>	<u>422</u>	<u>(2.284)</u>	<u>168</u>	<u>(4.261)</u>	<u>3.680</u>	<u>(807)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>93.772</u>	<u>42.773</u>	<u>31.843</u>	<u>114.478</u>	<u>353.095</u>	<u>52.563</u>	<u>15.133</u>	<u>703.657</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.901)	(23.746)	(8.102)	(5.975)	(54.934)	(97.567)	-	(1.840)	(195.065)
Adições	(445)	(5.975)	(2.718)	(1.150)	(13.157)	(26.959)	-	(812)	(51.216)
Baixas	-	51	2	15	4.981	-	-	-	5.049
Transferência	<u>(1.940)</u>	<u>2.198</u>	<u>(139)</u>	<u>(191)</u>	<u>(403)</u>	<u>1.983</u>	-	<u>(1.508)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(5.286)	(27.472)	(10.957)	(7.301)	(63.513)	(122.543)	-	(4.160)	(241.232)
Adições	(68)	(7.773)	(1.889)	(1.906)	(12.182)	(26.935)	-	(1.031)	(51.784)
Baixas	5.354	320	34	15	8	-	-	923	6.654
Transferência	-	<u>(469)</u>	<u>(2)</u>	-	<u>5</u>	<u>1.391</u>	-	<u>(925)</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>(35.394)</u>	<u>(12.814)</u>	<u>(9.192)</u>	<u>(75.682)</u>	<u>(148.087)</u>	-	<u>(5.193)</u>	<u>(286.362)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.927	39.347	19.425	20.373	33.060	207.432	-	6.742	331.306
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	58.378	29.959	22.651	38.796	205.008	52.563	9.940	417.295

[página intencionalmente deixada em branco]

b) Consolidado

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.213	62.729	25.332	11.712	72.855	290.624	-	21.656	495.121
Adições	77	13.024	5.304	15.951	13.008	9.858	27.801	8.599	93.622
Advindo de aquisição de controlada	16.529	3.812	2.884	4.980	1.460	9.485	-	-	39.150
Baixas	(18.237)	(1.409)	(106)	(5)	(6.030)	(34)	-	(97)	(25.918)
Transferências	-	(3.907)	921	94	16.238	30.273	(27.801)	(15.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.582	74.249	34.335	32.732	97.531	340.206	-	14.340	601.975
Adições	-	29.380	14.745	6.501	19.845	61.132	48.883	6.883	187.369
Adição por combinação de negócios	-	3.735	-	-	2.362	-	-	6	6.103
Baixas	(10.213)	(331)	(34)	(43)	(631)	-	-	(974)	(12.226)
Transferências	1.631	3.031	509	(2.284)	207	(4.298)	3.680	(2.476)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	110.064	49.555	36.906	119.314	397.040	52.563	17.779	783.221
<u>Depreciação acumulada</u>									
-									
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.901)	(24.779)	(8.127)	(5.991)	(54.934)	(97.567)	-	(3.031)	(197.330)
Adições	(560)	(6.291)	(3.266)	(1.511)	(13.218)	(27.154)	-	(812)	(52.812)
Baixas	1.831	63	117	15	4.982	-	-	-	7.008
Transferência	(1.940)	2.198	(139)	(191)	(403)	1.983	-	(1.508)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.570)	(28.809)	(11.415)	(7.678)	(63.573)	(122.738)	-	(5.351)	(243.134)
Adições	(68)	(8.934)	(2.257)	(2.524)	(13.391)	(27.795)	-	(1.834)	(56.803)
Baixas	5.354	320	34	15	8	-	-	923	6.654
Transferência	(1.716)	(469)	(2)	79	(74)	1.391	-	791	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(37.892)	(13.640)	(10.108)	(77.030)	(149.142)	-	(5.471)	(293.283)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.012	45.440	22.920	25.054	33.958	217.468	-	8.989	358.841
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	72.172	35.915	26.798	42.284	247.898	52.563	12.308	489.938

No exercício de 2011 a Companhia celebrou contrato com uma empreiteira para ampliação de seu Centro de Distribuição, localizado na cidade de Louveira - SP. Os valores estabelecidos em contrato serão pagos mensalmente, de acordo com medições por avanço físico da obra. Em 31 de dezembro remanesce o valor de R\$22.332 a executar.

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

c) Taxas de depreciação

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.16, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e o respectivo valor residual anualmente, ao final de cada exercício. Ao final do exercício de 2011, a Administração do Grupo revisou e alterou a vida útil do grupo de “benfeitorias em propriedades de terceiros”, que até então era considerada com base nos prazos dos contratos de locação dos respectivos imóveis. Nesta nova estimativa, o grupo levou em consideração o prazo efetivo de utilidade destas benfeitorias para o Grupo, baseado no prazo médio esperado de permanência nestes imóveis. Outra premissa utilizada para esta análise foi a componentização deste grupo de ativos em i) benfeitorias realizadas na construção de centro de distribuição, ii) benfeitorias realizadas na construção de escritório administrativo e iii) benfeitorias em lojas, tendo em vista que a estrutura destes itens tem prazos diferentes de vida útil. Por se tratar de mudança de estimativa a Companhia aplicou os efeitos desta alteração prospectivamente a partir de 1º de outubro de 2011, data da revisão da vida útil. Caso esta revisão tivesse sido efetuada em 1º de janeiro de 2011, o efeito seria uma diminuição da despesa com depreciação no montante de R\$12.195 (R\$11.713, caso tivesse sido adotada em 1º de janeiro de 2010).

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Edificações	1,67%	1,67%
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Veículos	20%	20%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	6,7%	10%

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$ 86.547 (R\$ 57.490 em 31 de dezembro de 2010). O Grupo não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a capacidade de recuperação do ativo imobilizado corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor líquido dos ativos. Com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

11. INTANGIVEL

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi a seguinte:

a) Controladora

<u>Custo do intangível bruto</u>	<u>Ágio na aquisição de novas redes</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Software</u>	<u>Projeto em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	36.921	59.158	34.335	-	11.797	142.211
Adições	-	2.094	15.141	13.190	-	30.425
Transferências	-	61	-	(61)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	36.921	61.313	49.476	13.129	11.797	172.636
Adições	57.951	1.301	9.690	13.483	3	82.428
Adição por incorporação de controlada	-	17.416	-	-	-	17.416
Transferências	-	4.572	14.044	(13.311)	(5.305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>94.872</u>	<u>84.602</u>	<u>73.210</u>	<u>13.301</u>	<u>6.495</u>	<u>272.480</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(11.594)	(25.836)	(17.876)	-	(7.695)	(63.001)
Adições	-	(5.926)	(7.168)	-	(1.392)	(14.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(11.594)	(31.762)	(25.044)	-	(9.087)	(77.487)
Adições	-	(6.745)	(12.502)	-	(30)	(19.277)
Transferência	-	-	(2.827)	-	2.827	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(11.594)</u>	<u>(38.507)</u>	<u>(40.373)</u>	<u>-</u>	<u>(6.290)</u>	<u>(96.764)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.327	29.551	24.432	13.129	2.710	95.149
Saldo em 31 de dezembro de 2011	83.278	46.095	32.837	13.301	205	175.716

b) Consolidado

<u>Custo do intangível bruto</u>	<u>Ágio na aquisição de novas redes</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Parcerias comerciais</u>	<u>Software</u>	<u>Projeto em Andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	36.921	58.722	13.506	34.239	-	11.797	155.185
Adições	-	3.094	-	15.546	13.226	-	31.866
Adição por combinação de negócios	230.579	40.430	-	337	-	1.510	272.856
Baixas	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	267.500	102.246	13.506	50.122	13.226	13.245	459.845
Adições	57.951	6.312	-	10.421	13.483	21	88.188
Adição por combinação de negócios	-	16.235	-	-	-	-	16.235
Transferências	-	4.572	-	14.044	(13.311)	(5.305)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>325.451</u>	<u>129.365</u>	<u>13.506</u>	<u>74.587</u>	<u>13.398</u>	<u>7.961</u>	<u>564.268</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(11.594)	(25.837)	(4.868)	(18.527)	-	(7.695)	(68.521)
Adições	-	(6.791)	(791)	(7.686)	-	(1.437)	(16.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(11.594)	(32.628)	(5.659)	(26.213)	-	(9.132)	(85.226)
Adições	-	(16.285)	(994)	(12.855)	-	-	(30.134)
Transferência	-	-	(870)	(2.827)	-	3.697	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(11.594)</u>	<u>(48.913)</u>	<u>(7.523)</u>	<u>(41.895)</u>	<u>-</u>	<u>(5.435)</u>	<u>(115.360)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	255.906	69.618	7.847	23.909	13.226	4.113	374.619
Saldo em 31 de dezembro de 2011	313.857	80.452	5.983	32.692	13.398	2.526	448.908

Notas Explicativas

O saldo referente ao ágio decorrente da aquisição de novas redes de lojas é proveniente do processo de incorporação das empresas adquiridas pela Companhia. Os valores referentes aos ágios foram amortizados linearmente até o ano de 2007. A partir de 1º de janeiro de 2008, data de transição das demonstrações financeiras às novas práticas contábeis, estes ágios deixaram de ser amortizados contabilmente, uma vez que se referem a ativos intangíveis de vida útil indefinida. Assim, os ágios passaram a ser avaliados quanto a sua recuperação futura com base em projeções de resultados, por loja, preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os demais saldos são classificados como ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados substancialmente por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio), que são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete os direitos contratuais sobre o tempo de permanência no imóvel alugado.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos. Alguns módulos desse sistema ainda não estão operando e, portanto, estão registrados na rubrica “projetos em andamento”.

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são registradas na rubrica de “Depreciação e amortização”, no resultado do exercício. O Grupo não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2011 e 2010, segundo o método descrito na nota explicativa nº 2.5. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. As premissas adotadas estão descritas adiante.

Como resultado dos testes de não recuperação realizados nos exercícios apresentados, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Os testes de não recuperação compreendem a apuração dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa (UGCs), as quais correspondem ao agrupamento de lojas das redes adquiridas, para os quais o ágio e os intangíveis foram alocados, conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ágio relativo a aquisições de redes na região sul	25.327	25.327
Ágio relativo à aquisição das Lojas Maia	230.579	230.579
Ágio relativo à aquisição da New-Utd	<u>57.951</u>	<u>-</u>
Total	<u>313.857</u>	<u>255.906</u>

Para avaliação interna, os testes compreendem a apuração do valor em uso de cada UGC, de acordo com os princípios descritos na nota explicativa nº 2.5. O valor em uso é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa de desconto</u>
Fluxo de caixa descontado	12,0% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 10 primeiros anos	7,0%
Perpetuidade	3,7%
(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio)	

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as regiões geográficas onde se encontra cada UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 10 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercadorias para revenda - mercado interno	1.077.806	977.146	1.257.299	1.134.515
Mercadorias para revenda - mercado externo	-	633	-	633
Outros fornecedores	26.690	10.980	26.690	10.977
Ajuste a valor presente	<u>(13.483)</u>	<u>(11.586)</u>	<u>(16.215)</u>	<u>(13.836)</u>
	<u>1.091.013</u>	<u>977.173</u>	<u>1.267.774</u>	<u>1.132.289</u>

As operações de compra a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias para revenda, são trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros que a Companhia incorre quando de suas captações, destacada na nota 2.7.3, sendo esta taxa considerada, pela Administração da Companhia, ao realizar avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para seus ativos e passivos.

O ajuste a valor presente de compras é registrado na rubrica “Fornecedores” (tendo como contrapartida a rubrica “Estoques”) e sua reversão é lançada na rubrica “Resultado financeiro”, pela fruição de prazo.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargo</u>	<u>Garantias</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
				<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
BNDES (a)	TJLP + 2,38% ao ano. (i) IPCA + 8,91% ao ano. (ii)	Fiança bancária	Dez/13	32.297	50.338	32.297	50.338
Capital de Giro (b)	107,5% a 118,8% do CDI ao ano.	(b)	Ago/15	538.594	569.189	658.646	709.876
Arrendamentos Mercantis Financeiros (c)	CDI/TJLP/LIBOR	Alienação fiduciária/ Depósitos em garantia	Dez/2019	<u>20.366</u>	<u>14.217</u>	<u>20.392</u>	<u>14.659</u>
				<u>591.257</u>	<u>633.744</u>	<u>711.335</u>	<u>774.873</u>
Passivo circulante				94.979	88.876	129.671	108.758
Passivo não circulante				<u>496.278</u>	<u>544.868</u>	<u>581.664</u>	<u>666.115</u>
				<u>591.257</u>	<u>633.744</u>	<u>711.335</u>	<u>774.873</u>

- (a) Os empréstimos contratados junto ao BNDES possuem a natureza de: i) financiamento para a abertura de novas lojas e ii) aquisição de instalações e de equipamentos. Estes contratos têm vencimentos de principal e juros pagos mensalmente.
- (b) Estes financiamentos têm como garantia avais, penhor mercantil, fianças bancárias, hipotecas de imóveis pertencentes aos acionistas controladores e parte dos recebíveis de cartões de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “swap”, substituindo os encargos contratados por juros pós-fixados referenciados em CDI. Trata-se de uma operação totalmente “casada”, que não expõe a Companhia a riscos cambiais ou taxas de juros externas. O efeito desta operação está demonstrado na nota explicativa nº 29.

- (c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a: (i) aeronave, cujo contrato foi celebrado no exercício de 2005 e possui vencimento final em 2016. Para este contrato foram depositados em garantia R\$1.231, (equivalentes a US\$664 mil), registrados na rubrica de “Outros ativos não circulantes”, que será resgatado no vencimento final do contrato. Este depósito, equivalente a 15% do valor total do bem, é atualizado pela variação cambial, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período; (ii) equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Em 19 de agosto de 2011 a Companhia assinou contrato de consolidação e ratificação de dívidas junto ao Banco do Brasil S.A. Este contrato teve como objetivo consolidar todo o saldo devedor junto ao Banco do Brasil S.A. oriundos de cinco contratos para um único contrato. Deste modo todo o saldo junto a esta instituição financeira, no montante de R\$431.738 em 31 de julho de 2011 (data base do contrato) foi consolidado com encargos de 107,5% do CDI e vencimento final em 17 de agosto de 2015. Este contrato modificou as cláusulas restritivas relacionadas até então vigentes para as seguintes cláusulas abaixo:

- i. Manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA não superior a 3 vezes, a ser apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos. Por Dívida Financeira Líquida Ajustada deve-se entender o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, incluídas as Debêntures, excluindo-se as operações de Comprovar e Vender, menos caixa e equivalentes de caixa somados aos recebíveis de cartões de crédito não antecipados na forma de ACL (antecipação de crédito ao lojista) e negociados como aquisição de recebíveis;
- ii. Fornecer informações e demonstrativos contábeis ao financiador;
- iii. Manter a cessão em valor equivalente a no mínimo 25% do saldo devedor deste contrato em recebíveis oriundos de vendas de cartão de créditos com a bandeira Visa.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas (“covenants”) descritas acima.

Primeira emissão de debêntures simples, com oferta restrita de colocação

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em conformidade com a Instrução CVM nº 476/09, com data de emissão em 26 de dezembro de 2011. Foram emitidas 200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o valor de R\$200.000.

As debêntures terão prazo de vigência de 30 meses após a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de junho de 2014. As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e renderão juros remuneratórios correspondentes a 113% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros, os quais serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 26 de junho de 2012. Para esta operação a Companhia incorreu em custos de transação no valor de R\$1.722, que serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vigência. Considerando os custos da operação, a taxa efetiva de juros (TIR) projetada é de aproximadamente 116,38% do CDI, ao ano.

As debêntures foram integralizadas no dia 06 de janeiro de 2012, após registro e cumprimento das normas de liquidação da CETIP, pelo seu valor unitário acrescidos da respectiva remuneração *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva integralização e por isso não há registro contábil em 31 de dezembro de 2011.

14. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos interfinanceiros	103,9% do CDI	981.478	856.725
Passivo circulante		981.478	852.680
Passivo não circulante		-	4.045

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI são títulos emitidos por instituições financeiras e sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Referem-se às captações interbancárias efetivadas pela Luizacred junto ao Itaú Unibanco, cujos vencimentos são como segue:

	<u>Consolidado</u>
Até 90 dias	980.184
De 91 a 365 dias	1.294
	<u>981.478</u>

15. OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO

Referem-se a valores a repassar pela controlada em conjunto Luizacred a outros estabelecimentos comerciais por vendas realizadas com cartão de crédito “private label” do Grupo.

16. RECEITA DIFERIDA

	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BRGAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard (a)	196.500	209.000	196.500	209.000
Contrato sobre direito de exploração - folha de pagamento (b)	5.207	8.882	5.207	8.882
Acordo comercial - Cardif (c)	-	-	<u>16.802</u>	<u>19.000</u>
	<u>201.707</u>	<u>217.882</u>	<u>218.509</u>	<u>236.882</u>
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (d)	48.000	-	99.844	80.000
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (e)	-	<u>10.272</u>	-	<u>5.136</u>
	<u>48.000</u>	<u>10.272</u>	<u>99.844</u>	<u>85.136</u>
Total de receitas diferidas	<u>249.707</u>	<u>228.154</u>	<u>318.353</u>	<u>322.018</u>
Passivo circulante	19.217	20.686	24.092	25.956
Passivo não circulante	230.490	207.468	294.261	296.062

- a) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação”, firmado junto às instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e Banco Itaúcard S.A., através do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos.

Pela referida associação as Instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$250.000, sendo: i) R\$230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; ii) R\$20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, sujeitos a devolução de parte ou da integralidade do valor, a serem apropriados a resultado no período do contrato, ou seja, 20 anos, a medida do cumprimento das metas.

- b) Em 30 de junho de 2008, a Companhia celebrou com instituição financeira contrato de cessão do direito exclusivo de exploração de sua folha de pagamento pelo prazo de 5 anos para a prestação de serviços bancários aos seus empregados. Essa parceria propiciou o ingresso de R\$20.250 no caixa da Companhia. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.

Notas Explicativas

- c) Em 1º de dezembro de 2007, a controlada Lojas Maia firmou acordo comercial por seis anos com a Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. com o objetivo de comercializar produtos de seguro, tais como Garantia Estendida, Proteção Financeira e demais produtos de seguro. Por este acordo a controlada Lojas Maia recebeu R\$23.000, que está sendo apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato.
- d) Em 29 de dezembro de 2010 a controlada Lojas Maia, celebrou acordo de associação com a Luizacred, controlada em conjunto, através do qual concedeu exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 19 anos. Por essa associação a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$160.000 a Lojas Maia (no consolidado R\$80.000 são eliminados contra intangível da Luizacred), que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$20.000, mencionado no item “(a) ii” acima foi aumentado para R\$55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou um aditamento ao acordo de associação com a controlada em conjunto Luizacred, em virtude do acréscimo nas operações da Companhia, advindo da aquisição da New-Utd (veja nota explicativa nº 30). Por este aditamento a Luizacred pagou em dinheiro o montante de R\$48.000 à Companhia, que serão apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

- e) Em 13 de dezembro de 2005, a Companhia celebrou aliança estratégica com a Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., através da qual concedeu à controlada em conjunto Luizaseg, o direito de exploração e exclusividade de oferta, distribuição e comercialização de produtos ampliados de seguros, principalmente garantias estendidas dos produtos comercializados na rede de lojas da Companhia, pelo prazo de 10 anos. Esta aliança propiciou o ingresso de R\$50.000 no caixa da Companhia, sem estabelecimento de metas a serem cumpridas cuja amortização está relacionada a expectativa dos benefícios econômicos estimados para o projeto.

17. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos (a)	45.061	36.087
Sinistros a liquidar (b)	1.068	1.046
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (c)	43	35
Outras provisões técnicas (d)	4.145	6.527
Total	<u>50.317</u>	<u>43.695</u>
Passivo circulante	32.464	22.937
Passivo não circulante	<u>17.853</u>	<u>20.758</u>
Total	<u>50.317</u>	<u>43.695</u>

- (a) É constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer dos riscos vigentes na data-base de cálculo.
- (b) Representa a provisão para pagamento de prováveis de indenizações, judiciais ou não, determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço.
- (c) É constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que ocorreram e não foram avisados ao Grupo até a data do balanço.
- (d) Refere-se ao prêmio comercial diferido, que será apropriado ao resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Para os casos em que a opinião dos assessores legais é desfavorável, a Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2011, no passivo não circulante, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração do Grupo. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização</u>	<u>2011</u>
Tributários	27.982	18.730	-	(416)	4.128	50.424
Cíveis	8.644	1.353	(1.476)	-	-	8.521
Trabalhistas	<u>21.659</u>	<u>6.067</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(1.400)</u>	<u>273</u>	<u>25.231</u>
	<u>58.285</u>	<u>26.150</u>	<u>(2.844)</u>	<u>(1.816)</u>	<u>4.401</u>	<u>84.176</u>

Consolidado

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização</u>	<u>2011</u>
Tributários	142.711	31.048	(5.313)	(46.480)	4.267	126.233
Cíveis	14.377	6.976	(2.907)	(780)	269	17.935
Trabalhistas	<u>24.932</u>	<u>8.441</u>	<u>(3.006)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>273</u>	<u>29.236</u>
	<u>182.020</u>	<u>46.465</u>	<u>(11.226)</u>	<u>(48.664)</u>	<u>4.809</u>	<u>173.404</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários:

- (i) A Companhia contesta quinze autuações fiscais impostas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, a qual alega recolhimento a menor de ICMS, supostamente devido a título de erro de aplicação de alíquotas. Tendo em vista a classificação de riscos feitos pelos seus consultores jurídicos, como de perda provável, a Companhia procedeu à provisão. Tais autuações perfazem o montante de R\$15.706 em 31 de dezembro de 2011 (R\$12.234 em 31 de dezembro de 2010). Deste montante, aproximadamente R\$3.500 está garantido por estoques rotativos de mercadorias da Companhia.
- (ii) A Companhia discute judicialmente via mandado de segurança a inconstitucionalidade de obrigação ao recolhimento da contribuição ao INCRA. Para tanto a Companhia tem realizado depósitos judiciais em conta vinculada ao processo, que totaliza R\$3.477 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.321 em 31 de dezembro de 2010).
- (iii) A Companhia contesta judicialmente a majoração da alíquota do RAT (Risco Acidente de Trabalho). Para tanto ingressou com ação judicial e passou a depositar judicialmente em conta vinculada no processo os valores referentes à diferença da majoração. O depósito judicial perfaz o valor total de R\$17.532 em 31 de dezembro de 2011 (R\$6.843 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

- (iv) A Companhia discute administrativamente o índice FAP (Fator Acidentário de Prevenção) que lhe foi imposto pela Resolução MPS/CNPS nº 1.269/06, cuja provisão totaliza R\$13.709 em 31 de dezembro de 2011 (R\$6.584 em 31 de dezembro de 2010).
- (v) Demais ações tributárias avaliadas pela Administração da controladora e da controlada Lojas Maia e seus assessores jurídicos como perda provável somam R\$36.193 em 31 de dezembro de 2011 (R\$41.234 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram provisionados e estão relacionadas a autos de infração por supostas divergências na aplicação de alíquotas de ICMS, bem como a riscos relacionados ao PIS/COFINS referentes a débitos sobre receita de juros, subvenções fiscais recebidas e créditos julgados como passíveis de questionamento junto ao Fisco.
- (vi) A controlada Lojas Maia não reconhece a obrigatoriedade sobre recolhimento de PIS/COFINS sobre a base de cálculo de ICMS, efetuando depósito judicial, e respectiva provisão, no valor total de R\$33.084 em 31 de dezembro de 2011 (R\$15.580 em 31 de dezembro de 2010).
- (vii) Durante o processo de combinação de negócios da controlada Lojas Maia, outros riscos fiscais relacionados a ICMS, IRPJ, CSSL e ISS foram identificados pela Companhia e ponderados no contexto de apuração dos respectivos valores justos, tendo sido registrada provisão adicional de R\$6.532 em 31 de dezembro de 2011 (R\$41.038 em 31 de dezembro de 2010). A variação verificada no exercício de 2011 refere-se à extinção de parte dos riscos, principalmente relacionados ao ICMS, avaliados a partir de prognósticos jurídicos.

O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos tributários registrados descritos no item a(i) é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>Desembolso</u> <u>estimado</u>
2013	5.234
2014	3.491
2015	3.491
2016	1.745
2017	<u>1.745</u>
	<u>15.706</u>

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente:

- a) Possibilidade de discussão da contingência tanto administrativa, como judicialmente;
- b) Duração média de discussão em cada esfera, sendo de 1 a 3 anos para discussões administrativas, podendo superar 10 anos para discussões na esfera judicial;
- c) Possibilidade de adesão a possíveis anistias fiscais;
- d) Realização de depósitos judiciais, para os casos aplicáveis;
- e) Eventuais alterações de legislação e jurisprudência.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Os demais processos tributários do Grupo possuem expectativa de desembolso maior do que cinco anos e não podem ser previstos com exatidão devido ao estágio inicial que se encontram e a resolução de eventos que devem ocorrer antes da esfera judicial.

- b) Processos cíveis: As contingências cíveis da controladora no montante de R\$8.521 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.644 em 31 de dezembro de 2010) estão relacionadas a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. A controlada Lojas Maia por pertencer também ao ramo varejista, possui processos da mesma natureza no montante de R\$5.652 em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.733 em 31 de dezembro de 2010). Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas demais controladas e controladas em conjunto da Companhia.
- c) Processos trabalhistas:
- i. Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$21.932 em 31 de dezembro de 2011 (R\$19.900 em 31 de dezembro de 2010) na controladora reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos. Os demais saldos, não relevantes, estão registrados nas demais controladas e controladas em conjunto da Companhia.
 - ii. A Companhia contesta ainda o recolhimento de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado, que está sendo depositado judicialmente em sua totalidade, no valor de R\$3.299 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.759 em 31 de dezembro de 2010), sendo o salto total provisionado na controladora.

O Grupo entende que a melhor estimativa de desembolsos futuros para os processos cíveis e trabalhistas, registrados no passivo circulante é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>Desembolso</u> <u>estimado</u>
2013	16.293
2014	9.134
2015	9.134
2016	6.305
2017	<u>6.305</u>
	<u>47.171</u>

As premissas utilizadas para tal estimativa levam em consideração, principalmente a fase processual, considerando que tanto um processo cível, quanto um processo trabalhista tem duração média de três a cinco anos, dentre todas as fases processuais.

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às principais causas passivas são como segue:

- a) Processos tributários: Existem processos tributários em que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto situam-se como rés. O montante estimado pela Administração e seus assessores legais relacionados a esses processos, os quais se encontram na esfera administrativa ou judicial, é de R\$377.309 em 31 de dezembro de 2011 (R\$132.245 em 31 de dezembro de 2010).

Notas ExplicativasDescrevemos a seguir a natureza dos principais processos de natureza possíveis:

PIS/COFINS - Processos administrativos, cuja discussão tramita junto à Delegacia Regional de Julgamento, relativos a autos de infração lavrados por eventuais divergências de bases de apuração do imposto, por créditos apurados e compensados, porém não homologados pela Receita Federal, dentre outros de menor importância. O montante envolvido com estas naturezas descritas somam R\$156.577.

ICMS - Processos administrativos e judiciais, relativos a autos de infração lavrados por: (i) eventuais divergências de alíquotas de ICMS, (ii) alguns descumprimentos de obrigações acessórias, (iii) por ter adquirido mercadorias de fornecedores, os quais tiveram à posteriori suas inscrições declaradas inaptas pelo fisco, (iv) e, discussão acerca da majoração de alíquota pelo Estado de São Paulo, de 17% para 18%; dentre outros de menor importância, no valor estimado de R\$188.028.

- b) Processos cíveis e trabalhistas: A Companhia contesta processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Contingências ativas

A Companhia é parte em outros processos tributários de diversas naturezas situando-se como autora, isto é, no pólo ativo das ações. Os valores estimados para esses processos totalizam o valor de aproximadamente R\$294.528 em 31 de dezembro de 2011 (R\$233.602 em 31 de dezembro de 2010), e não foram registrados contabilmente por se tratarem de ativos contingentes. Tais créditos referem-se principalmente à discussão judicial que visa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o que totaliza aproximadamente R\$175.615. Outros créditos são buscados em ações que discutem o alargamento da base de cálculo do PIS, a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, entre outros.

19. IMPOSTOS PARCELADOS

	<u>Controladora</u> <u>(BRGAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BRGAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
PAES	716	2.398	716	2.398
REFIS IV	<u>6.536</u>	<u>12.141</u>	<u>6.536</u>	<u>46.921</u>
	<u>7.252</u>	<u>14.539</u>	<u>7.252</u>	<u>49.319</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Receita Federal consolidou os débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Companhia e da Controlada em conjunto Luizacred sem alterações relevantes em relação aos saldos provisionados. A variação no saldo do REFIS refere-se ao pagamento a vista pela Controlada Luizacred.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

Em 17 de dezembro de 2010, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$177.000, com a absorção de prejuízos acumulados. Em 1º de abril de 2011, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,10666710436154 novas ações ordinárias, resultando em 150.000.000 de ações ordinárias.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Oferta pública de ações.

Em 5 de abril de 2011, a Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, por meio do qual aderiu às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Em 2 de maio de 2011, a Companhia iniciou uma Oferta Pública Inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, compreendendo distribuição primária e distribuição secundária, de titularidade dos Acionistas Vendedores, no valor de R\$16,00 por ação. Houve também a subscrição de ações suplementares, definida como “Opção de Ações Suplementares” no prospecto definitivo de distribuição. A venda das ações suplementares ocorreu nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, cujo processo de Oferta Pública Inicial encerrou-se em 3 de junho de 2011.

Resumo dos valores envolvidos na operação:

	<u>Lote inicial</u>	<u>Lote suplementar</u>	<u>Total</u>
Distribuição primária:			
Número de ações	33.750.000	2.744.467	36.494.467
Valores em R\$ mil	540.000	43.911	583.911
Distribuição secundária:			
Número de ações	16.564.432	2.339.897	18.904.329
Valores em R\$ mil	265.031	37.438	302.469
Total de ações	50.314.432	5.084.364	55.398.796
Valor total da distribuição	805.031	81.349	886.380

O total de ações da Companhia a partir desta oferta é de 186.494.467 de ações, ficando a composição acionária assim distribuída:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
LTD Administração e Participações S.A.	113.035.011	60,61
Wagner Garcia Participações S.A.	8.411.383	4,51
Brazil Zia I, LLC	3.672.546	1,97
Brazil Zia II, LLC	963.698	0,52
Ações em circulação	55.398.796	29,70
Outros	5.013.033	2,69
Total	<u>186.494.467</u>	<u>100,00</u>

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão utilizados para (i) investimentos em abertura de novas lojas, (ii) aquisições de empresas do setor de varejo e de comércio eletrônico, (iii) investimentos em reforma de lojas e (iv) reforço de capital de giro. Os gastos relacionados à oferta pública de ações totalizaram R\$20.406, líquido de efeitos fiscais, sendo que R\$14.932 refere-se a honorários e comissões de bancos e corretores envolvidos na oferta.

Notas Explicativas

A negociação das ações da Companhia iniciou-se em 2 de maio de 2011.

Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$4.025 (R\$3.442 em 31 de dezembro de 2010).

Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, pela Administração à Assembleia Geral Ordinária, no exercício de 2011, é conforme segue:

	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	11.666
(-) Constituição de reserva legal	<u>(583)</u>
Base de lucro passível de distribuição	11.083
Atribuição percentual de dividendos mínimo obrigatórios	<u>15%</u>
Dividendos mínimos propostos	<u>1.662</u>
 Média ponderada das ações em circulação no período	 <u>174.448</u>
Dividendos mínimos por ação	<u>0,01</u>

Reserva de retenção de lucros

Após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição da reserva de retenção de lucros, a qual terá a sua destinação pela assembleia geral ordinária.

Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 e o IAS 33 - “Lucro por ação”, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro dos exercícios atribuível aos proprietários da Companhia	11.666	68.834
Média ponderada das ações em circulação no período	<u>174.448</u>	<u>150.000</u>
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	<u>0,07</u>	<u>0,46</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadoria	5.857.772	4.812.178	6.848.111	5.138.279
Varejo - prestação de serviços	241.205	184.196	152.443	100.984
Operações de crédito	-	-	504.290	373.339
Operações de seguro	-	-	68.754	58.297
Administração de Consórcio	-	-	27.738	21.077
	<u>6.098.977</u>	<u>4.996.374</u>	<u>7.601.336</u>	<u>5.691.976</u>
Impostos e devoluções:				
Revenda de mercadoria	(931.262)	(778.644)	(1.145.076)	(857.705)
Prestação de serviços	<u>(32.129)</u>	<u>(24.107)</u>	<u>(36.889)</u>	<u>(26.247)</u>
	<u>(963.391)</u>	<u>(802.751)</u>	<u>(1.181.965)</u>	<u>(883.952)</u>
Receita líquida de vendas	<u>5.135.586</u>	<u>4.193.623</u>	<u>6.419.371</u>	<u>4.808.024</u>

22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(3.589.901)	(2.916.704)	(4.163.438)	(3.092.816)
De prestação de serviços	-	-	(14.061)	(12.484)
De captação para operações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(97.585)</u>	<u>(60.961)</u>
	<u>(3.589.901)</u>	<u>(2.916.704)</u>	<u>(4.275.084)</u>	<u>(3.166.261)</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Compra e variação de mercadorias para revenda	(3.504.314)	(2.869.188)	(4.052.297)	(3.060.622)
Custos financeiros (captação e financiamentos)	(78.813)	(40.919)	(202.719)	(101.880)
Despesas com pessoal	(756.731)	(605.422)	(880.279)	(661.225)
Despesas com publicidade	(66.946)	(78.819)	(100.954)	(86.083)
Despesas com fretes	(153.490)	(115.563)	(184.262)	(130.563)
Despesas com locações	(113.546)	(91.997)	(155.158)	(111.997)
Despesas com depreciação e amortização	(71.061)	(65.702)	(86.937)	(68.487)
Despesas com prestadores de serviços	(101.836)	(123.641)	(170.761)	(142.160)
Provisões diversas	(18.071)	(25.599)	30.860	(61.190)
Provisão para devedores duvidosos	(11.081)	(14.471)	(242.733)	(175.333)
Outras	<u>(83.328)</u>	<u>35.247</u>	<u>(160.471)</u>	<u>42.949</u>
Total	<u>(4.959.217)</u>	<u>(3.996.074)</u>	<u>(6.205.711)</u>	<u>(4.556.591)</u>
Classificados por função como:				

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Custos das mercadorias vendidas	(3.589.901)	(2.916.704)	(4.275.084)	(3.166.261)
Despesas com vendas	(1.038.760)	(855.866)	(1.270.971)	(960.179)
Despesas gerais e administrativas	(264.749)	(198.151)	(354.629)	(248.853)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(13.279)	(14.471)	(244.931)	(175.333)
Depreciação e amortização	(71.061)	(65.702)	(86.937)	(68.487)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>18.533</u>	<u>54.820</u>	<u>26.841</u>	<u>62.522</u>
	<u>(4.959.217)</u>	<u>(3.996.074)</u>	<u>(6.205.711)</u>	<u>(4.556.591)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado (a)	10.342	-	10.133	-
Apropriação de receita diferida (b)	26.447	54.947	27.665	50.539
Reversão de provisão para riscos tributários (c)	-	-	49.081	-
Ressarcimento de tributos (d)	-	9.611	-	9.611
Provisão para perdas tributárias	(6.448)	(10.948)	(6.448)	(10.948)
Despesas pré-operacionais (e)	(12.702)	-	(39.414)	-
Despesas com cartões de crédito (f)	-	-	(72.356)	(22.271)
Operações de crédito pessoal - Luizacred (g)	-	-	50.179	39.836
Venda de estrutura de divulgação de marca (h)	-	-	22.500	-
Despesas com sinistros financeiros (i)	-	-	(8.160)	(5.204)
Outros	<u>894</u>	<u>1.210</u>	<u>(6.339)</u>	<u>959</u>
Total	<u>18.533</u>	<u>54.820</u>	<u>26.841</u>	<u>62.522</u>

- a) O saldo refere-se à venda de imóveis para partes relacionadas conforme descrito na nota explicativa nº 6.
- b) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- c) Refere-se à reversão de provisão para possíveis perdas tributárias, anteriormente mensuradas para fins da combinação de negócios das Lojas Maia e que, a partir de prognósticos jurídicos subsequentes, deixaram de existir.
- d) Referem-se a créditos tributários, vinculados a créditos extemporâneos registrados sobre recolhimentos previdenciários realizados sobre base de natureza indenizatória.
- e) Referem-se a gastos incorridos anteriormente à inauguração das lojas do Grupo. O principal saldo refere-se às lojas adquiridas junto a New-Utd (Lojas Baú).
- f) Refere-se a despesas para emissão e implementação de novos cartões de crédito, como ações de marketing e prospecção, entre outros.
- g) Em 2005, a Luizacred firmou contrato de parceria junto ao antigo Banco Fininvest S.A., sucedido pelas instituições Itaú Unibanco, para a oferta de operações de crédito pessoal aos clientes do Magazine Luiza, para complementar o portfólio de serviços disponibilizados pela Luizacred. A principal condição do contrato estabelece a transferência dos recursos apurados mensalmente ("profit sharing") obtidos pelos serviços de empréstimos contratados junto a Fininvest, a favor da Luizacred.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

- h) Refere-se à receita obtida pela venda da estrutura de divulgação da Luizacred, a fim de fomentar a marca da Itaúcard.
- i) Refere-se a despesas em sinistros com operações de cartões de crédito da Luizacred.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>		<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	13.248	12.220	13.248	14.050
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	20.079	810	32.198	7.917
Juros por atrasos nos recebimentos	1.745	2.069	2.149	2.138
Variação cambial ativa	469	692	469	692
Desconto obtido	2.360	11.647	2.897	11.647
Outras	<u>672</u>	<u>-</u>	<u>725</u>	<u>118</u>
	38.573	27.438	51.686	36.562
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(115.267)	(105.533)	(136.797)	(113.613)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(71.962)	(54.150)	(52.885)	(33.627)
Provisão de juros com garantia estendida	(8.951)	(11.896)	(8.951)	(11.896)
Variação cambial passiva	(858)	(886)	(858)	(3.700)
Outras	<u>(16.357)</u>	<u>(10.050)</u>	<u>(17.918)</u>	<u>(15.191)</u>
	(213.395)	(182.515)	(217.409)	(178.027)
Resultado financeiro líquido	<u>(174.822)</u>	<u>(155.077)</u>	<u>(165.723)</u>	<u>(141.465)</u>

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas oferecem plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para o Grupo. A contribuição do Grupo corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, a critério do Grupo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2011 e 2010, respectivamente, as contribuições montaram em R\$1.285 e R\$611. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale alimentação, vale transporte, bolsa de estudo, entre outros. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2011, foi de R\$94.738 (R\$59.545 em 2010). Adicionalmente, o Grupo não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de partes relacionadas.

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, o Grupo implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. No exercício de 2011, não houve atendimento das metas pré-estipuladas e, conseqüentemente, não houve provisão para o pagamento de participação dos empregados registrada no balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram provisionados, na controladora e no consolidado, R\$14.468 (R\$4.585 em 2009). Os valores são registrados como despesas operacionais.

Notas Explicativas**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

O CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento - requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor Presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia;
- Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;
- Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos;

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos pelo Grupo.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

[página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações do resultado

	2011						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Receita bruta com terceiros	7.000.554	504.290	68.754	27.738	7.601.336	-	7.601.336
Receita bruta com partes relacionadas	112.210	24.580	-	-	136.790	(136.790)	-
Deduções da receita	<u>(1.180.022)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.943)</u>	<u>(1.181.965)</u>	<u>-</u>	<u>(1.181.965)</u>
Receita líquida do segmento	5.932.742	528.870	68.754	25.795	6.556.161	(136.790)	6.419.371
Custos das mercadorias revendidas, das prestações de serviços e de captações para operações financeiras	<u>(4.163.438)</u>	<u>(97.585)</u>	<u>(4.918)</u>	<u>(14.097)</u>	<u>(4.280.038)</u>	<u>4.954</u>	<u>(4.275.084)</u>
Lucro bruto	1.769.304	431.285	63.836	11.698	2.276.123	(131.836)	2.144.287
Despesas com vendas	(1.201.711)	(68.894)	(366)	-	(1.270.971)	-	(1.270.971)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(63.799)	(43.456)	-	(107.255)	107.255	-
Despesas gerais e administrativas	(327.165)	(3.174)	(11.285)	(13.005)	(354.629)	-	(354.629)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(13.279)	(231.652)	-	-	(244.931)	-	(244.931)
Depreciação e amortização	(85.511)	(5.410)	(5.140)	(278)	(96.339)	9.402	(86.937)
Equivalência patrimonial	29.864	-	-	-	29.864	(29.864)	-
Outras receitas operacionais	54.498	(18.076)	(188)	8	36.242	(9.401)	26.841
Receita financeira	41.799	-	8.975	913	51.687	-	51.686
Despesa financeira	(217.410)	-	-	-	(217.410)	-	(217.409)
Despesa financeira com partes relacionadas	(24.580)	-	-	-	(24.580)	24.580	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(14.143)</u>	<u>(17.533)</u>	<u>(4.905)</u>	<u>310</u>	<u>(36.271)</u>	<u>-</u>	<u>(36.271)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>11.666</u>	<u>22.747</u>	<u>7.471</u>	<u>(354)</u>	<u>41.530</u>	<u>(29.864)</u>	<u>11.666</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	2010						
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Receita bruta com terceiros	5.239.263	373.339	58.297	21.077	5.691.976	-	5.691.976
Receita bruta com partes relacionadas	85.132	22.034	-	-	107.166	(107.166)	-
Deduções da receita	<u>(882.435)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.517)</u>	<u>(883.952)</u>	<u>-</u>	<u>(883.952)</u>
Receita líquida do segmento	4.441.960	395.373	58.297	19.560	4.915.190	(107.166)	4.808.024
Custos das mercadorias revendidas, das prestações de Serviços e de captações para operações financeiras	<u>(3.092.816)</u>	<u>(60.961)</u>	<u>(2.935)</u>	<u>(9.549)</u>	<u>(3.166.261)</u>	<u>-</u>	<u>(3.166.261)</u>
Lucro bruto	1.349.144	334.412	55.362	10.011	1.748.929	(107.166)	1.641.763
Despesas com vendas	(877.728)	(82.451)	-	-	(960.179)	-	(960.179)
Despesa com vendas - partes relacionadas	-	(42.881)	(38.619)	(3.632)	(85.132)	85.132	-
Despesas gerais e administrativas	(234.824)	-	(7.841)	(6.188)	(248.853)	-	(248.853)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(14.502)	(160.831)	-	-	(175.333)	-	(175.333)
Depreciação e amortização	(67.124)	(1.112)	(5.136)	(251)	(73.623)	5.136	(68.487)
Equivalência patrimonial	40.130	-	-	-	40.130	(40.130)	-
Outras receitas operacionais	58.090	11.018	-	814	69.992	(7.400)	62.522
Receita financeira	29.468	-	6.414	680	36.562	-	36.562
Despesa financeira	(178.018)	-	(9)	-	(178.027)	-	(178.027)
Resultado financeiro com parte relacionada	(22.034)	-	-	-	(22.034)	22.034	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13.768)</u>	<u>(22.892)</u>	<u>(3.975)</u>	<u>(499)</u>	<u>(41.134)</u>	<u>-</u>	<u>(41.134)</u>
Lucro líquido do período	<u>68.834</u>	<u>35.263</u>	<u>6.196</u>	<u>935</u>	<u>111.228</u>	<u>(42.394)</u>	<u>68.834</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

2011							
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
<u>Ativos</u>							
Caixa e equivalentes de caixa	158.171	3.817	18	11.111	173.117	-	173.117
Títulos e valores mobiliários	26.876	5.315	86.033	-	118.224	-	118.224
Contas a receber	504.836	1.432.399	-	-	1.937.235	-	1.937.235
Estoques	1.264.657	-	-	-	1.264.657	-	1.264.657
Investimentos	32.186	-	-	-	32.186	(32.186)	-
Imobilizado e intangível	930.254	107.342	4	980	1.038.580	(99.734)	938.846
Outros ativos	<u>461.117</u>	<u>86.737</u>	<u>12.075</u>	<u>1.894</u>	<u>561.823</u>	<u>(116.548)</u>	<u>445.275</u>
	<u>3.378.097</u>	<u>1.635.610</u>	<u>98.130</u>	<u>13.985</u>	<u>5.125.822</u>	<u>(248.468)</u>	<u>4.877.354</u>
<u>Passivos</u>							
Fornecedores	1.266.046	-	1.066	662	1.267.774	-	1.267.774
Empréstimos e financiamentos	711.335	-	-	-	711.335	-	711.335
Depósitos interfinanceiros	-	981.478	-	-	981.478	-	981.478
Operações com cartões de crédito	-	436.130	-	-	436.130	-	436.130
Provisões técnicas de seguros	-	-	50.317	-	50.317	-	50.317
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	166.569	6.167	61	607	173.404	-	173.404
Receita diferida	418.088	-	-	-	418.088	(99.735)	318.353
Outras contas a pagar	<u>362.588</u>	<u>60.345</u>	<u>8.288</u>	<u>2.945</u>	<u>434.166</u>	<u>(116.548)</u>	<u>317.618</u>
	<u>2.924.626</u>	<u>1.484.120</u>	<u>59.732</u>	<u>4.214</u>	<u>4.472.692</u>	<u>(216.283)</u>	<u>4.256.409</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	2010					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações de seguros</u>	<u>Administração Consórcios</u>	<u>Total</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
<u>Ativos</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	319.359	249	31	9.226	328.865	- 328.865
Títulos e valores mobiliários	-	5.029	73.654	-	78.683	- 78.683
Contas a receber	518.153	1.025.101	-	131	1.543.385	- 1.543.385
Estoques	849.799	-	-	-	849.799	- 849.799
Investimentos	(28.837)	-	-	-	(28.837)	28.837 -
Imobilizado e intangível	724.766	87.750	5.139	941	818.596	(85.136) 733.460
Outros ativos	335.047	80.541	11.510	1.683	428.781	(35.193) 393.588
	<u>2.718.287</u>	<u>1.198.670</u>	<u>90.334</u>	<u>11.981</u>	<u>4.019.272</u>	<u>(91.492) 3.927.780</u>
<u>Passivos</u>						
Fornecedores	1.131.372	-	733	184	1.132.289	- 1.132.289
Empréstimos e financiamentos	774.873	-	-	-	774.873	- 774.873
Depósitos interfinanceiros	-	852.680	-	-	852.680	- 852.680
Operações com cartões de crédito	-	220.230	-	-	220.230	- 220.230
Provisões técnicas de seguros	-	-	43.695	-	43.695	- 43.695
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	179.165	2.524	76	255	182.020	- 182.020
Receita diferida	407.154	-	-	-	407.154	(85.136) 322.018
Outras contas a pagar	307.710	71.433	7.165	1.424	387.732	(35.193) 352.539
	<u>2.800.274</u>	<u>1.146.867</u>	<u>51.669</u>	<u>1.863</u>	<u>4.000.673</u>	<u>(120.329) 3.880.244</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas**29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****Gestão de risco de capital**

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

A Companhia utiliza também o índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual, no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

Por “Dívida líquida” deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, subtraído de caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante. Por EBITDA deve-se entender lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, e da depreciação e amortização.

Categoria de instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BR GAAP)</u>		<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e bancos):				
Caixa e bancos	43.571	156.435	54.688	265.994
Depósitos judiciais	53.534	24.175	88.969	47.214
Contas a receber	442.184	424.363	1.937.235	1.543.385
Partes relacionadas	130.165	41.688	42.601	36.018
Mantidos para negociação:				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	134.285	24.828	174.892	93.327
Disponíveis para venda:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	61.761	48.225
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Empréstimos, financiamentos e depósitos interfinanceiros	591.257	633.744	1.692.813	1.631.598
Operações com cartões de crédito	-	-	436.130	220.230
Fornecedores	1.091.013	977.173	1.267.774	1.132.289
Partes relacionadas	45.737	33.775	25.492	21.666

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão do vencimento de parte substancial ocorrer em data próxima à dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados estimados ao valor justo são resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos acima permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se informações significativas não observáveis (Nível 3) em de 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	1.267.774	-	-	1.267.774
Empréstimos e financiamentos	129.671	348.562	233.102	711.335
Partes relacionadas	25.492	-	-	25.492

Notas ExplicativasConsiderações sobre riscos

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente artigos eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, que em 31 de dezembro de 2011 tem um saldo de R\$1.93.235(R\$1.543.385 em 31 de dezembro de 2010). Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas, em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios do Grupo. Para os casos em que a concentração dos valores faturados é maior, o risco é gerenciado através de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$89.694 (R\$100.856 em 31 de dezembro de 2010), os quais estão adicionados à análise do Grupo sobre a necessidade de constituição de provisão para liquidação duvidosa.

Risco de mercado: decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do país. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas.

Risco de taxas de juros: o Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas a “Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)”, “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)” e Selic, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

O detalhe dos contratos, que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

<u>Banco contratado</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	<u>Valor justo com ganho (perda) do "swap" (b)</u>	<u>Indexador banco</u>		<u>Indexador Companhia</u>	
			<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>
Bradesco	89.540	8.094	US\$	4,08% a.a.	CDI	118% a.a.
Banco do Brasil	<u>120.052</u>	<u>12.434</u>	US\$	4,79% a.a.	CDI	116% a.a.
	<u>209.592</u>	<u>20.528</u>				

(a) O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se metodologia comumente empregada pelos participantes de mercado, sendo a estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Adicionalmente, além das operações em aberto, a Companhia manteve outras operações liquidadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme se segue:

<u>Banco contratado</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	<u>Valor liquidado Pago</u>	<u>Data de liquidação</u>	<u>Indexador Banco</u>		<u>Indexador Companhia</u>	
				<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>
Santander	70.000	5.178	12/05/2011	US\$	2,60% a.a.	CDI	107,00%
Itaú/Unibanco	50.000	5.024	08/08/2011	US\$	3,51% a.a.	CDI	114,80%
Safra	50.000	3.400	08/08/2011	US\$	1,27% a.a.	CDI	111,90%
Itaú/Unibanco	<u>30.524</u>	<u>3.316</u>	15/12/2011	US\$	6,20% a.a.	CDI	108,30%
	<u>200.524</u>	<u>16.918</u>					

Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para o período de 12 meses, é como segue:

	<u>Taxa provável</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>	<u>Cenário V (- 50%)</u>
Juros a incorrer expostos a:							
SELIC	9,70%	(5.960)	(5.996)	(7.495)	(4.497)	(8.994)	(2.998)
CDI	9,70%	65.479	71.472	89.340	53.604	107.208	35.736
TJLP	6,00%	2.683	2.683	2.930	2.279	3.256	1.953
IPCA	5,20%	<u>1.278</u>	<u>1.278</u>	<u>1.380</u>	<u>1.104</u>	<u>1.518</u>	<u>966</u>
Total		<u>63.480</u>	<u>69.437</u>	<u>86.155</u>	<u>52.490</u>	<u>102.988</u>	<u>35.657</u>

Notas Explicativas

O cenário atual demonstra as despesas e receitas financeiras com as taxas de juros atuais. O efeito no resultado esperado para cada cenário no resultado é a diferença deste para os cenário atual.

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “Swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro destes empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo “Swap” e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

30. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

30.1. Conclusão combinação de negócios - Lojas Maia

A Administração da Companhia finalizou os trabalhos de avaliação de mercado necessários para conclusão da combinação de negócios relativas à aquisição das Lojas Maia, sendo que não houve alterações a serem realizadas aos efeitos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

30.2. Controlada adquirida - New-Utd

A Companhia celebrou em 21 de julho de 2011, data da aquisição, o contrato de compra e venda com a BF Utilidades Domésticas Ltda., a BF PAR Utilidades Domésticas Ltda., empresas do Grupo Silvio Santos, que estabelece os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social votante da Companhia do negócio de varejo de eletroeletrônicos e móveis, explorado pela rede “Baú da Felicidade” por meio de 121 lojas localizadas nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

O negócio foi configurado como a criação de uma empresa, denominada “New-Utd Utilidades Domésticas S.A.”, que terá como acervo líquido os 121 pontos comerciais do Baú da Felicidade, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática (hardware e software) e a propriedade da base de clientes.

30.2.1. Contrapartida transferida

Caixa	80.289
Abatimento do preço de compra	<u>2.711</u>
Total negociado	<u>83.000</u>

A contrapartida transferida foi de R\$80.289, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. O valor relativo ao abatimento do preço de compra refere-se a valores desembolsados pela Companhia para renegociação de alguns contratos de aluguel.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

30.2.2. Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	<u>Valor justo</u>
Ativos não circulantes:	
Imobilizado (a)	6.103
Intangível (b)	<u>16.235</u>
Total do ativo não circulante	<u>22.338</u>
Patrimônio líquido:	
Capital social	<u>22.338</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>22.338</u>

A Companhia avaliou os ativos intangíveis da empresa adquirida pelo valor justo na data de aquisição. Os ajustes apurados pela avaliação a valor justo foram lançados em contrapartida do ágio gerado na aquisição.

30.2.3. Ágio gerado na aquisição

Contrapartida transferida	80.289
Valor justo do patrimônio líquido	<u>22.338</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>57.951</u>

Foi gerado ágio na aquisição da New-Utd, uma vez que o custo da combinação incluiu o montante pago pelo prêmio de controle. Adicionalmente, a contrapartida paga pela combinação efetivamente incluiu valores em relação ao benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da New-Utd. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, pois não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

De acordo com a legislação fiscal, somente seria dedutível o ágio gerado na aquisição até o limite do valor pago pelo controle da investida. Esse ágio fiscalmente foi classificado como R\$57.951 suportados pela rentabilidade futura do investimento adquirido, o qual teve sua amortização iniciada, para fins fiscais, após a incorporação do investimento.

30.2.4. Impactos da aquisição no resultado do grupo

Nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 inclui prejuízo de R\$32.255 e receita líquida de R\$54.654 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela New-Utd no período compreendido entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras, conforme melhor detalhado na nota explicativa nº 8.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, a projeção de incremento à receita líquida consolidada seria de R\$310.208 e o incremento ao lucro consolidado seria de R\$459, considerando um tempo maior de maturação das lojas. A Administração da Companhia considera que esses valores “pro-forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado em uma base anualizada e servem de ponto de referência para comparação em exercícios futuros.

Notas Explicativas**31. COMPROMISSOS**Arrendamento mercantil operacional - Contratos de aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de 5 anos, renováveis por mais 5 anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 728 lojas alugadas. Para estes contratos de aluguel, incluindo os 8 centros de distribuição, foram registradas despesas no montante de R\$111.596 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$93.542 em 2010).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos 5 anos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	116.733
2013	122.502
2014	128.928
2015	134.995
2016	140.823
Total	<u>643.981</u>

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	<u>Pagamentos mínimos</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em até um ano	10.555	8.732	10.586	9.332
Entre dois e cinco anos	15.405	5.127	15.405	5.127
Mais de cinco anos	44	1.122	44	1.122
	<u>26.004</u>	<u>14.981</u>	<u>26.035</u>	<u>15.581</u>
Menos: Resultado financeiro não incorrido	<u>(5.638)</u>	<u>(764)</u>	<u>(5.643)</u>	<u>(922)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>20.366</u>	<u>14.217</u>	<u>20.392</u>	<u>14.659</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu uma aeronave, através de contrato de leasing, com vencimento final em 2016, sujeito à variação cambial e remunerado à taxa LIBOR (vide maiores informações na nota explicativa nº 13). Não foram contratados instrumentos financeiros para proteção contra o risco relacionado às variações das taxas de câmbio pactuadas neste contrato.

A Companhia também firmou contratos de arrendamento mercantil financeiro para equipamentos de informática e softwares, os quais têm vencimento final em 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir, em atendimento ao item 31 do pronunciamento técnico CVM nº 645/2009:

<u>Categoria dos ativos</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Computadores e periféricos	12.831	11.763
Veículos	<u>8.774</u>	<u>6.321</u>
Total	<u>21.605</u>	<u>18.084</u>

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Adicionalmente, não houve nos períodos apresentados, pagamentos contingentes reconhecidos como despesas durante os períodos, bem como subarrendamentos mercantis realizados. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

Regime especial de tributação

No decorrer do exercício de 2011, a controlada Lojas Maia, no intuito de continuar sua expansão nos Estados do nordeste do país, assinou um aditivo ao termo de regime especial de tributação no Estado da Paraíba o qual assume como parte do acordo alguns compromissos futuros para os quais a Administração da Companhia estima que seja desembolsada a quantia aproximada de R\$30.000 até o final do ano de 2013, bem como a manutenção de um faturamento de aproximadamente R\$300.000, manutenção de cerca de 400 empregos diretos após concluídos os investimentos.

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**32.1. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA**

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos que compõem essa conta estão representados conforme nota explicativa n. 3. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>(BR GAAP)</u>		<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos a pagar a terceiros por aquisição de investimento	-	33.333	-	33.333
Valores a pagar por aquisição de imobilizado	7.389	808	7.389	808
Dividendos propostos por controladas em conjunto e não recebidos	8.647	462	-	-
Dividendos declarados e não pagos no exercício	1.662	1.635	1.662	1.635

32.2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA CUJAS DIVULGAÇÕES SÃO ENCORAJADAS PELO CPC 03 (R2) - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**32.2.1. Demonstrações dos fluxos de caixa dos investimentos em controladas em conjunto:**

Os fluxos de caixa de cada uma das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, referentes às participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto apresentados mediante o uso da consolidação proporcional, estão demonstrados a seguir:

	<u>Luizacred</u>		<u>Luizaseg</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(44.372)	80.392	5.957	7.003
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(25.003)	(80.283)	-	-
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	72.943	(1.655)	(5.970)	(7.001)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.568	(1.546)	(13)	2

32.2.2. Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócios:

	2011					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações seguros</u>	<u>Administração consórcios</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	(214.842)	(44.372)	5.957	2.263	(21.850)	(272.844)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(340.017)	(25.003)	-	(378)	100.822	(264.576)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	393.671	72.943	(5.970)		(78.972)	381.672
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(161.188)	3.568	(13)	1.885	-	(155.748)

	2010					
	<u>Varejo</u>	<u>Operações financeiras</u>	<u>Operações seguros</u>	<u>Administração consórcios</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	478.631	80.392	7.003	2.021	(162.639)	405.408
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(178.924)	(80.283)	-	(256)	153.983	(105.480)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(163.472)	(1.655)	(7.001)	-	8.656	(163.472)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	136.235	(1.546)	(2)	1.765	-	136.456

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são assim demonstradas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Responsabilidade civil	500	2.250
Riscos diversos - estoques e imobilizado	474.770	392.420
Veículos	<u>10.207</u>	<u>10.000</u>
	<u>485.477</u>	<u>404.670</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas**31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2012.

32. EVENTOS SUBSEQUENTESAumento de capital - Luizacred

Em 16 janeiro de 2012 foi realizado um aumento de capital social na controlada em conjunto Luizacred, no valor de R\$48.000, permanecendo sendo a mesma participação societárias de seus acionistas:

<u>Acionista</u>	<u>Montante Capitalizado</u>	<u>% do Capital social</u>
Itaúcard	24.000	50,00%
Magazine Luiza	19.465	40,55%
Lojas Maia	<u>4.535</u>	<u>9,45%</u>
Total	<u>48.000</u>	<u>100,00%</u>

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia assinou um contrato de AFAC com sua controlada Lojas Maia, no valor de R\$42.000, cujos desembolsos foram realizados em três momentos, sendo o primeiro montante de R\$12.000 em 15 de dezembro de 2011, o segundo montante de R\$15.000 em 02 de janeiro de 2012 e R\$15.000 em 16 de janeiro de 2012.

Outorga do plano de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 4 de janeiro de 2012, a Companhia deliberou sobre a eleição dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 1º de abril de 2011, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo. Na mesma oportunidade foi fixado o preço de exercício das opções a serem outorgadas, no valor de R\$13,60 para alguns diretores eleitos e R\$10,32 para outro diretor. Neste mesmo ato, foram assinados os instrumentos particulares de outorga de opções de compra de ações, aos beneficiários eleitos, sendo outorgado o total de 2.250.000 opções de compra de ações pelo preço de R\$10,32 e o total de 1.147.259 opções de compra de ações pelo preço de R\$13,60.

A Administração da Companhia está efetuando a mensuração dos efeitos contábeis a serem registrados nos exercícios subsequentes, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 10 R1.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Magazine Luiza S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Magazine Luiza S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 47.960.950/0001-21, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, declaram para os fins do disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 22 de março de 2012.

Magazine Luiza S.A.
A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 47.960.950/0001-21, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, declaram para os fins do disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 22 de março de 2012.

Magazine Luiza S.A.
A Diretoria